



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KELLY ALVES DE SOUZA

**FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA**

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder

CAMPINA GRANDE - PB

2023

KELLY ALVES DE SOUZA

**FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE CAPINA GRANDE, PARAÍBA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Serviço Social: Linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais

Orientadora: Prof.^a Dra. Jussara Carneiro Costa

CAMPINA GRANDE – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729f Souza, Kelly Alves de.
Família, escola e trabalho na experiência de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba [manuscrito] / Kelly Alves de Souza. - 2023.
157 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Relações de gênero. 2. Identidade de gênero. 3. Transexualidade. 4. Travestilidade. 5. Serviço Social. 6. Mulheres transexuais. I. Título

21. ed. CDD 306.77

KELLY ALVES DE SOUZA

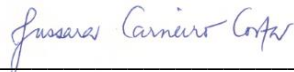
**FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE CAPINA GRANDE, PARAÍBA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Serviço Social: Linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Aprovado em 28/02/2023

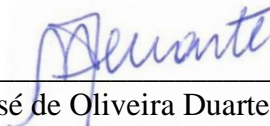
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa – PPGSS-UEPB
Orientadora/Presidenta da Banca



Profa. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida – PPGSS-UERJ
Examinadora Externa



Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – GEDIS/PPGSS/FFS/UFJF
Examinador Externo



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão – PPGSS/UEPB
Examinadora Interna – Suplente

**CAMPINA GRANDE/PB
2023**

DEDICATÓRIA

In memoriam à minha eterna, inestimável, honrosa e amada mãe, dona Francisca Maria Alves de Souza, igualmente ao meu pai, seu Severino Avelino de Souza, por toda confiança e respeito que sempre depositaram em mim enquanto estiveram neste plano espiritual. Mesmo estando hoje em um outro plano, eu sinto sempre a presença de vocês em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Honrosamente,

Manifesto os meus mais admiráveis e sinceros agradecimentos à minha professora e orientadora, a Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa por ter me acompanhado brilhantemente nesse longo processo de aprendizagem e tessitura deste trabalho, que sem suas acertadas sugestões de textos e leituras – sendo sobretudo úteis durante todo o percurso de pesquisa e escrita deste trabalho, não seria possível sua concretização ante sua consubstancialidade e robustez ao analisar que os aportes teórico, epistêmico e metodológico oferecidos pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB se mostram (in)suficientes em dar as respostas prospectadas para a pesquisa apresentada.

À professora Dra. Carla Cristina Lima de Almeida (PPGSS/UERJ), e ao professor Dr. Marco José de Oliveira Duarte (PPGSS/UERJ), que compuseram à banca de qualificação e defesa da dissertação, trazendo indispensáveis e importantes contribuições, igualmente à professora Dra. Patrícia Cristina de Aragão (PPGSS-UEPB).

À minha amiga e professora Renata Oliveira com quem eu tive o prazer de cursar algumas disciplinas na graduação e que me deu uma direção na área acadêmica e da pesquisa ao me presentear com uma cópia do livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, da socióloga Berenice Bento, lá abril de 2018.

À minha amiga Alana Karina, com quem pude contar durante todos esses anos, da graduação à especialização em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas, que cursamos juntas em João Pessoa, até presentemente.

À Nubia Barros (um agradecimento especial, por ter me dado uma oportunidade de emprego em sua loja Ousadia Lingerie e Sex Shop, onde trabalhei por quase 10 anos), entendendo que sem essa oportunidade, todas essas realizações não seriam possíveis, uma vez que não se tem registros de mulheres trans no mundo formal de trabalho em Campina Grande – PB.

À minha irmã Carminha e suas Filhas Isabelly e Alice.

À assistente social, Joelma, diretora da Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande/SEMAS-CG.

À assistente Social Magna Adriana, minha supervisora de campo no período de graduação.

À Suenia Santos, amiga que eu conheci no decurso do mestrado, por todas as vezes que estivemos juntas durante o percurso em nossos vários cafés.

Às amigas Helton Farias, Lucas Medeiros e Emanuelle, que sempre me ouviram, me dando conselhos e valiosas dicas durante parte deste processo, sempre com palavras de motivação e inspiração.

Respeitosa e honrosamente, presto os meus agradecimentos à todas as meninas, mulheres transexuais e travestis que participaram desta pesquisa, trazendo importantes contributos, considerando suas experiências nos mais variados aspectos da vida e esferas sociais. Sem vocês, meninas, este trabalho, não teria sido possibilitado.

Com imensa alegria e satisfação, declaro os meus mais sinceros votos de agradecimentos pelas importantes e indispensáveis contribuições por vocês dadas neste importante processo decisivo em minha vida, tanto no que se refere aos aspectos pessoais e intelectuais, como também profissionais. Vocês estarão eternizadas em minha experiência acadêmica.

Às forças emanadas pela Natureza e pelo Universo, que têm me acompanhado durante toda a minha existência, pessoal e agora acadêmica/intelectual e também profissional.

Por fim, agradecer a mim por não ter desistido, mesmo quando tudo parecia distante e improvável.

Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos.

Judith Butler

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

- ADI** – Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AIDS** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- ASTRAL** – Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
- ASTRAPA** – Associação das Travestis da Paraíba
- ASPTTRANS** – Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba
- CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBO** – Classificação Brasileira de Ocupação
- CEDUC** – Centro de Educação da UEPB
- CID** – Código/Classificação Internacional de Doenças
- CDL** – Câmara de Dirigentes Lojistas
- CEDM** – Conselho Estadual de Direitos da Mulher
- CEPIR** – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
- CFM** – Conselho Federal de Medicina
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CFP** – Conselho Federal de Psicologia
- CEPACS** – Centro Profissionalizante Antônio Carvalho de Souza
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- CRAS** – Centro de Referência em Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- DSM** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- FIES** – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FIP** – Instituto de Formação Profissional
- GGB** – Grupo Gay da Bahia
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IST'S** – Infecções Sexualmente Transmissíveis
- LGBTQIAP+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros/as, Queer, Intersexo, Assexuais, Agêneros, pansexuais entre outras expressões de gênero e sexualidade

NINETS – Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização não Governamental

OMS – Organização Mundial de Saúde

PB – Paraíba

PL – Projeto de Lei

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialismo Brasileiro

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

TGEU – Transgender Europe.

RN – Rio Grande do Norte

SEDUC – Secretaria de Educação

SEMDH – Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SECTI – Ciência Tecnologia e Inovação

SISU – Sistema de Seleção Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

TTT – Transexuais, Travestis e Transgêneros/as

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

VINAAC – Visão Nacional para a Consciência Cristã

RESUMO

Apresento a pesquisa “Família, escola e trabalho na experiência de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba”, desenvolvida na referida cidade, no período de junho de 2022 a fevereiro de 2023, tomando como base para interlocução o diálogo com dez mulheres transexuais e travestis, com idades entre 18 e 72 anos, residentes na cidade; guiada pelo objetivo de identificar e analisar as determinações exercidas pela relação entre família, escola e trabalho na trajetória de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande-PB. Para compreensão do problema de pesquisa e da estratégia metodológica delineada, o trabalho comporta, num primeiro momento, um esforço de enquadramento do problema de pesquisa e do consequente delineamento dos objetivos da investigação. Num segundo momento apresento o itinerário metodológico, seguido dos resumos dos capítulos consolidados. Por conseguinte, acompanha os apêndices correspondentes ao processo de realização do trabalho de campo. De modo respectivo, como estratégia de análise, ancoramo-nos nos aportes foucaultianos, tomando como base a análise do discurso/AD, possibilitando concretizar tal desígnio ao reportarmos-nos aos dispositivos discursivos reverberados pelas interlocutoras durante o trabalho de campo, considerando a sistematização, categorização, análise e interpretação dos dados obtidos.

Palavras-chave: Relações de Gênero e Sociais; Identidades; Transexualidade; Travestilidade; Serviço Social

ABSTRACT

This research, "Family, school, and work in the experience of trans women and travestis in Campina Grande, Paraíba," was developed in the city from June 2022 to February 2023. The study is based on dialogues with ten trans women and travestis, aged between 18 and 72, who reside in the city. The aim of the research is to identify and analyze the determinations exerted by the relationship between family, school, and work on the trajectory of trans women and travestis in Campina Grande-PB. The paper begins with a framing of the research problem and the definition of the investigation's objectives. Next, the methodology employed is presented, followed by a summary of the consolidated chapters. Finally, the appendices corresponding to the fieldwork process and the general profiles of the interviewees are included. To analyze the data, we rely on Foucauldian approaches, using discourse analysis (DA) to systematize, categorize, analyze, and interpret the discursive devices conveyed by the interlocutors during the fieldwork.

Keywords: Gender and Social Relations; Identities; Transsexuality; Travestilidade; Social Work.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	13
.....	23
CAPÍTULO I. PARA UMA GENEALOGIA DO CORPO TRANSEXUAL FEMININO: QUESTÕES DE EPISTEMOLOGIA, TEORIA, MÉTODO E ANÁLISE	25
1.1. Gênero, raça e a construção do dispositivo da sexualidade.....	25
1.2. Dispositivo da sexualidade, normas e heteronormatividade	40
1.3. Sexo e gênero como categorias	43
1.4. Transexualidade no dispositivo da sexualidade.....	46
2. CAPÍTULO II. A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	50
2.1 A experiência transexual: primeiras teorizações e seus desdobramentos.....	50
2.2. Transexualidade: entre a medicina e a psicanálise	63
2.3. Contestações e insurgências críticas.....	64
2.4. Interseccionando as marcas da diferença no corpo transexual feminino.....	70
3. CAPÍTULO III. BRASIL: TRAJETÓRIAS, CONQUISTAS E DESAFIOS	77
3.1. Contextualização histórica.....	77
3.2. Direitos para população trans e travesti no Brasil	80
3.3. Violência(s) contra a população trans e travesti no Brasil	87
3.3.1. Transexualidade e travestilidade: intersecções com a Lei Maria da Penha.....	88
3.4. Família escola e trabalho nas sociabilidades e redes de proteção	90
3.5. Transexualidade e as relações com o Estado.....	95
3.6. Cenários da Paraíba	96
3.7. Campina Grande: indicadores e estrutura municipais: entrecruzamentos com os corpos trans.....	100
4. CAPÍTULO IV. SOCIABILIDADES DISSIDENTES NOS AMBIENTES FAMILIAR, ESCOLAR E DE TRABALHO EM CAMPINA GRANDE, PARAÍBA	105
4.1. Quem são nossas interlocutoras.....	105
4.2. Campina Grande, Paraíba: um olhar sobre transexualidade e travestilidade no contexto local.....	108
4.3. Análise: Considerações sobre os dados levantados.....	108
4.4. A transição.....	109
4.5. Experienciando o gênero e seus desdobramentos ao negar os pressupostos hegemônicos na (con)formação do corpo.....	110
4.6. Processos de sociabilidades intrafamiliares.....	111
4.7. Exclusão do meio familiar.....	112

4.8. Violência sexual	113
4.9. Mecanismos e estratégias de normalização e correção dos corpos trans	115
4.10. Equipamentos implementados pelo estado da Paraíba e viabilização dos direitos da população trans e travesti	116
4.11. A escola e as estratégias de pedagogização dos corpos trans e travesti	117
4.12. Memórias que marcaram essas experiências no âmbito da universidade.....	120
4.13. Migração involuntária.....	124
4.14. Violências no ambiente de trabalho.....	124
4.15. Bolsa de estudos como meio de subsistir	125
4.16. Meios que possibilitam dignidade a essas mulheres	126
4.17. Religião e as reverberações nas experiências de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba	129
4.18. Elementos locais e suas interações com os corpos trans e travestis	131
4.19. Expectativas sobre a pesquisa.....	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES	144
APÊNDICE 1 – PROPOSTA ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS	144
Dados de identificação e composição do perfil socioeconômico	144
Dados para aprofundar análise da experiência (roteiro aberto semiestruturado)	145
APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE146	
APÊNDICE III - QUADROS GERAIS DAS INTERLOCUTORAS ENTREVISTADAS PARA ESTA PESQUISA.....	149
APÊNDICE IV – GRÁFICOS REPRESENTANDO O LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA....	151

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa insurge motivada pela minha experiência como mulher transexual, que se desdobra atravessada por todas as questões determinadas, da mesma maneira que atravessa minha área de formação profissional, de modo especial, as dificuldades enfrentadas para cursar e permanecer no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, haja vista que, como a maioria daquelas que vivem a mesma condição, com muita dificuldade cursei a graduação numa instituição privada da qual estão ausentes práticas como pesquisa e extensão universitárias que me possibilitassem o desenvolvimento prévio da habilidade de investigação acadêmica.

Com meu ingresso na pós-graduação numa universidade pública percebo, porém, que deter essa habilidade por si só não seria suficiente, pois sinto na universidade pública os mesmos impasses verificados no ambiente escolar, no que concerne à estrutura curricular, formas de abordagem e cultura institucionais. Ironicamente, com toda precariedade da prática curricular, tanto na minha experiência quanto de outras colegas e amigas transexuais e travestis, a ambiência privada nos parece, por muitas vezes, mais segura, ao nos possibilitar a prerrogativa de que “cliente tem sempre razão”!

Esse é um aspecto que também averigui nesta pesquisa. Por ora empresto minha experiência como exemplo e ilustração. Dito isso, é importante lembrar que no ano de 2009, na própria Universidade Estadual da Paraíba, onde eu cursava pré-vestibular, cujas aulas/atividades tinham por objetivo preparar estudantes em situação de vulnerabilidade para o ingresso na universidade e eram desenvolvidas pelo público discente que estava em período de estágio curricular obrigatório, oriundos dos cursos de licenciatura como geografia, português, espanhol, história entre outros. Contudo, após seis meses levando faltas todos os dias, ponderando que na hora da chamada eu não respondia para não ser exposta a situações vexatórias, uma vez que me foi negada a prerrogativa de uso do nome social pelo coordenador do cursinho; acabei desistindo da iniciativa.

De modo igual, nos processos em que me submeti ao Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, também foram algumas tentativas frustrantes em todos os aspectos. Na época, entre os anos de 2010 e 2014 em que prestei o exame não se respeitava e nem se reconhecia o nome social.

Pela própria realidade relatada ao longo das reflexões desenvolvidas por aqui, sabemos que o ingresso na pós-graduação para uma mulher transexual é um exercício

árduo. Na universidade, os confrontamentos, as resistências que perpassam a minha existência enquanto transexual também se apresentaram para mim no espaço da pós-graduação. Adversidades emergem desde abordagens, aportes teóricos, epistêmicos, como também metodológicos oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – PPGSS-UEPB, que não fornece os suportes para as questões buscadas para a pesquisa, uma vez que dispomos de apenas um componente curricular para isso, apesar da evidência adquirida pela categoria gênero, algo que interessa ao Serviço Social. Simultaneamente, “na prática”, o espaço ocupado nas estruturas curriculares demonstra que este é ainda tratado como apêndice, uma vez que estudantes da linha de pesquisa voltada a análise das políticas públicas não são “obrigados/as” a cursarem quaisquer componentes que tenham a ver com gênero e sexualidade.

Ressalto que delimitar para análise os eixos família, escola e trabalho na experiência de mulheres travestis e transexuais de Campina Grande não significa necessariamente uma concordância com sua atuação como eixos estruturadores da vida social, do reconhecimento como cidadã ou até mesmo como pessoa. Compreende-se que, para propor uma problematização assertiva e produtiva deve-se começar indagando suas estratégias de funcionamento, os efeitos que produzem para a vida das pessoas afetadas e, sobretudo, as alternativas de enfrentamento arregimentadas.

A pesquisa buscou analisar as experiências de mulheres transexuais e travestis residentes na zona urbana de Campina Grande, Paraíba. O município está localizado no Planalto da Borborema, microrregião de Campina Grande e mesorregião do Agreste Paraibano, a aproximadamente 130 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Sua população em 2021 foi estimada pelo IBGE em 413.830 habitantes¹.

Considerado um dos principais polos industriais do Nordeste e um dos principais polos tecnológicos da América Latina, se destaca na oferta de ensino superior, médio e técnico, constituindo-se no espaço com a maior quantidade de doutora/es por metro quadrado do Brasil. Simultaneamente, é também território de contrastes sociais profundos, a única não-capital a figurar em 2015 como uma das cidades mais violentas do país, como consta no relatório divulgado pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal²

¹Como encontra-se em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>, acesso em 22 de abril de 2022

² Informação retirada do caderno de programação do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

O município é marcado por uma prevalência de ações por parte do poder público local que refletem seu alinhamento com as pautas nacionais no que se refere a ataque a população LGBTQIAP+. Como, por exemplo, podemos citar a protocolização junto a câmara municipal do Projeto de Lei 590/2017, de autoria do vereador Olímpio Oliveira, objetivando a proibição do uso de banheiros e vestiários considerando a identidade de gênero, bem como o sancionamento da Lei de nº 7.520 publicada no Semanário Oficial pelo então prefeito Romero Rodrigues Veiga, em 25 de maio de 2020, cujo texto, expressamente, “proíbe a interferência de ideologia de gênero nas escolas”, instituindo, para as pessoas trans, travestis e outras expressões de gênero, o veto ao uso de banheiros e vestiários nas escolas municipais, como também nas escolas privadas em nível fundamental. A lei foi revogada posteriormente, no mesmo ano pelo Tribunal de Justiça da Paraíba/TJPB, considerando sua inconstitucionalidade.

No local também se observa, de maneira clara, a predominância de religiões hegemônicas na estruturação e consolidação do pensamento conservador da cidade, a exemplo da produção de grandes eventos religiosos que vêm ocorrendo há décadas durante o Carnaval, nos quais se pautam reflexões sobre os preceitos cristãos, da família, da salvação, do matrimônio dentre outros. Dentre esses, destaca-se a Consciência Cristã, que comemorou sua 24ª edição em 2022, tendo como coordenador geral o pastor Euder Faber Guedes. Com ações voltadas para o público protestante, realizado anualmente e organizado pela Visão Nacional para a Consciência Cristã/VINACC, é considerado um dos maiores eventos religiosos para evangélicos/as do país, atraindo pessoas de várias partes do estado e de outros lugares do Brasil, contando inclusive com a presença de palestrantes nacionais e internacionais.

Diante desse cenário faz-se importante ressaltar que as propagandas desenvolvidas e amplamente divulgadas em 2007 pelos organizadores/representantes da VINAAC usando, por exemplo, o termo “homossexualismo”³, exposto durante as festas juninas, em que se verifica a maior circulação de pessoas na cidade, em outdoors que, em letras brancas estampadas num fundo preto traziam o termo (HOMOSSEXUALISMO) seguido da seguinte citação bíblica: “E fez Deus o homem e a mulher e viu que era bom”⁴.

³Para mais informações acerca da Vinaac e seus efeitos discriminatórios em relação à população LGBTQIA+ de Campina Grande/PB, ver reportagem veiculada no ano de 2008 por um jornal local: <https://www.youtube.com/watch?v=IZQ3rmTsoRc>

⁴ Com o intento de fomentar mais informações a esse respeito, analisar os textos dispostos na página/site <https://www.ultimato.com.br/conteudo/outdoor-com-trecho-biblico-volta-a-causar-polemica-na-paraiiba>, acesso em 29 de maio de 2022, as 16:h31min.

Uma das coisas intrigantes é que essa campanha aberta e altamente discriminatória estava localizada nos mesmos espaços onde estavam os cartazes reivindicando a criminalização da LGBTFOBIA, equiparando-a ao crime de racismo. A ação mobilizou, inclusive, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais/ABGLT, que enviou ofício ao Ministério da Justiça repudiando os atos de intolerância e ódio, claramente evidenciados nos cartazes expostos, de acordo com a nota publicada pela Folha de São Paulo (2007).

Os ataques produzidos e reproduzidos pela VINACC no que tange às dissidências de gênero e de sexualidade não se limitaram aos outdoors espalhados pela cidade. Na página da organização também podia se verificar uma série de reiterados equívocos nos discursos onde se defendia a homossexualidade como uma doença, pregando a cura, a conversão e naturalizando a extinção das dissidências sexual e de gênero.

O público católico também conta com o seu evento próprio, no caso o CRESCER, que anualmente acontece há 25 anos, também no período carnavalesco, sendo organizado pela Comunidade Pio X. Intitulado com sendo “o evento da família católica”; no ano de 2022 trouxe o tema “Buscai na Família os Tesouros da Salvação”.

Salientamos que a cidade também se destaca por eventos de cunho religioso com caráter alternativo, que permite a articulação de expressões mais subalternizadas, como por exemplo, o Movimento de Integração do Espírita Paraibano/MIEP, completando a sua 50ª edição em 2023, e o Encontro Para a Nova Consciência, contando com 26ª edições. Observa-se, porém que esses eventos têm encolhido gradativamente em detrimento da Consciência Cristã.

A própria localização dos eventos demonstra o tratamento diferenciado por parte do poder público local. Em relação ao encontro da nova consciência, analisa-se que está localizado em um lugar de enunciação político subalterno. O referido evento se estabelece e abre possibilidade de diálogos com religiões de matriz africana como o candomblé, bem como o budismo, entre outras expressões religiosas que historicamente são estigmatizadas e marginalizadas ante a hegemonia cristã detida protestante e católica. Igualmente, também recebe pouca visibilidade nas mídias, como também a ausência de recursos/investimentos por parte do poder público local para sua realização.

Um dos exemplos mais marcantes de como a municipalidade pensa a questão pode ser encontrado na reação local ao III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado entre os dias 10 e 13 de outubro de 2017, intitulado “Com a Diferença Tecer a Resistência”, organizado pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias

Sociais/NINETS-UEPB, coordenado pela professora Dra. Jussara Carneiro Costa, do departamento de Serviço Social. Como apontam Costa, Colling e Bento (2017), na terceira edição se adensaram reações já verificadas nas anteriores. As agressões na página do evento iniciaram desde o primeiro encontro de preparação, ocorrido em março de 2016, conforme o boletim do NINETS, aumentando conforme se aproximava o Seminário acontecido em outubro de 2017.

O ponto alto aconteceu após a performance Trajeto Com Beterrabas, por meio da qual a artista Ana Reis denunciou a perpetração da cultura de estupros e o feminicídio. Após a publicação de fragmentos da performance em páginas do evento nas redes sociais, especialmente facebook, os ataques intensificaram-se.

Mediante uma enxurrada de denúncias, oriundas, sobretudo, de pessoas localizadas no “Sul” do país, a página recebeu como sanção pela divulgação de conteúdo considerado “ofensivo” (leia-se, fotografias e vídeos da performance Trajeto com Beterrabas), a retirada do conteúdo vetado e a suspensão temporária de novas postagens, medida em alguns casos estendida a pessoas que administram a página.

O quadro apresentado corrobora para a naturalização e não punição a crimes, por exemplo, como o que ocorrera com Ninete, travesti negra, “deficiente”, 24 anos, assassinada na Rua João Pessoa, em 15 de abril de 2011, na cidade de Campina Grande, sob o registro “atento” das câmeras de trânsito da cidade, em cuja homenagem se articulou a criação do NINETS.

Face ao quadro apresentado, a pesquisa que resultou nesta dissertação tem como objetivo geral, identificar e analisar as determinações exercidas pela relação entre família, escola e trabalho na trajetória de mulheres transexuais de Campina Grande-PB, tomando as questões que se desdobram como objetivos específicos como fios interrogadores para se chegar a essa questão.

No esteio da investigação buscou-se averiguar a relação estabelecida pelas interlocutoras da pesquisa com canais institucionais que prestam serviços sociais nas diversas áreas como saúde, segurança, educação, assistência social e trabalho, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais, visando avaliar o impacto do (não) acesso aos serviços em suas vidas, como também identificar como os conteúdos acessados impactam na compreensão de suas experiências.

A pesquisa também intentou identificar como as experiências de minhas interlocutoras são perpassadas pelo entrecruzamento de marcadores raciais, geracionais, sexuais e de gênero e sua interação com as dinâmicas da localidade. Também pretendeu-

se identificar as estratégias criadas para garantir a sobrevivência, desde as formas de trabalho a inserção em redes coletivas de solidariedade e apoio. Neste ínterim observo a conferida especialmente ao trabalho sexual, sempre que reportadas pelas suas narrativas.

Repare-se que no Brasil, as/os trabalhadoras/es sexuais, estão reconhecidas/os no Guia Brasileiro de Ocupações através do CBO de nº 5198-05 como profissionais do sexo, ou seja, se reconhece essa atividade, no entanto, não há legitimidade e nem regulamentação ante suas práticas e seu exercício. No referido guia são listadas também as descrições dessas/es profissionais, a saber, formação, experiência, bem como apontam condições gerais respectivas à atividade.

Sobre a terminologia trabalho sexual adotada na proposta de pesquisa, não se desconsidera a existência de disputas narrativas em torno de sua utilização, como é o caso da ativista Gabriela Leite. Autora do livro *Filha, Mãe, Avó e Puta* (2008), uma das principais articuladoras do Movimento de Prostitutas do Brasil, criadora da grife Daspur e da ONG Davida, sempre defendendo o uso dos termos “puta” e “prostituição”, por considerar que as terminologias “profissional do sexo” ou “trabalhadora sexual” escamoteiam os estigmas existentes sobre a atividade no país.

Nas palavras de Barreto e Mayorga (2016, p. 296-297), “Uma das lutas do movimento de prostitutas é por dissociar estigma e prostituição, ou enfatizar a valorização da identidade profissional, se alinhando ao eixo laboral de reconhecimento da atividade”.

No caso da investigação aqui consolidada, a terminologia trabalho sexual será adotada por ser mais recorrentemente usada por transexuais e travestis.

Considero importante acrescentar que todo o processo investigativo decorreu acompanhado pelo esforço sistemático em acessar a compreensão formulada por nossas interlocutoras acerca das questões levantadas, observando atentamente os elementos locais na conformação das experiências acessadas. Além disso, atentei também aos elementos religiosos, sempre que foram reportados, o que acabou se constituindo como também parte do escopo da pesquisa.

Como proposta metodológica, faz-se necessário lembrar que a pesquisa toma a noção de experiência apoiando-se no entendimento formulado por Scott (1998), ao lembrar que precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências pois,

não são indivíduos que tem experiência, mas, sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. A experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparentes, reproduz, mais que contesta, sistema ideológicos dados,

conformando um tipo de análise na qual as categorias aparecem de forma a-histórica, descontextualizada; na qual o projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação suas premissas e suas inflexões sobre ideais de sujeito, origem e causa (SCOTT, 1998, p. 302).

É nesse sentido que busquei tornar a experiência das interlocutoras da pesquisa visível considerando a necessidade de atentar aos funcionamentos das mútuas relações enredadas na sua constituição. Com a pesquisa não se ambicionou estabelecer universalizações ou generalizações acerca do grupo pesquisado, mas tão somente evidenciar como esses elementos se entrecruzam na trajetória das interlocutoras.

Por questões de ordem objetiva, como por exemplo, tempo, recurso, e ausência de conhecimento da experiência transexual masculina, a investigação circunscreveu-se a mulheres transexuais e travestis da cidade de Campina Grande. Como amostra foram contatadas dez mulheres transexuais e travestis residentes na cidade, com idades entre 18 e 72 anos.

Nesse sentido, por refutar perspectivas totalizantes, a pesquisa não comportou a pretensão de estabelecer generalizações acerca de como os fenômenos aqui problematizados podem ser representativos para o conjunto das mulheres transexuais e travestis brasileiras. Do contrário, pretendeu justamente evidenciar como a experiência transexual feminina pode ser matizada pelo que consideramos “local”, destacando, inclusive como as narrativas sobre esses nossos corpos estão inscritas nas cadeias geopolíticas que tecem as desigualdades regionais.

Os contatos estabelecidos previamente foram facilitados/possibilitados pelo compartilhamento de experiências, além de laços afetivos e políticos estabelecidos, especialmente quando desempenhei a atividade de trabalhadora sexual compulsoriamente, em dois momentos distintos, sendo o primeiro no início do meu processo de transição, no segundo semestre do ano de 2006 e, o segundo, entre o terceiro trimestre de 2010 até início de 2011, aqui na cidade de Campina Grande.

O critério de delimitação da amostra foi estabelecido considerando a possibilidade de alcance para a realização dos procedimentos da investigação, tendo em vista que o trabalho de pesquisa, tratamento e análise dos dados, elaboração e redação dos textos a serem apresentados para a defesa da dissertação deve ser feito no transcurso de doze meses, haja vista que no primeiro ano do curso torna-se impossível colocar a pesquisa em campo e dar conta de todas as atribuições referentes à integralização de créditos curriculares.

Por essa razão, ponderei o número de interlocutoras acima, mesmo não se descartando a possibilidade de inserção de outras mulheres no decorrer da pesquisa. No entanto, por limitações de ordem cronológica, tornou-se inviável a inserção de outras mulheres transexuais e travestis.

Para dialogar com as questões tomadas como eixos de problematização trabalhei com um instrumento que permitiu coletar, de forma mais sistemática, informações para compor um perfil socioeconômico do grupo, a partir do levantamento de informações referentes ao perfil das famílias de proveniência, arranjos familiares atuais, acesso à escola e escolaridade, idade, condições de habitação e residência, autoidentificação racial, sexual e de gênero, acesso a trabalho e renda, além de dados referentes a saúde, serviços públicos acessados, redes de apoio e solidariedade.

Além dos dados do perfil, trabalhei também com entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado de questões abertas e fechadas, relativas a aspectos que mais marcaram a experiência de minhas interlocutoras nos espaços da família, escola e trabalho.

Conforme anexo, o roteiro de questões abertas se inicia com perguntas que permitiram recuperar dados da experiência acumulada no processo de transição, seja para a identidade travesti ou transexual (quando inicia, quando se deu conta, como foi a experiência consigo mesma, com a percepção do corpo), contando com perguntas direcionadas a levantar as experiências nesses espaços, seguindo o ordenamento a seguir descrito.

No que se refere à relação com família, verifiquei se mora, convive ou se relaciona com a família de proveniência, como foi a recepção ao processo de transição, como são compostos os arranjos familiares atuais, dentre outros. Quanto a escola, trabalhei com questões voltadas ao resgate de memórias das experiências acumuladas nesse espaço, versando sobre episódios transcorridos, reação de colegas, professores/as, corpo técnico administrativo, livro didático, uso do banheiro e outros espaços da infraestrutura escolar.

Também foi possível analisar como essas identidades e corpos estão sendo considerados/lidos dentro da ambiência universitária, os entraves, as violências intramuros, os processos relativos às abordagens em salas de aula, dentre outras questões que as intersectam nesse espaço de (re)produção das normas sociais.

Para levantar tais questões solicitei que fizessem um breve relato das experiências, destacando situações marcantes, sem esquecer as estratégias articuladas para improvisar

a renda para a subsistência. O levantamento sobre a experiência com o trabalho sexual insurgiu como desdobramento dessa indagação.

A interlocução também perpassou por indagações sobre serviços públicos acessados e também sobre redes de apoio e solidariedade.

A coleta dos dados realizou-se através de visitas às residências, em encontros informais, tendo ocorrido em espaços como a universidade, além dos locais onde trabalham, todos tendo sido de suas preferências. Tinha como intenção fazer um experimento de roda de diálogo durante o transcurso da pesquisa e, ao final, efetivando um compromisso de retorno para o grupo, mas não houve possibilidade por questões ordenadas pelo tempo, bem como as rotinas de cada uma delas.

O trabalho de campo ocorreu entre os meses de junho e julho do ano de 2022. As transcrições, categorizações, sistematizações, análises e interpretações dos dados ocorreram entre os meses de agosto e setembro, embasando análises que sustentaram a escrita da dissertação, compreendendo os meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2022; adentrando o mês de janeiro de 2023; tendo a defesa sido realizada em fevereiro do corrente ano.

Em todas as questões estive atenta a maneira como os elementos locais impactam na configuração da experiência das interlocutoras. A análise desses elementos deu-se mediante a menção ao aparato institucional que regula o funcionamento das dinâmicas de gênero e sexualidade e suas configurações locais.

Vale ressaltar que os nomes enunciados foram acionados pelas próprias interlocutoras, ou seja, utilizamos de pseudônimos tentando manter o anonimato, por conseguinte, preservar suas identidades, simultaneamente, também por questões de ordem ética.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. Para a composição do primeiro, realizei um esforço pelo enquadramento epistêmico e teórico metodológico do percurso investigativo e analítico vislumbrado sustentar o esforço genealógico visando reconstituir as cadeias de inteligibilidades que redundam na invenção da transexualidade e travestilidade.

Nesse momento recorro as reflexões de Foucault (2021, 2020, 2019, 2010, 1988); Beluche (2008) e Miskolci (2003), para reconstituir, no âmbito do dispositivo da sexualidade, como as interações com racismo científico e a construção dos processos de normalização e normatização tecem a heteronormatividade e, nesse ínterim, a

transexualidade, argumentando como marcadores sociais da diferença como gênero, raça, e sexualidade também são partes constitutivas dos corpos e identidades trans e travestis.

A tessitura do capítulo mantém forte interlocução com as interpelações feministas que dão suporte ao aprofundamento de tais imbricações, especialmente no que se refere ao cruzamento de raça, gênero e sexualidade na articulação da abjeção lançada contra os corpos transexuais. Para tanto, informo que o exercício vem se apoiando nas reflexões desenvolvidas por Butler (2017; 2010); Connell (2016); Haraway (2004); Scott (1998; 1985), dentre outras/os.

A ideia aqui é recuperar o diálogo com Foucault e autoras/es feministas permitindo a ampliação do esquema conceitual em torno do gênero, enfatizando, de modo especial, como se produz a repulsa, o ódio, a recusa e a abjeção para com a dissidência à heteronormatividade, recuperando as práticas discursivas que investem o tecido institucional de parâmetros de feminilidade e masculinidade a partir dos quais se define quem pode, ou não, ser sujeito/a.

O segundo capítulo será dedicado a recuperação de aspectos históricos, sociais e políticos articulados para possibilitar a “invenção” da transexualidade e travestilidade, destacando de modo especial os condicionantes colocados pela “saúde” como campo de saber, tendo em vista que as primeiras teorizações em torno da experiência transexual se inscrevem justamente aí.

Com base nas contribuições do arcabouço teórico arregimentado, os entendimentos foram produzidos acerca da transexualidade a partir do arcabouço heteronormativo, refletindo como todos esses processos deslegitimam a humanidade do corpo trans, abordando, neste particular, os enquadramentos produzidos acerca da transexualidade feminina e da identidade travesti. Nesse ínterim, problematizei como as abordagens iniciais relativas à essa experiência tomam como verdade para gênero uma leitura truncada da genitalidade, especialmente centrada na transgenitalização compulsória como uma maneira de conferir inteligibilidade aos gêneros.

A argumentação se apoia principalmente nas considerações de Bento (2017-2008), que problematiza a emergência da categoria em meio aos discursos científicos, demarcando uma impossibilidade de existência, ou, dito de outro modo, uma existência precária, inumana. Também me apoio nas análises de Connell (2016) e de Leite Jr (2011), acerca das categorias travesti e transexual, além daquelas desenvolvidas por Teixeira (2013); Ventura (2010) e Castel (2001).

Também neste capítulo busquei situar os processos que demarcam a enunciação pública coletiva das identidades trans e travesti destacando como a relação com os movimentos LGBTQIAP+ e diversos feminismos reverberaram nas formas de organização e construção de agendas. A análise recuperou ainda a relação com o Estado e a priorização de pautas voltadas para a reivindicação das políticas públicas, a fim de problematizar, a partir da experiência, objetivando verificar como desafiam às biopolíticas.

A abordagem sobre família, escola e trabalho desenvolveu-se em relação a essas discussões, trazendo um panorama dos principais desafios encontrados nesses espaços com base na literatura desenvolvida por Foucault (2021); Louro (2018); Bento (2017-2008); Caputo (2017) e Teixeira (2013), entre outras referências que se mostraram pertinentes, confrontando, por conseguinte, com as pautas e agendas delineadas, a fim de verificar, através destas, que portas são abertas para o reconhecimento do grupo populacional pelo Estado Brasileiro, como intersectam a discussão sobre raça, gênero, sexo, nação e regionalidade.

No terceiro capítulo, cumpre informar, a análise de gênero interseccionada pelo ordenamento jurídico no que se refere às trajetórias, conquistas e desafios referentes aos direitos e seus entrecruzamentos com a população transexual/travesti no contexto Brasil. Considerei para tal concretização as discussões apresentadas por Wisniewski (2019), Saadeh (2019), Interdonato e Queiroz (2017), dentre outros/as que discutem a compreensão dos direitos dessa população junto ao aparato estatal e seus entrelaçamentos com os direitos constitucionais considerando a Constituição Federal do Brasil de 1988.

No capítulo apresentado explana-se um panorama das conquistas e dos desafios no que se refere à população de mulheres transexuais e travestis no contexto brasileiro. Paralelamente, busquei demonstrar como a transexualidade e a travestilidade, enquanto categoriais políticas identitárias, vêm sendo interpretadas, analisando sob a perspectiva do ordenamento jurídico no que tange ao Estado brasileiro nos últimos 22 anos.

Desta forma, ante essas problematizações trazemos nessas discussões a noção de corpo, gênero, sexo e sexualidade e suas intersecções junto ao ordenamento jurídico brasileiro; analisando que uma análise enviesada no que concerne à essas categorias ao estarem intersectadas por marcas da diferença como raça, geração, etnicidade e religião, dentre outras, pode provocar uma série de deslocamentos e rupturas, muitas vezes servindo como um dispositivo legitimador e qualificador de acirrados processos de negação da identidade, além de consubstanciar estratégias históricas de exclusão.

Nesses termos, sua estrutura também é composta de uma breve explanação e análises referentes ao contexto paraibano, de modo respectivo, trazendo considerações a respeito dos indicadores e estrutura municipais e seus desdobramentos nas experiências dessas mulheres.

O quarto capítulo se consubstancia ante as problematizações das relações sociais e das experiências de mulheres transexuais e travestis da cidade de Campina Grande-PB, igualmente do perfil socioeconômico das interlocutoras, como indicado na metodologia, onde se buscou verificar como as experiências acumuladas nesses espaços interferem em suas vivências/existências enquanto corpos políticos.

Concomitantemente, também analisa-se neste capítulo os aspectos referentes à localidade, relação com a família, escola, igualmente o mundo do trabalho na cidade, como também se essas mulheres acessam e quais serviços sociais públicos têm mais reportado considerando a estrutura municipal; se estão incluídas em movimentos articulados e de apoio coletivo, políticas públicas (in)existentes em Campina Grande, Paraíba.

Em suma, as questões coletadas com a aplicação do instrumento de pesquisa possibilitaram e definiram a tessitura/consustancialização deste capítulo. Ao mesmo tempo, intentando uma análise aprofundada da experiência, mediante os dados coletados pelo trabalho de campo, simultaneamente, compõem também o nosso repertório discursivo e analítico, oportunizando-nos dialogar com as questões apresentadas pelas interlocutoras da pesquisa.

CAPÍTULO I. PARA UMA GENEALOGIA DO CORPO TRANSEXUAL FEMININO: QUESTÕES DE EPISTEMOLOGIA, TEORIA, MÉTODO E ANÁLISE

1.1. Gênero, raça e a construção do dispositivo da sexualidade

No século XIX se consolida a expansão imperial europeia, utilizando-se de um repertório discursivo em torno de questões de raças, utilizando-se de mecanismos de controle em torno dos corpos racializados, por meio da sua desumanização. Nesse contexto se aumenta o investimento no controle da sexualidade e da reprodução humana, como uma maneira de impossibilitar que pessoas consideradas oriundas de “raças não puras”, ou seja, pessoas negras e outras lidas socialmente como não brancas, sobre elas inimprou-se o direito à humanidade, assim como também à reprodução; vislumbrando a “pureza racial”.

No ápice da expansão imperialista europeia em países localizados no Sul Global, perante as mudanças estabelecidas nos cenários econômico, político, social e cultural, a raça é acionada como dispositivo supressor da humanidade de pessoas negras e outras categorias de pessoas. Simultaneamente, o sexo é colocado em discurso sob a premissa de controlar o tipo de sujeito que se deseja (re)produzir para que se tenha uma certa “pureza racial”.

Ao analisar as argumentações ora arregimentadas acerca dos imperativos postulados pela medicina/psiquiatria, entre outros campos do saber, como a sexologia, é no século XIX que se implementa através dos discursos médicos, estabelecendo o que conhecemos como racismo científico, Foucault (2010).

Sob essa linha de argumentação e de análise, o sexo e sexualidade são acionados e enunciados como dispositivos discursivos ante as relações de poder preexistentes, lançando-se sobre eles estratégias de controle e de subjetivação das relações que lhes são intrínsecas. Com isso, há um investimento no pressuposto inerente à normalidade, baseando-se numa verdade irrestrita, praticada por campos do saber como a psiquiatria e também a biologia.

Sobre o assunto, o filósofo Michel Foucault (2010, p. 277), assegura que:

O racismo que nasce na psiquiatria dessa época é o contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de

um estigma, seja de um defeito qualquer, podem transmitir a seus herdeiros, da maneira mais aleatória, as consequências imprevisíveis do mal que trazem em si, ou antes, do não normal que trazem em si.

Nesse contexto, pautava-se uma reorganização nos blocos de poder articulado pelo emergente ciclo de expansão imperial, sob a direção de países localizados no Norte Global, a exemplo da França, Bélgica, Itália, bem como a Alemanha, implementando e acirrando o processo de escravização de povos africanos.

O racismo científico corroborou fortemente na consolidação desses mecanismos de desumanização de pessoas negras, posto que a ciência vislumbrava instituir uma verdade “científica” e irrestrita ante a comunidade internacional tentando provar que algumas raças, considerando o que os campos do saber acima referiam e defendiam, estariam fora do reconhecimento da própria noção/espectro de humanidade.

Todos esses processos ocorrem no contexto da expansão imperial europeia onde o controle e a observação são deslocados do corpo individual, para todo corpo social, surgindo, então, dentro dessa prerrogativa, uma nova categoria, denominada de população, como observa Foucault (2008); ainda lembra

Que a psiquiatria alemã tenha funcionado tão espontaneamente no interior do Nazismo, não há porque se surpreender. O novo racismo, o neorracismo, o que é próprio do século XX como meio de defesa interna da sociedade contra seus anormais, nasceu da psiquiatria e o nazismo nada mais fez que conectar esse novo racismo ao racismo étnico que era endêmico do século XIX: (FOUCAULT, 2010, p. 227).

O repertório discursivo desse período tinha como intenção a implementação de estratégias e mecanismos de desumanização dos corpos racializados e que foram intersectados pela escravização, servindo como um dispositivo legitimador de desumanização a que povos de origem africana, principal e majoritariamente foram submetidos a partir da exploração do trabalho escravo.

De modo igual, pessoas negras não seriam consideradas humanas, estando exclusivamente dentro desse reconhecimento todos/as que estivessem cruzados/as pela dimensão de raça mediante os pressupostos hegemônicos da branquitude europeia, como observa Stepan (2005, pp. 53-54):

O papel da ciência nos debates sobre raça e destino era um fator adicional e complicador. No início do século XX, a ciência emergia, por toda parte, como componente crítico de interpretação cultural, e seu racismo também se intensificara – seja na medicina, na psiquiatria, na biologia, seja na antropologia ou nas ciências sociais. Assim, na América Latina, a ciência provou-se uma faca de dois gumes: de um lado, os intelectuais viam a ciência como progressista e libertadora, oferecendo novas ferramentas de peso –

intelectual e prático – para construir-se uma saída do suposto atraso de seus países; de outro, a ciência estava cada vez mais aliada ao racismo.

Como parte do movimento de consolidação do domínio imperial europeu do período, verifica-se também o controle sobre o processo de formação dos incipientes estados nacionais latino-americanos.

As estratégias arregimentadas no final do século XIX, se dão a partir dos corpos de pessoas indígenas, considerando a imersão e pujança da eugenia no continente latino-americano, trazendo os contextos mexicano, argentino e brasileiro, dialogando com Stepan (2005). Nesse momento surge a política da purificação da raça, implementando como mecanismo central para tal condicionamento, o branqueamento da população.

Desenvolve-se, nesse contexto, uma estrutura de poder e controle sobre o sexo e a sexualidade como uma maneira de controlar a reprodução dos/as considerados/as degenerados/as raciais, e, assim, garantir a produção de sujeito ideal à nação. Não só o sexo fora colocado sob suspeita, mas também as práticas que dele advinham como uma maneira de manutenção da ordem perante a “pureza da raça”.

Nas indicações postuladas por Beluche (2008, p. 78) “O degenerado não era considerado, de modo geral, como um doente afetado por uma moléstia qualquer. Era, antes de tudo, uma espécie ou classe diferente, menos humana”. Qualquer possibilidade de existência fora do que se pretendia normal, estava passível do entendimento da (a)normalidade, portanto, inimputável de humanidade.

Nada menos dentro desse processo o corpo da mulher negra é tomado como um dispositivo de controle, não apenas de seus corpos, mas também da sexualidade. A mulher, nesse contexto, é analisada como uma versão incompleta do homem, tomando como verdade nessa definição o sexo, a genitalidade do corpo como verdade irrefutável e fixa, ocorrendo no século XVIII.

A filósofa Judith Butler (2017), traz em suas análises críticas acerca do entendimento do sexo como base material. Para ela, precisa-se compreender o sexo e também a sexualidade como dispositivos e categorias que estão em constante devir, reconhecendo-os a partir de um caráter não fixo, mas mutável.

Sob essa égide, torna-se possível a interpretação e análise do gênero como categoria completamente distinta do sexo, pois,

a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. Amiúde, esse “corpo” parece ser um meio passivo, que é significado por uma

inscrição a partir de uma fonte cultural representada como “externa” em relação a ele. Contudo, quando “o corpo” é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo cultuarem-te construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto cuja generalidade é suspeita (BUTLER, 2017, p. 223).

Desse modo, a noção de corpo hegemonicamente impetrada como verdade axiomática e irrefreável deve ser questionada, considerando que o sexo não se mostra uma categoria suficientemente capaz na (con)formação do corpo, igualmente no que tange a uma sexualidade normativa. Essas categorias estão em constantes movimentos, mostrando para a sociedade o seu caráter mutável, não fixo.

Ao falarmos de sexo e de sexualidade, do mesmo modo dos dispositivos discursivos que foram implementados em torno dessas categorias, além das estratégias de controle e os mecanismos normalizadores e de normalização, trago para esta discussão as considerações a respeito das três tipologias defendidas por Foucault (2010); sendo a primeira o homossexual, ou seja, a partir desse sujeito, das práticas sexuais em torno de si e de uma sexualidade transgressora, que as sexualidades não normativas, são alocadas no Código Internacional de Doenças em 1977, permanecendo nele até a década de 1990.

Também podemos referenciar o casal procriador, legitimado pela sexualidade normativa, a heterossexualidade como possibilidade única de se viver a sexualidade humana. Por último a histericização do corpo feminino como uma maneira de controlar a sexualidade da mulher como ocorreu também com o controle da sexualidade infantil por meio das campanhas de combate ao onanismo das crianças. Essas estratégias estavam de maneira holística interligadas ao pânico moral provocado pelas elites dominantes da sociedade burguesa do século XIX.

Importante destacar, ainda com Foucault (2010), outras três figuras contrais e seus entrecruzamentos diante os processos e mecanismos de normalização, instituídos no século XVIII, estando pautadas na figura do mostro, do masturbador e do insaciável. Sobre eles, foram lançadas estratégias e mecanismos de controle como pressupostos de normalização pelos sistema de educação da época.

Igualmente, ponderando as análises supracitados e as estratégias de controle estabelecidas sobre o sexo, possibilita-nos a compreensão de que “o que se diz sobre o sexo não se deve ser analisado como a simples tela de projeção desses mecanismos de poder. “É justamente no discurso que vem a se articular o poder e saber” (FOUCAULT, 2019, p. 109).

Nesse ínterim, destaca-se a participação indubitável da medicina ancorada na psiquiatria instituindo normas e preceitos normalizadores em torno do sexo e da sexualidade, principalmente, no controle da sexualidade infantil.

Damasceno (2008), alega que o conhecimento científico é racializado e tem seu apogeu no século XIX, tendo no corpo da mulher negra as marcas empreendidas dessa noção do saber, sendo esta inferiorizada ante as concepções hegemônicas eurocentradas e eurocêtricas do conhecimento consolidando-se na objetificação e coisificação do corpo feminino negro.

Assim como gênero e raça foram utilizados como dispositivos de controle nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII, não diferente, ocorre o mesmo com a sexualidade. Foucault (2019), argumenta que os questionamentos em torno do sexo e da sexualidade datam do século XVIII. É nesse momento que há a produção dos discursos que se colocam como dispositivos qualificadores, tomando como referência a família tradicional burguesa. Inicialmente, nesses termos, a sexualidade das mulheres como corpo reprodutor, bem como das crianças passa a ser controlada.

Os desígnios científicos, ancorados na medicina, psiquiatria e biologia a partir do século XIX, no apogeu da expansão imperialista europeia cunham uma noção de humanidade que coloca para às margens desse reconhecimento as dissidências de gênero, raça, sexualidade entre outras marcas sociais da diferença, cujas abordagens refletidas pela medicina, assim, como também por outros campos do conhecimento, enquadram como desvios sociais associados ao potencial intrínseco de degeneração dos indivíduos posicionados em um lugar de inumanidade, de abjeção e ininteligibilidade, experienciando uma humanidade e existência precárias, como apontam Foucault (2021) e Butler (2017).

A emergência desses discursos vislumbra estabelecer o controle sobre a sexualidade humana e que se desenvolve nas sociedades ocidentais em fins do século XVIII, Foucault (2014); num cenário em que, como observa Miskolci (2003, p. 111) “percebe-se que a sexualidade era vista como um perigo”.

No que se refere aos mecanismos de controle empreendidos em torno do sexo e da sexualidade, analisa-se que “a polícia do sexo, isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2019, p. 28). Assim, o controle do sexo e da sexualidade não se dá ante sua proibição em relação aos atos e práticas a eles inerentes, mas pelas técnicas de controle e regulação que

sobre eles são lançadas tomando como verdade os discursos que serviriam como dispositivos qualificadores e produtores de verdades em torno do sexo.

Importa para o Estado a manutenção do sexo e da sexualidade desde que estejam atravessados/interceptados por estratégias de regulação por meio dos discursos e, em meio a sua necessidade de controle das populações iniciam-se os mecanismos e estratégias de controle das práticas sexuais como o controle de natalidade, casamentos, além de meios contraceptivos como mecanismos estratégicos e estruturantes das relações sociais e de gênero preestabelecidas.

A esse respeito, Foucault (2019) assegura:

“Até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos – além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opinião – regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Elas fixavam cada uma à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais (p. 41).

No que concerne à sexualidade como dispositivo de controle, tendo seu ápice no século XIX, como aponta Miskolci (2003, p. 111) “é importante frisar que a preocupação com a sexualidade é burguesa, portanto, de maior importância nas classes altas da sociedade”. Para Foucault (2019), a sexualidade é compreendida a partir das estruturas múltiplas de poder e saber, que se instituem em finais do século XIX mediante as estratégias de controle empreendidas sobre o dispositivo da sexualidade.

Em presença dos discursos em torno do sexo e da sexualidade encetam-se os dispositivos normalizadores, ou seja, demonstrando quem são os/as (a)normais, bem como os/as sujeitos/as desviantes das normas sociais histórica e hegemonicamente estabelecidas.

Contudo “não devido a alguma propriedade natural inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder que são imanentes a tal discurso” (FOUCAULT, 2019, p. 79). Os discursos produzem verdades, e de maneira deliberada e involuntária lançam-se como técnicas coercitivas sobre todo corpo social. As verdades postuladas inicialmente sobre o sexo não são a ele inatas, mas atribuídas de maneira compulsória, estando ancoradas nos discursos científicos como verdades irrefutáveis, mesmo que mais tarde esses discursos se tornem insustentáveis, ou, dito de outro modo, todas essas supostas verdades, inexistem.

O policiamento, a regulação, as técnicas de controle e exercício de poder são instituídas e se constituem como partes estruturantes das relações sociais por elas

engendradas. A esse respeito, as instituições hegemônicas estruturam e dão concretude a esses dispositivos deslegitimadores de humanidade. Conseqüentemente, são a família, as clínicas, os hospitais, a justiça com seus sistemas de regulação e controle dos corpos. Como aponta Foucault (2021), as estratégias e as técnicas de regulação e controle por elas empreendidas têm por função (des)humanizar, igualmente, de vida e de morte.

Para Weeks (2019), a sexualidade torna-se objeto de preocupação da religião e da filosofia da moral, isso no final no século XIX. Nesse meio tempo entendia-se essa categoria a partir de concepções moralizantes e policiaescas. Daí a necessidade de se pautar discursos em torno da sexualidade como maneira de legitimar determinadas práticas e condenar outras ao ostracismo. Por oportuno, as ações da medicina e de outras áreas do conhecimento se pautavam no controle das sexualidades não heterossexuais.

A sexualidade deve ser compreendida e interpretada legitimando o seu caráter político, diria que também crítico e analítico. “A sexualidade é, entretanto, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas” (WEEKS, 2019, p. 48). Corpo, gênero, sexo e sexualidade precisam cristalizar/estabilizar a norma, sem essa correspondência estabilizada perde-se o seu caráter de inteligibilidade.

Amparada pelos discursos da medicina criando um estereótipo ou ideal de humano perfeito, excluindo da noção de humanidade todos os indivíduos que “destoam” dessas concepções por elas reverberadas. A ciência argumenta que pessoas cruzadas pelas dimensões de raça e de sexualidade (não heterossexuais) padecem de uma degeneração, ou seja, são os/as denominados/as degenerados/as sociais de raça e de sexualidade, entre outras marcas da diferença.

Os/as dissidentes sexuais, de raça, etnicidade, os loucos, entre outros sujeitos classificados como transgressores, subversivos tornam-se os dispositivos que serão utilizados pelas ciências médicas como um dos campos de conhecimento que ocupa um lugar de poder na (re)produção do saber, lançando sobre os/as desordenados/as sociais repertórios discursivos, criando assim, a noção de diferença e de diferenciação como meios de hierarquização dos corpos.

Nesse ínterim, percebe-se que não apenas a medicina/psiquiatria mantém o controle dos corpos ao defenderem uma concepção da norma, mas, conseqüentemente, há outra instituição também desempenhando o mesmo papel, sendo que nas indicações de Foucault (2010, p. 221) “a família é que vai ser o princípio de determinação, de discriminação da sexualidade, e também o princípio de correção do anormal”.

Ainda sobre os mecanismos de normalização, analisa-se também que a linguagem, segundo o sociólogo Richard Miskolci (2003), foi a primeira a ser submetida aos mecanismos de normalização. Segundo este autor, sua emergência se dá com a criação da academia francesa, datando do século XVII, mais precisamente a partir de 1635.

Até a década de 1820, essa palavra ainda não tinha uma conotação médica, portanto, patológica, sendo Augusto Comte o principal teórico a dar-lhe um conceito estritamente médico.

Analisando como se insurgem os processos de normalização e os contextos referentes, assevera:

O uso do termo normal como o conhecemos surge da intersecção do conhecimento sociológico e do médico. Ambos estavam imbuídos do mesmo interesse de medir, classificar e disciplinar os indivíduos de forma a que estes conformassem à normalidade (MISKOLCI, 2003, p. 110).

Os mecanismos implementados pela normalidade se instauram no apogeu do desenvolvimento capitalista, bem como da sociedade burguesa, além de suas intersecções com a revolução burguesa, ocorrida no século XVIII. Nesse contexto se institui o que o filósofo Michel Foucault chamou de biopoder, tendo sua pujança no século XIX, estando anacorada na família canônica, como preceitos político e também da regulação da economia.

Foucault (2010), nos aclara a sistematização dos mecanismos de controle e de normalização, referenciando que o primeiro deles está localizado na ideia do monstro humano, tendo sua insurgência e desdobramentos ante os pressupostos defendidos pela lei enquanto noção jurídica. Também nos clarifica sobre o domínio jurídico-biológico, analisando o hermafrodita como parte desse conceito de anormalidade entre os séculos XVII e XVIII, valorizados, segundo o autor, no período do renascimento.

Para o filósofo, o segundo elemento disposto dentro da noção da anormalidade, o sujeito corrigível, constitui a versão mais recente considerando a ideia do monstro por ele analisada. Sobre ele são lançadas técnicas disciplinares, analisando a noção das leis colocadas e defendidas por ele como canônicas. Como último sujeito dentro desse período, nos traz o onanista (criança masturbadora), surgido no século XVIII, avaliando as relações inerentes à sexualidade e seus cruzamentos com o ordenamento interposto pelas relações intrafamiliares, tendo como foco principal as crianças.

Sob essa linha de argumentação e de análise, considera-se que:

O indivíduo “anormal” que, desde o fim do século XIX, tantas instituições, discursos e saberes levam em conta deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro, da multidão dos incorrigíveis pegos nos aparelhos de disciplinamento e do universal secreto da sexualidade infantil. Para dizer a verdade, as três figuras – do monstro, do incorrigível e do anonista – não vão confundir exatamente. Cada um se inscreverá em sistemas autônomos de referência científica: o monstro numa teratologia e uma embriologia que encontram em Geoffroy Saint-Hilaire sua primeira grande coerência científica; o incorrigível, numa psicofisiologia das sensações, da motricidade e das aptidões; o anonista, numa teoria da sexualidade que se elabora lentamente a partir da *Psychopathia sexualis* de Kaan. (FOUCAULT, (2010, p. 288)

Foucault (2019, p. 11), observa ainda que “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à existência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”. E segue assegurando que: “o que se diz sobre o sexo não deve ser analisado como a simples tela de projeção desses mecanismos de poder” (p. 109).

Nas indicações do sociólogo Richard Miskolci (2013, p. 10):

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil de fins do XIX se deram em um contexto internacional chamado pelo historiador Eric J. Hobsbawm de “A Era dos Impérios”, uma ordem mundial que girava em torno do poder imperial europeu compreendido como econômico, político, mas também cultural.

A sociedade da época estava condicionada aos imperativos europeus em se tratando da organização do pensamento, das novas formas de se produzir e reproduzir os saberes, estabelecendo uma potente estrutura de poder e de opressão, por conseguinte, possibilitando-lhes impetrar meios diversos de subordinação, compreendendo os dispositivos discursivos por eles acionados como verdades absolutas e inquestionáveis; promovendo mudanças em várias esferas da vida social; seja nos meios e modelos políticos, econômicos, assim como também no que tange aos recursos e bens culturais, vislumbrando um ideal civilizacional.

A(s) (a)normalidades emerge(m) e se consolida(m) nas experiências das pessoas como uma das várias maneiras de classificar e hierarquizar os indivíduos sociais como sendo mais ou menos humanos, mais ou menos importantes, sendo que essas diferenciações são responsáveis por gerarem múltiplos agravos, por vezes, irreparáveis no que se refere aos corpos e identidades lidos socialmente como não normativos.

A oposição entre o normal e o anormal foi “naturalizada” no século XIX. Por meio dessa oposição, as identidades foram hierarquizadas segundo critérios científicos e, portanto, supostamente isentos de valores morais” (BELUCHE, 2008, p. 29).

A esse respeito, Foucault (2021; 2010), assegura que os dispositivos de poder são utilizados como uma maneira de controle dos corpos a partir das disputas hegemônicas em torno do gênero e da sexualidade. Para o filósofo, os anormais estavam socialmente relegados ao poder-saber médico, como é o caso da psiquiatria, que, nesse intercuro, classificava os/as (a)normais não os/as reconhecendo ou lhes conferindo inteligibilidade, empurrando/os/as para às margens do reconhecimento humano. Nessa perspectiva emerge a concepção de corpos e identidades abjetos/as.

Inicialmente usa-se a loucura como dispositivo desse controle que as sociedades instituem em relação aos/as “desviantes” das normas sociais estabelecidas. Dessa maneira, esses indivíduos compulsoriamente são cruzados pelos processos de assujeitamentos. Os/as considerados/as loucos/as não tinham prerrogativa de viverem socialmente livres entre os/as considerados/as “normais”, com isso, surgem as clínicas como uma maneira de controlar e retirá-los do convívio público e social.

Os discursos sobre normalização e regulação dos corpos, bem como da sexualidade desenvolveram-se nas sociedades ocidentalizadas a partir do século XVIII, sendo que, desta maneira, o sexo é tomado como sistema de regulação social.

As instituições sociais e a ciência criaram os parâmetros de regulação de cunho meramente morais. As manifestações desses acontecimentos se dão no século XVIII, com isso, instituindo uma nova ordem de poder e regulação em sociedade.

À vista disso, o uso de discursos disciplinantes passa a imperar e instituir regras direcionando-as aos/as “desviantes sociais:”

O processo de normalização teve o intuito de disciplinar, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa do século XVIII..., [...]. Assim é que começou a se instituir o que Michel Foucault denominou de bio-poder, o conjunto de práticas e discursos que instituem a sociedade burguesa e a organizam. [...]. O bio-poder se consolidou no século XIX, com o surgimento da família canônica na década de 1830, como instrumento de controle político e regulação econômica: (MISKOLCI, 2003, p. 110).

As sociedades ocidentais se colocam como grandes difusoras de regras, técnicas de coerção por via do controle do corpo social. A economia funcionava como um dos mecanismos de controle de todo tecido social. Todas as identidades interseccionadas pelas dissidências de gênero, raça, sexualidade e classe se exercem sobre elas técnicas de

controle e exercício do poder, como uma das várias maneiras de coibir, disciplinar, policiar as ações reiteradas ante os atos performativos apresentados pelos/as desviados/as sociais. A medicina no século XIX tem forte repercussão e contribuição nesses processos diante os desígnios impetrados como verdades sobre os indivíduos considerados não normativos.

Os processos de normalização podem ser entendidos como formas de regulação e controle, gerando exclusão, além de fatores que sobremodo acarretam de maneira negativa nas vivências entendidas pela sociedade normativa como não normais, ou seja, os/as não normais de sexo, de gênero, de raça, e de sexualidade. As regras sociais são voluntariamente criadas de maneira a submeter, ainda que involuntariamente, indivíduos que por via do pensamento burguês, conservador, interseccionados por discursos que legitimam as estratégias de controle e o exercício do poder.

Sobre a (re)produção do conhecimento e sua localização no período da expansão imperialista europeia durante o século XIX, considerando a medicina e a biologia, principalmente, na organização da sociedade e dos indivíduos, Connell (2012), afirma que no século XX, analisando as proposições da ciência social, seus pensadores não se pautaram e/ou se propuseram a analisar como os processos sociais precedentes foram responsáveis por promoverem uma série de diferenças, diferenciações e exclusões, tomando como ponto central as raças não brancas, assim, como também a sexualidade não normativa.

Todos os mecanismos de controle dispostos pelas ciências médicas e biológicas no período em discussão, culminaram em acirrados processos de expropriação da humanidade de pessoas negras ante o processo de escravização, como também as cruzadas interpostas contra sujeitos/sujeitas que desviassem das normas impostas no que tange a uma sexualidade procriativa, ou seja, normativa, os/as posicionando em um lugar social e político de abjeção.

E segue asseverando em suas análises que no contexto do século XIX, a emergência da sociologia define-a como “uma ciência social baseada em relações sociais do império certamente se relaciona com gênero e sexualidade. E, na verdade, raça, gênero e sexualidade eram os assuntos principais no princípio da sociologia” (CONNELL, 2012, p. 317).

Globalmente, as diferenças se estruturam a partir da noção de raça e estavam estritamente sendo pautadas considerando as proporções/diferenças cranianas de cada sujeito/a. Sob essa égide, a ideia de raça pura, superior as outras, advinha da Europa. A

incidência desses acontecimentos se produz no século XVIII, instituindo uma nova ordem social considerando as técnicas de poder e regulação da vida e dos comportamentos sociais:

O processo de normalização teve o intuito de disciplinar, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa do século XVIII..., [...]. Assim é que começou a se instituir o que Michel Foucault denominou de bio-poder, o conjunto de práticas e discursos que instituem a sociedade burguesa e a organizam. [...] (MISKOLCI, 2003, p. 110).

As formas de controle e biopoder tinham um “alvo” para quem essas práticas se direcionavam, ou seja, para a classe proletária, aos pobres em relação aos segmentos abastados, ou seja, tinha mais que isso, tinha um processo de expansão imperial e colonial em curso, que incluía, inclusive, o controle da formação dos estados nacionais latino-americanos.

No século XIX, a medicina começa produzir discursos que serviriam como dispositivos qualificadores dos indivíduos humanos. Esse campo do conhecimento produz discursos e institui práticas que se apresentam e se colocam como verdades na definição de um humano perfeito, normativo. Nesse contexto dá-se o início aos processos de categorização e hierarquização dos corpos. De modo relativo, se instituem os conceitos de raça e racismo, e, a partir deles insurgem às diferenças, simultaneamente, se materializam os processos de diferenciação.

Em relação à condição da mulher na sociedade compreendendo os discursos empreendidos no século XIX, reflete-se sobre a hipergenitalização e sexualização do corpo da mulher negra, bem como sua inferiorização em relação aos padrões brancos europeus idealizados socialmente. A raça nessas concepções é interpretada como a imperfeição humana, uma humanidade impossibilitada.

Desse modo, a construção e a instituição do racismo científico como uma maneira de não apenas materializar as diferenças, mas acirrando os processos de inferiorização e diferenciação dos corpos considerados subversivos, assim, como também da sexualidade, coisificando e fetichizando o corpo e o sexo das mulheres negras.

Segundo Damasceno⁵ (2008, p. 4) “no momento em que o conhecimento se torna a razão da modernidade é o corpo da mulher negra que serve para construir e solidificar

⁵Nesta citação a autora faz referência ao caso da Vênus de Hotentote, e explana a história de Sara Baartman. Essa jovem khoi-san sul-africana, nascida em 1789, foi no início do século XIX exibida publicamente em freak shows e “espetáculos” científicos europeus. Seu caso toma importância à medida que Georges Cuvier,

o conceito de raça entre os cientistas”. O conhecimento inicialmente difundido como científico tem a prerrogativa de nomear quem são os/as (a)normais, os/as mais ou menos humanos, criando tecnologias de opressão como uma das formas deslegitimadoras de algumas existências, fazendo com que estejam posicionadas nos limites de suas próprias humanidades. O alvo do momento era os corpos entrecruzados pela dimensão de raça.

Nos primeiros decênios do século XX, a ciência eugênica passa a referenciar nos discursos as chamadas teorias da hereditariedade. Sendo assim, criou-se novas interpretações a respeito da reprodução humana. De modo paralelo, essas são técnicas de regulação e controle instituídas pela ciência eugênica como possibilidade do “melhoramento genético”.

Analisando as discussões ora versadas, deve-se buscar compreender que a noção de diferença deve ser apreendida como relacional, pois, a concepção de “diferente”, dependendo de uma determinada corrente teórica pode oferecer outras formas de interpretação sobre o que é ser normal, do mesmo modo, anormal. Essas compreensões emergem como qualificadoras dos processos de diferenciação como uma maneira de hierarquizar as identidades socialmente lidas e entendidas como transgressoras, desviantes.

Miskolci (2003, p. 119), faz referências aos processos de normalização dos corpos e das sexualidades considerando os discursos eugênicos e médicos compreendendo o final do século XIX, e seguindo no século XX:

O discurso eugênico e psiquiátrico do final do século XIX para o XX, devidamente associado a práticas sociais, constituiu os anormais como categorias da sociedade burguesa. Um ponto a ser ressaltado nessa criação dos anormais é a ênfase na sexualidade como forma de o caracterizar. O temor da degeneração pairou sobre o discurso que versava sobre os desvios do padrão burguês da sexualidade. No começo do século XIX, a masturbação era vista como o desvio mais problemático, mas progressivamente o alvo dos cientistas voltou-se para a mulher e, por fim, para o homossexual.

Nesse meio tempo, Foucault (apud BELUCHE, 2008), destaca a constituição de uma série de táticas empreendidas como estratégias e mecanismos de normalização corroborados por classificações a respeito dos indivíduos ante seus comportamentos, questões psicológicas, atributos físicos, entre outros.

De modo oportuno, analisa-se perante essa noção de normal e patológico, por exemplo, que pessoas alcoolizadas, práticas sexuais não heterossexuais, no caso da

seu “preceptor”, sendo o cientista que protocolou, segundo Lilia Schwarcz (1993), o termo raça na ciência moderna. “Foi pelo corpo de Sarah que nasceu o conceito moderno de raça” (DAMASCENO, 2008, p. 1).

homossexualidade, as prostitutas, entre outras marcações e identidades entendidas como subversivas/desviantes começam a ser classificadas a partir de atributos físicos. Sobre eles/as lançam-se as técnicas de normalização como medidas coercitivas empreendidas pela sociedade de controle. Todas as estratégias e mecanismos de controle tinham como intenção a produção, reprodução e manutenção da ordem burguesa socialmente estabelecida.

Nota-se, portanto, que “identidade e desvio são correlatos que funcionam na interação social e que essa relação não é “natural”, mas, além de historicamente construída, tem um projeto de construção hegemônica envolvido”. (BELUCHE, 2008, P. 30). São nas instituições sociais hegemonicamente constituídas, como as escolas, as famílias, os hospitais, as prisões, a justiça e o próprio Estado que as verdades são engendradas na formação da identidade.

À vista disso, nem todas as ações produzidas socialmente no que se refere à constituição da identidade dos/as sujeitos/as podem ser interpretadas de maneira homogênea, mas, sim, considerando seu caráter heterogêneo na compressão dos indivíduos sociais, entendendo as particularidades, singularidades e as subjetividades inerentes a esse processo e as estratégias de normalização estabelecidas.

Ao fazer referência a noção de monstro, em seu livro “Os anormais” (Foucault, (2010), bem como Damasceno (2008), alegam que a noção de corpo transgressor, ininteligível, animalesco, inimputável de inteligência, como também de humanidade, tem sua emergência entre os séculos XVIII e XIX. Podemos dizer, que, inclusive, essa noção/concepção de monstro, olhando para os corpos lidos socialmente como subversivos, transgressores, perdura até os dias atuais.

As questões problematizadas apontam para a compreensão da categoria gênero como um qualificador dos indivíduos humanos considerando o ordenamento social e político no que se refere às dinâmicas da sociedade e seus entrelaçamentos como a sexualidade, os deslocamentos e as rupturas insurgidos. Conclui-se que gênero não pode ser pensado desconsiderando as dimensões de raça e sexualidade.

Essas marcações historicamente têm servido como dispositivos qualificadores de exclusões a partir de concepções histórica e hegemonicamente empregadas como verdades em se tratando de um humano (im)perfeito, deslegitimando indivíduos que “estão fora” dos padrões socialmente aceitos para se conferir inteligibilidade aos/as sujeitos/as considerando a própria noção de humanidade.

O que se pode observar é que esses dispositivos discursivos só privilegiam uma noção e concepção de gênero a partir de compreensões universalizantes. Outras identidades e corpos dissidentes, ou seja, corpos racializados, não heterossexuais, perdem a possibilidade de se tornarem inteligíveis. Assim, todas as expressões de gênero, corpo, sexualidade e raça estão posicionadas em um lugar social de inumanidade, vivendo a precariedade de suas existências.

Múltiplas noções de diferença foram criadas como uma maneira de desqualificar os indivíduos considerados anormais. A (a)normalidade neste aspecto pode ser analisada intrínseca a tudo aquilo que está para além do que se reconhece como normal para os corpos, a exemplo das sexualidades não heterossexuais, de pessoas negras, mulheres como corpo inferior em relação ao homem. Esses repertórios discursivos em torno do gênero, raça e da sexualidade tentam revelar que os corpos masculinos são dotados de inteligência e habilidades inatas, deslocando o corpo feminino, principalmente, de mulheres negras (trans e não trans) para o limbo de todas as relações.

Para Foucault (2019, p. 51) “diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal – ao casal heterossexual e, se possível, legítimo”. Todos os imperativos desses discursos reforçam as normas instituídas de que o casal heterossexual é a única possibilidade de existência.

Segundo Miskolci (2003), as normas sociais estabelecidas são partes constitutivas, constituintes e estruturantes em cada fase do desenvolvimento capitalista e da sociedade burguesa, tomando o sexo e a sexualidade como dispositivos produtores de verdades em torno de si. Todos os discursos advinham da ciência, que tinha como intenção o controle da sexualidade infantil, alegando ser este um problema de saúde, assim como também a esterilização das mulheres, como encontramos em Foucault (2019).

Essa(s) identidade(s) funciona(m) como dispositivo(s) qualificador(es) de um corpo e de uma sexualidade hegemônicas, servindo como uma maneira de apagar as marcas sociais que interseccionam as experiências entrecruzadas pelas dissidências de gênero, raça e sexualidade. Por efeito, nega-se uma existência para além dos binarismos ante a díade masculino – masculinidades e feminino – feminilidades impostas como verdades na cristalização da identidade. Todas essas ações e discursos posicionam corpos e sexualidades dissidentes no lugar de específico, transgressor, abjeto, pecaminoso, inumano.

As normas precisam se estabelecer mantendo coerência entre essas categorias, considerando o ordenamento estruturante das regras ao longo da história, negando e

retirando dos/as dissidentes de gênero, raça e de sexualidade sua constituição enquanto indivíduos políticos. Todos esses imperativos instituem e consolidam sobre esses corpos e identidades as técnicas de normalização e de controle, lançando sobre eles o exercício do poder.

Por último, analisa-se que todas essas imposições em torno da sexualidade estão sendo rotineiramente reiteradas a partir das técnicas e estratégias de controle sobre elas produzidas.

1.2. Dispositivo da sexualidade, normas e heteronormatividade

Para a filósofa Judith Butler (2017), o gênero decorre dos atos performativos e dos estilos corporais. Esses processos e mecanismos em torno dos gêneros sugerem/implicam uma sequência de atos e performatividades, tendo como intenção a sobrevivência cultural. Ou seja, para a autora, quem não faz seu gênero acaba por ser punido socialmente.

Enquanto Salih (2019, p. 94) observa que " o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que estava ali o tempo todo". Com isso, analisa-se que gênero e corpo estão em constante devir, corroborando com as afirmações de Butler (2017), a respeito dos atos performáticos que permeiam e estruturam as relações entre o gênero e os discursos socialmente construídos e cristalizados em torno dessa categoria cultural e analítica.

Nas indicações de Butler (1993 apud BENTO, 2017), a experiência transexual está posicionada social e politicamente em um lugar de inumanidade, ou seja, de abjeção, ininteligível. Essa matriz excludente exige a produção das margens habitadas por seres que são construídos como abjetos, não humanos. Essa operação cria hierarquização que estabelece as posições de poder.

Nesses termos, no que tange à experiência de mulheres transexuais e travestis, analisa-se que, as características acima listadas entram em ação no momento em que se tenta teorizar essa dissidência de gênero:

[...] características que considera definidoras da pessoa transexual, e que se tornarão o padrão científico para o reconhecimento do "verdadeiro" ser transexual. São elas, a insistência em se considerar uma "mulher em um corpo de homem" (ou uma "alma feminina em corpo masculino"), o repúdio e ódio aos próprios genitais e a urgente necessidade de alterar seu corpo, adequando-

o ao sexo que considera ser o correto; e, finalmente, uma profunda angústia ou infelicidade quanto á sua condição (LEITE JR, 2011, pp. 146-147).

Entende-se por heteronormatividade a heterossexualidade como normatizadora no que se refere às relações sociais e de gênero preestabelecidas como verdades fixas. A ideia de controle desse sistema normativo está entrelaçada pela matriz heterossexual, funcionando como norma regulatória intersectando todo corpo social. É o corpo sexuado que está passível de inteligibilidade. Contudo, não é apenas o corpo sexuado, mas o corpo que mantém uma coerência, que estabiliza e cristaliza a norma.

Conforme Bento (2017) e Butler (2017), o corpo indubitavelmente precisa manter uma correspondência entre gênero, sexo/genitália, igualmente, uma sexualidade normativa, a heterossexualidade compulsória como legítima e possibilidade primeira de viver as experiências humanas. Sob esse prisma, para Scott (1995, p. 89) “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana”.

Simultaneamente, nas indicações de Bento (2008), o gênero é aquele que materializa os sentidos e signos sociais e culturais atribuídos as identidades e corpos naturalizando-os, normatizando-os, conferindo-os legitimidade, de modo respectivo, humanidade, considerando os corpos a partir das diferenças, ou seja, as características anatômicas e morfológicas.

O gênero, não diferente o sexo e a sexualidade/heterossexualidade como marcas sociais “consolidadas” se colocam como qualificadores da identidade, como também confere status de humanidade aos indivíduos. Indubitavelmente, “com frequência, a atenção dada ao gênero não é explícita, mas constitui, não obstante: uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade” (SCOTT, 1995, p. 91).

Butler (2020), assegura que nem todas as vidas são e estão passíveis de existência, quando o são, padecem de uma humanidade sobremaneira precária, sempre nas margens de todas as relações sociais. Face ao exposto, ressalva-se que as identidades e corpos dissidentes estão enredados por relações de poder e sobre estes são lançadas técnicas de controle e de regulação da vida.

Sob esse prisma, para Butler, (2017, p. 241) “Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o gênero.”

Nesse processo,

Gênero e mulher eram termos intercambiáveis. A suposta estabilidade do gênero assentada no corpo (vagina-mulher-feminilidade-maternidade-família & pênis-homem-masculinidade-paternidade-família) começa cair por terra. A visibilidade dos movimentos sociais trans e de ativistas de direitos humanos colocaram em cena (tanto nacional quanto internacionalmente) a necessidade de desvincular o planejamento e execução de políticas públicas para o gênero considerando como dado determinado a presença de uma determinada genitália (BENTO, 2017, p. 172).

Connell e Pearse (2015, p. 205), observam que “conforme a ordem de gênero muda, novas trajetórias se tornam possíveis”. A constituição de um indivíduo perpassado pela visão do “outro” ininteligível, ou seja, para se existir, necessariamente, alguém precisa nomear quem são os/as passíveis de existirem enquanto sujeitos/as, colocando para às margens aqueles corpos e identidades que de algum modo transgrediram os ideais e as fronteiras da “normalidade” e de gênero.

O gênero desde a sua constituição está enredado em redes de significados que dão concretude a matéria e ao corpo personificados mediante os discursos produzidos. A esse respeito, além disso, observa-se que o sexo não é dado suficiente ou verdade para definir e estabilizar o gênero em masculino e feminino, tomando como prerrogativa única a genitalidade como significante e que produz significados na materialização do corpo:

A coerência e a continuidade supostas entre sexo, gênero e sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades. A forma “normal” de viver os gêneros aponta para constituição da forma “normal” de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, conseqüentemente, sobre a heterossexualidade (LOURO, 2018, p. 81).

Para a autora, é evidente o caráter político dessa premissa, na qual não há lugar para aqueles homens e mulheres que, de algum modo, perturbem a ordem de gênero ou que dela escapem.

Ao refletir acerca dessas problematizações, pondera-se:

O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para ajudar a tomar decisão, mas só nossas crenças sobre gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo: (STERLING, 2001, p. 15).

Sob essa linha de análise e de argumentação, para Haraway (2004, p. 220): “Não ter a propriedade do eu é não ser sujeito e, portanto, não ter capacidade de atuação”. A autora critica a maneira de como as relações de sexo e gênero são entendidas e interpretadas nas e pelas sociedades ocidentais a partir da dicotomia natureza e trabalho.

Ao considerar gênero, corpo, de modo igual as corporeidades que lhes são intrínsecas, Connell e Pearse (2015, p. 93), advertem que “está claro que os corpos são afetados por processos sociais”. Todas as ações e direcionamentos das técnicas de assujeitamento, controle e exercício do poder se materializam sobre as sexualidades não normativas e das mulheres, como o diz Foucault (2019).

Em suma, diante do que ora se discute, esses mecanismos de controle e subjetivação se voltam em direção ao corpo feminino que desde o princípio está sempre sendo deslocado de um lugar de inferiorização a outro de subordinação.

1.3. Sexo e gênero como categorias

Parafraseando Scott (1995), o sexo assim como o gênero deve ser compreendido como uma marca histórica e socialmente construída a partir das normas estabelecidas e das relações de poder materializadas. Reflete-se essa categoria e todas as dinâmicas a ela inerentes como estruturantes das demandas respectivas à sexualidade e raça.

Para Scott (1995), os processos descritivos em relação ao gênero, acionados por historiadores/as feministas, sem desenvolver uma análise acurada do gênero, têm servido como uma maneira de posicionar o feminino em um lugar social e político de inferioridade em relação ao homem, tomando como base para tais questões a natureza como um dado objetivo na (con)formação do gênero.

Deste modo, cabe analisar que todos os deslocamentos e rupturas insurgidos em torno do gênero têm raízes históricas e se estruturam nos discursos em torno do sexo como categorias inerentes, quando, na verdade, são distintas.

Ao analisar o gênero numa perspectiva ampla no que tange aos processos teóricos e analíticos propostos aqui, verifica-se que a suposta diferença entre homens e mulheres pode vir de qualquer outra ordem, menos da natureza, como pontua Rubin (2017).

Sobre a maneira de como a história lidou com as experiências das mulheres antes das teorias feministas considerarem a análise como meio de explicação das desigualdades historicamente estabelecidas entre homens e mulheres, ou seja, ao se destacar que há uma desigualdade inata às mulheres, apegando-se a processos descritivos das experiências, sem realizar uma análise densa de como esses processos e as dinâmicas sociais que as circundam promovem uma série de deslocamentos e rupturas de suas experiências.

Nesses termos, oportuniza-nos o entendimento de que:

Os/as historiadores/as feministas que, como a maioria dos/as historiadores/as são treinados/as para estarem mais à vontade com a descrição do que com a teoria, têm, entretanto, procurado, cada vez mais, encontrar formulações teóricas utilizáveis. Eles/elas têm feito isto ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, porque a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes. [...] (SCOTT, 1995, pp. 73-74).

Ao analisar o gênero considerando as diferenças sexuais, acaba não dando conta das experiências de gênero que são impostas a nós. Sendo assim, esta categoria problemática precisa ser entendida partindo da premissa considerando o seu caráter cultural e analítico. Condicionar o gênero ao sexo como categorias inerentes e inseparáveis, retira-se dos indivíduos cruzados pela dimensão de gênero a possibilidade de experienciá-lo fora da díade masculino e feminino, homem e mulher olhando as diferenças sexuais e de corpo, ignorando e negando a identidade de gênero, sendo esta reivindicada pelas pessoas transexuais e travestis.

Mulheres e homens desta população negam os pressupostos hegemônicos que dizem que para ser homem ou mulher, necessariamente, precisa-se manter uma coerência entre corpo, gênero, sexo e sexualidade como verdades na (con)formação da identidade.

Sobre o gênero enquanto categoria de análise, Scott (1995, p. 85), observa que o “o termo - “gênero” - faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”.

O gênero vem sendo equivocadamente compreendido como uma maneira de organizar politicamente os indivíduos na sociedade a partir de pares dicotômicos, ou seja, masculino e feminino, opressor e oprimido. Não se pode compreender essas relações a partir de conclusões “simplórias”, entendendo todos os condicionantes históricos, culturais e sociais que interseccionam essa categoria problemática.

As concepções sobre gênero são variadas, a depender de determinada corrente teórica; as definições no que concerne à esta categoria cultural e de análise invariavelmente podem mudar.

Sobre a produção do conhecimento e as teorias que lidam com questões atinentes a gênero, sexualidade e raça, para Scott (1994); o gênero tem significado uma categoria e tem sido utilizado nos processos acadêmicos de produção do conhecimento como parte da diferença sexual entre homens e mulheres. Seu significado atravessa culturas,

intersecciona as relações humanas, políticas e sociais. Todas as ações políticas em torno do gênero se gestam compreendendo a instituição de relações múltiplas de poder.

Assim, a construção do conhecimento não está limitada apenas a noção do saber científico. As experiências em suas multiplicidades precisam ser consideradas como partes fundantes nas descobertas científicas. É nas relações sociais que as disputas em torno dos campos epistêmicos emergem.

“O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela” (SCOTT, 1994, p. 13). O gênero não implementa as diferenças, mas, tem como função a produção de saber e estabelece significados no que se refere às relações de diferenças entre os indivíduos sociais firmadas.

Diante dessas questões, para a autora supracitada, (1995, p. 72): “além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que tornam possíveis distinções ou agrupamentos separados”. Os discursos em torno do gênero emergem como uma das várias maneiras de categorizar e hierarquizar os indivíduos politicamente, analisando que as agendas de lutas e organização de movimentos articulados se dão a partir dessas injunções.

Como observa, essas aparições no que concerne ao gênero, inicialmente se deram com as feministas norte-americanas, tomando como base para as discussões as diferenças entre categorias e as relações socialmente estabelecidas, baseando-se nas diferenças sexuais e seu uso “ênfatisa todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76). Inicialmente é utilizado por historiadores/as no intento de delimitar novas perspectivas teóricas, metodológicas referentes à produção de estudos sobre essa categoria analítica.

As teorias feministas a partir de suas formulações crítico-analíticas concernentes à organização do sexo, da sexualidade e do gênero servem como suportes e dispositivos de análise na compreensão e identificação das desigualdades politicamente engendradas, respectivas às relações que as cruzam, além de questionarem as bases do conhecimento hegemonicamente produzido, como também de indagarem sobre a prerrogativa dos discursos históricos manterem a hegemonia e dominação masculinas na formulação de “verdades”, igualmente de subjetividades.

Desse modo,

A procura por uma análise que desse conta da discriminação era apanhada pela lógica circular na qual a "experiência" explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias da "experiência" masculina e feminina. É típico das visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina o apelo a ou a incorporação de definições normativas existentes. A história das mulheres escrita dessa perspectiva, e a política que ela engendra, termina por endossar as idéias de uma diferença sexual inalterável, que são usadas para justificar a discriminação: (SCOTT, 1994, p. 16).

Uma leitura equivocada do gênero pode estar servindo para a (re)produção de tecnologias múltiplas de opressão, promovendo deslocamentos e rupturas irrefreáveis. A inteligibilidade do corpo só encontra tal correspondência ao cristalizar e manter uma coerência entre sexo, como também uma sexualidade normativa.

Para Butler (2017, p. 43) “gêneros inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. O gênero, assim como o sexo, indubitavelmente, precisa estabelecer e manter essa coerência entre desejo e práticas sexuais.

À vista disso, importa referendar que as normas sociais e os aparatos discursivos entram em ação na constituição e essencialização dos gêneros e da sexualidade normativa. Sob essa linha de argumentação, a heterossexualidade se constitui e se apresenta como definidora e qualificadora do gênero perante as práticas sexuais, sociais e políticas.

Por último, faz-se imperativo o entendimento diante dessas discussões analisar e refletir sobre a inseparabilidade de categorias como gênero, raça, sexualidade e classe social. Ao separar essas categorias, esvaziando-as, nega-se sobremaneira as assimetrias e desigualdades que historicamente as interseccionam.

1.4. Transexualidade no dispositivo da sexualidade

Ao analisarmos a sexualidade como dispositivo discursivo e seus imperativos nas sociedades de controle, entre os séculos XVIII e XIX, observa-se que nesses termos a transexualidade torna-se uma impossibilidade, considerado que mulheres e homens desta população negam os imperativos históricos determinados e determinantes na constituição das experiências humanas baseadas no sexo como verdade axiomática na cristalização dos corpos.

Para Bento (2017, p. 17)

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra na experiência transexual os seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal imersão, depara-se com outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe não existe uma essência interior e anterior aos gêneros.

Ao olhar para a experiência transexual essas verdades caem por terra. Os dispositivos discursivos defendidos não encontram mais bases de sustentação concernentes à ideia de que a natureza é suficiente na (con)formação dos gêneros, olhando as diferenças sexuais.

Oportunamente, faz-se importante considerar as discussões defendidas sobre a anormalidade ao remetemo-nos a ideia de monstro como asseverado por Foucault (2010), servindo-nos como uma maneira de compreender que os discursos médicos e da biologia funcionaram na consubstanciação de uma verdade irrefutável em torno dos gêneros e dos sexos, consolidando a ideia do normal e o patológico e nessa seara a transexualidade se revela como uma forma de contestação desses pressupostos em torno dos corpos sexuados, negando essas marcações, se construindo fora desse espectro.

Para Leite Junior (2011, p. 79), nesses casos, “o exercício da medicina é evocado como uma maneira de proteger a sociedade do que é visto como uma ameaça para a instituição mais preciosa da moderna cultura ocidental: a família burguesa”.

Connel (2016), acrescenta que:

O significado clínico da transexualidade foi produzido numa negociação cultural complexa e incerta ao redor desse sofrimento e intervenção médica. Um conjunto de tratamentos foi desenvolvido – com fortes debates entre médicos – e as clínicas de identidade de gênero começaram a operar nos anos 1960: (CONNELL, 2016, p. 227).

O poder que a medicina exerce sobre todo o corpo social, pode ser compreendido a partir da noção de biopoder problematizada por Foucault (2021). Ou seja, que tem o poder de regulação da vida em toda sua plenitude. Para este campo da saber, mesmo sem nenhum dado objetivo, portanto, científico, ao longo dos últimos 50 anos, buscou sustentar em suas hipóteses que a transexualidade decorre de um transtorno (doença), que, na verdade, inexistente.

No que se refere ao gênero e identidade de gênero, para Butler (2017), construir um gênero é, antes de tudo, desconstruir o gênero. Neste caso, ao analisar a experiência transexual, olhando sob essa perspectiva, as teses da filósofa se confirmam. Dito isto, as

peças transexuais são assignadas desde o ventre como sendo pertencentes a um determinado gênero ou sexo, deles não podendo escapar.

No momento em que se tem o resultado de uma ultrassom, ou seja, esse gênero é logo acionando como sendo parte constitutiva e imutável do masculino ou do feminino diante dos supostos signos e estruturas corporais que o compõe, mesmo que ainda seja uma promessa, Bento (2017).

O poder-saber médico logo sentencia aquele corpo, que muitas vezes pode não se materializar, o que naturalmente ocorre com todos os organismos vivos, humanos e não humanos. Para Bento (2008), as regras e as normas sociais estão em pleno funcionamento e são de imediato acionadas como uma sentença para aquele novo corpo que ainda não existe materializado e personificado. Os signos socialmente atribuídos aos sexos já lhes foram designados, e irão agir como verdade na (con)formação do corpo, bem como da sexualidade de um ser que materialmente, inexistente.

A normatividade falha ao defender uma ideia de corpo, onde se defende o gênero enquanto uma categoria fixa, ignorando o seu caráter cultural, político e analítico. Dialogando com Scott (1995), entender o sexo como verdade incontornável na formação do gênero e das identidades não é dado suficiente para dizer, eu sou ou eu me sinto.

Com isso, analisa-se as multiplicidades de expressões internas ao gênero, desde a reivindicação de uma identidade, como no caso da transexualidade, assim como também dos atos performativos pelos/as sujeitos/as acionados, neste caso, poderia citar o caso das drags queens, das crossdressers, dentre outras formas e expressão de gênero. Ao analisar a localização desses corpos, o sexo, a genitalidade do corpo não se mostram suficientes na cristalização da identidade. E é nesse momento que o sistema sexo/gênero como verdade irrefreável e inquestionável falha.

Nesse esteio, a transexualidade e a travestilidade mostram exatamente a “verdade” do gênero, desvelando-se na prática. “Dito de outro modo, o que interessa é como essas tecnologias falham – e, de um modo ou outro, falham constantemente –, como são produzidas descontinuidades, como são gerados interstícios ou dobras de subjetivação ou incorporação desviante” (PRECIADO, 2010, p. 55).

O gênero não pode ser analisado como algo fixo, imutável, da mesma maneira que o sexo, conseqüentemente, a sexualidade. O corpo, o gênero e sexualidade estão em constante movimento e transformação, e nesse momento as (in) verdades que os circunscrevem caem por terra.

Os corpos trans afirmam e mostram nas analogias asseveradas nessas discussões a verdade do gênero, uma vez que a transexualidade nega o gênero (con)forme, ou seja, o corpo a partir das diferenças sexuais. Simultaneamente, a experiência transexual revela justamente que o gênero é, antes de tudo, uma categoria de análise e que para se existir um gênero, obrigatoriamente esse gênero se desfaz, como observado por Butler (2017).

As identidades trans são dispositivos reveladores de todos esses atos performáticos de gênero. Pessoas que são assignadas social e juridicamente como pertencente a um sexo/gênero e em determinada fase da vida decidem migrar de um gênero para outro, negando todas as normas e convenções sociais que ditam o que é ser “homem ou mulher de verdade”

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo: (BUTLER, 2017, pp. 25-26)

Em suma, importa referendar que as imposições sociais, culturais e políticas considerando uma matriz essencializante no que se refere ao gênero e ao sexo como partes constitutivas das experiências humanas, não são suficientes nas respostas que se buscam nas concepções e reprodução do gênero enquanto qualificador da identidade, seja ela de gênero, sexual, racial ou étnica, dentre outras expressões.

2. CAPÍTULO II. A “INVENÇÃO” DA TRANSEXUALIDADE

2.1 A experiência transexual: primeiras teorizações e seus desdobramentos

A transexualidade emerge em meio a dispositivos discursivos empreendidos por campos do conhecimento, pioneira e principalmente ligados à sexologia e, posteriormente, medicina, referendada pela endocrinologia, psiquiatria, e também pela psicanálise, mais precisamente no primeiro decênio do século XX, em 1910, com a utilização do termo transexual psíquico pelo sexólogo Magnus Hirschfeld, como apontado por Castel (2001); embora sem uma referência precisa concernente aos processos de diferenciação e categorização em torno das categorias gênero e sexo.

Em 1949, o termo transexual é resgatado por David Oliver Cauldwell, também sexólogo, considerando um estudo por ele apresentado relativo a um homem transexual. Antes desse estudo, não havia nenhum indicio sobre a compreensão, mesmo que limitada da experiência transexual. Ou seja, precedentemente, a única referência que se tinha estava relacionada as travestis fetichistas, considerando os casos clínicos apontados pelo médico e sexólogo Magnus Hirschfeld.

Segundo Bento (2017), os estudos sobre a transexualidade ganham seu apogeu na década de 1950, com os contributos da medicina ancorados na endocrinologia e pela psicanálise. Esses mecanismos e processos se instauram nos limiares do isomorfismo e do dimorfismo sexual. No isomorfismo, os estudos pautados por anatomistas, principalmente entre os séculos XVII até meados do século XVIII, não consideravam os caracteres sexuais e biológicos como qualificadores e legitimadores dos corpos a partir das diferenças que lhes são próprias. Mesmo assim, havia uma sobreposição androcêntrica.

Nessas interpretações, tinha-se a compreensão de “igualdade”, olhando para os caracteres sexuais (pênis e vaginas). No entanto, imperava-se sobre as relações sociais e de gênero, a dominação masculina. Conseqüentemente, intenta-se demonstrar como o isomorfismo e dimorfismo foram inicialmente pensados, organizados e localizados nas experiências humanas e suas respectivas definições. Com isso, analisava-se o corpo sem considerar as particularidades e especificidades que lhe são intrínsecas, ignorando sua constituição histórica ante os processos sociais e culturais que o precedem e os deslocamentos empreendidos a partir desses mecanismos.

Conforme Bento (2008), no isomorfismo pensa-se considerando uma única configuração de existência enquanto corpo, sendo o feminino percebido como complementaridade do masculino, excluindo a possibilidade de problematizar as categorias homem e mulher, sendo uma o complemento da outra.

A partir de meados do século XVIII, com a criação do estatuto do homem e da mulher, considerando ser essa uma necessidade política, bem como da elite dominante da época, emerge novas configurações no que tange à essas interpretações. Nesse contexto, se tem a ideia de que há um único sexo, não existe, nesse período ainda uma descrição biológica acerca dos caracteres sexuais a partir das diferenças de corpo.

No século XVIII, torna-se importante para a sociedade e para a política diferenciar homens e mulheres usando como prerrogativas as diferenças sexuais. O sexo entra nessas relações como um dispositivo qualificador do gênero e do corpo, por conseguinte, dando significados as relações sociais, de gênero e também sexuais a partir de então consolidadas.

No esteio do dimorfismo sexual, se insurgem os processos de diferenças e implementa-se as diferenciações considerando os corpos a partir dos aspectos bio/físio, anatômicos e morfológicos. Nesses termos, os caracteres sexuais primários e secundários são acionados nos discursos médicos para conferirem significados não apenas aos corpos, mas, ao mesmo tempo, aos gêneros, igualmente a sexualidade normativa.

Antes do século XVIII, não se considerava as diferenças biológicas no que se refere ao ser homem ou mulher enquanto mecanismos de diferenciação. É nesse século que esses processos se instauram no discurso científico, e começam agir como mecanismos e estratégias de diferenciação pois, até então, "as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o discurso científico" (BENTO, 2008, p. 25).

Segundo Butler (2017), pode-se pensar que nesse contexto o sexo torna-se a base para se pensar o gênero, ou, o corpo compreendendo a genitalidade e "seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?" (BUTLER, 2017, p. 27).

O uso do termo gênero, data do início da década de 1950, tendo sido acionando nos discursos da sexologia, pelo psicólogo e sexólogo John Money. Posteriormente, seguindo a mesma lógica, o psicanalista Robert Stoller resgata o seu uso, na década de 1960, segundo Cortez; Gaudenzi e Maksud (2019).

Para Bento (2017), a transexualidade é parte de um desdobramento histórico dessa experiência de gênero datando de meados do século XX, considerando a década de 1950 como marco nessa trajetória em contexto internacional, com reflexos posteriores para além das fronteiras.

Faz-se imperativo considerar que esta categoria problemática (gênero), é entendida a partir de sua constituição cultural, política, por conseguinte, analítica, pelas feministas anglófonas, já na década de 1960. O seu uso em contexto Brasil, se dá precisamente na década de 1980.

Mesmo com as produções desenvolvidas pela medicina e psicanálise acerca da transexualidade enquanto um transtorno, não havia nenhum dado científico, portanto, objetivo que comprovasse tais teses. As estratégias utilizadas por esses campos do saber se pautavam em desdobramentos exclusivos em se tratando do que socialmente era aceito para se reconhecer um homem ou uma mulher, logo, as pessoas transexuais, ao negarem esses desígnios eram de imediato, deslocadas para um lugar de abjeção, ao não apresentarem uma coerência entre corpo, gênero e sexo/genitália.

Para a compreensão desses processos importa referenciar neste ínterim, a trajetória histórica, política e social, bem como de modo inerente teórica que marca as discussões acerca da experiência transexual.

Intentando consolidar tal objetivo, Ventura (2010) e Castel (2001), apresentam uma cronologia que recupera as disputas entre campos do conhecimento, como a medicina, ciências sociais, sexologia entre outros saberes acerca do surgimento do “fenômeno transexual” e seus reflexos na tentativa e consolidação das primeiras teorizações acerca dessa experiência.

Na primeira fase tem-se as contribuições da sexologia que busca contestar e rejeitar as teses em que se considera a homossexualidade como perversão sexual, doença. Referenciando as pesquisas do sexólogo Magnus Hirschfeld em 1910, que utilizou o termo “transexualpsíquico” pela primeira vez em seus escritos referindo-se as “travestis fetichistas”, relacionadas à casos clínicos no que tange à essa experiência de gênero interseccionada pelos dispositivos da travestilidade/transexualidade.

A segunda fase, que se estabelece após 1945, é compreendida com o desenvolvimento da endocrinologia, ou seja, uma das especialidades inerentes à medicina. Para este campo do saber essas questões relacionavam-se aos preceitos defendidos pela sociologia intrínsecas à sexualidade, ou identidade sexual.

Conforme Castel (2001, p. 80):

Ela vê o nascimento o nascimento do que chamarei de “behaviorismo endocrinológico”, que de imediato vai tentar pregar uma peça á psicanálise. Ele fundamentalmente preparou a aceitação da maior parte das teses sociológicas sustentadas após 1945 sobre a identidade sexual, e que irão tornar possível o “fenômeno transexual”.

A terceira fase ocorre de 1945 a 1975, considerada para Castel (2001, p. 80) “a mais rica em acontecimentos”, em virtude da mediação do caso Jorgensen, feminizado em 1952⁶, e do desenvolvimento da “tradição americana de sociologia empírica e sua teoria da influência do meio”. Nesse meio tempo, as pesquisas se voltaram na compreensão da intersexualidade, antes nomeada de hermafroditismo, como também apontam os casos de pessoas transexuais.

Em 1958, tem-se uma abordagem acerca de questões atinentes à identidade de gênero a partir de um projeto pautado em torno de estudos que se pretendiam “refletir” os corpos trans, bem como pessoas intersexuais, tendo ocorrido nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Por efeito, nesse momento também se percebe a rejeição da psicanálise no que se refere às propostas psicoterapeutas referendadas pela endocrinologia acerca da experiência transexual.

Sobre essas experiências, Bento (2008, pp. 96-97), assevera:

Na década de 1950 foram publicados os primeiros artigos que registraram e defenderam a especificidade do “fenômeno transexual”. Essa tendência se intensificou ao longo das décadas de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, produziram-se indicadores que sugeriram onde deveria ser buscado o diagnóstico que diferenciaram transexuais de gays, lésbicas e travestis. O endocrinologista Herry Benjamin dedicou-se com afinco para estabelecer as frequências que justificariam a diferenciação das pessoas transexuais.

Até 1963 não havia uma “definição” no que se refere à transexualidade, travestilidade e homossexualidade. A partir desse marco, começa-se a “diferenciar” as identidades de gênero das identidades sexuais, compreendendo que gênero e sexualidade são categorias políticas, analíticas e discursivas opostas merecendo atenção nas discussões a elas próprias. Nessa década o saber médico entra em cena.

Bento (2017) e Castel (2001), apontam que nos Estados Unidos, na década de 1960, foram instituídos os centros de identidade de gênero com propósitos de oferecerem tratamentos concernentes à transexualidade que era compreendida por essas áreas do

⁶Trata-se de um caso onde um “ex-soldado”, dos Estados Unidos, de nome George Jorgensen que ao viajar para Dinamarca, em 1952, retorna ao país, com outra identificação de gênero (feminina), após a realização da cirurgia de transgenitalização. O caso gerou forte repercussão no país.

conhecimento como parte de um construto interseccionado por um transtorno referente à identidade gênero.

A quarta fase se dá em meados da década de 1970 e pode ser considerada como o marco no que tange às propostas dos profissionais ligados às ciências médicas, bem como da psicanálise e sexologia em se tratando de investidas referentes a tratamentos clínicos direcionados nos casos de transexualidade; esses sugeridos por Harry Benjamin (endocrinologista), Robert Stoller (psicanalista) e John Money (psicólogo e sexólogo).

As proposições defendidas por Stoller, segundo Bento (2008), estão ancoradas nos pressupostos freudianos, que analisa o corpo humano holisticamente a partir das concepções relativas à “saúde da mente”, com o foco na psique.

As Ciências médicas como psiquiatria, endocrinologia; oportunamente também a psicanálise e a psicologia iniciam seus processos intencionais de teorização do gênero mais precisamente referidos pela experiência transexual constituindo-se como campos produtores de conhecimento sobre transexualidade.

Nessa linha de análise e argumentação, Connel (2016), observa:

Stoller, Blanchard e Chiland não são os/as únicos teóricos/as da transexualidade, mas seus trabalhos estão entre os mais ilustres e isso nos dá uma base para pensarmos sobre a natureza do campo. A psiquiatria continua tendo importância prática nas vidas das pessoas transexuais, porque os psiquiatras continuam controlando o acesso à transição medicamente assistida (p. 2014).

Nesse percurso identifica-se nas indicações da medicina, por exemplo, que as intervenções propostas para pessoas transexuais estão estritamente relativas a cirurgias corporais diversas, principalmente, transgenitalização.

Analisando esses fatos históricos que marcam o “nascimento da transexualidade” a partir das teorias propostas pelos campos do conhecimento acima mencionados, na quarta fase desse processo, que ocorre na década de 1970, há uma organização dos movimentos de mulheres e o denominado homossexual pautando a despatologização da transexualidade e das sexualidades não hegemônicas, ou seja, não heterossexuais, conforme ilustra Ventura (2010).

O endocrinologista Harry Benjamin é considerado uma referência inicial na produção desses estudos, considerando as formulações em torno da experiência transexual. Nessa fase também há as contestações no que tange às imposições dispostas pela psicanálise a respeito da transexualidade. Nas classificações adotadas toma-se como dado “objetivo” para a experiência transexual a reivindicação da cirurgia de

transgenitalização, tendo como intuito primordial a norma – a heterossexualidade como significante e normatizadora das relações de gênero e sociais.

Em suas análises e intervenções, Harry Benjamin defendia rigorosamente que as pessoas transexuais seriam classificadas a partir do momento em que decidissem passar pela transição de gênero. Segundo disposições por ele estabelecidas, as pessoas transexuais seriam classificadas como primárias, assim como também secundárias. O/a transexual primário/a seria aquele/a que passasse pela transição de gênero ainda na infância, sendo o/a secundário/a os/as que transitassem na idade adulta, como observa Bento (2017-2008).

Concomitantemente, nos discursos, aciona-se, inclusive, elementos da própria subjetividade humana, como, por exemplo, ao fazer referência à uma “alma feminina” para qualificar as atribuições ditas como sendo próprias das mulheres ante um corpo e gênero como sendo inatos ao feminino.

O que se pode analisar nas reflexões dispostas por Benjamin é que não se levava em conta todos os condicionantes que interseccionavam as experiências trans, ou seja, ignora-se as relações familiares, sociais, culturais, entre outras maneiras de sociabilidades. Todos os processos sociais que negam essas experiências, desumanizam, tornando-as existências impossíveis, interferiam e interferem sobremaneira no tempo em que cada pessoa transexual decidiu (decide) passar pelo processo de transição.

De acordo com Bento (2017), para o referido médico, o “transexual primário”, seria aquela pessoa que demonstrasse um profundo desconforto com o seu sexo. Assim, para estes/as todos os sofrimentos seriam sanados considerando a cirurgia de transgenitalização, com isso, acionava-se o sexo como prerrogativa de estabilizar e conferir coerência e inteligibilidade ao corpo.

Também discorria sobre a heterossexualidade como norma fundante do corpo, sendo esta possibilidade única de viver a sexualidade. Para o endocrinologista, as pessoas transexuais que expressavam desejo pela realização da cirurgia, se dava para poderem em suas práticas sexuais utilizarem a genitália como uma maneira de legitimar a heterossexualidade, nesses termos, sendo acionada para cristalizar a norma.

Ainda asseverava que as identidades trans consideradas “falsas”, nas contemplações do endocrinologista Harry Benjamin, seriam aquelas que não expressavam desejo em realizar a cirurgia, bem como não expressavam repulsa a suas genitálias, Bento (2017).

Pode-se perceber nesses discursos que se aciona a genitalidade do corpo como uma maneira de conferir inteligibilidade e dar concretude ao gênero. Não obstante, o desejo das pessoas transexuais não está voltado à cirurgia de transgenitalização, menos ainda, poderem exercer a sexualidade normativa como uma forma de legitimar e conferir inteligibilidade aos corpos, como também aos gêneros.

A socióloga Berenice Bento (2017; 2008), ressalta que, neste caso, as demandas das pessoas transexuais se dão em torno do reconhecimento do gênero. Segundo a autora, as pesquisas realizadas com mulheres transexuais mostraram justamente o contrário. Suas buscas pela cirurgia não se pautam em torno de uma sexualidade normativa, mas com o intuito de satisfação pessoal e correspondência entre corpo e gênero. Ressalta também que nem todas as mulheres trans/travestis buscam a cirurgia como legitimadora de suas identidades e corpos, mas, sim, reivindicam o reconhecimento do gênero.

Mesmo sem nenhuma comprovação científica, os discursos se pautaram na busca de uma causa para a transexualidade. Identifica-se, por exemplo, nas teses defendidas por Benjamin, que a constituição do gênero fora das concepções não hegemônicas, tornando-se uma impossibilidade de existência, e, quando possível, interseccionada por intensos processos de precariedade da vida, pois,

O/a verdadeiro/a transexual, para Benjamin, é fundamentalmente assexuado e sonha em ter um corpo de homem/mulher que será obtido pela intervenção cirúrgica. Essa cirurgia lhes possibilitaria desfrutar do status social do gênero com o qual se identifica, o mesmo tempo em que permitiria exercer a sexualidade apropriada, com o órgão apropriado. Nesse sentido, a heterossexualidade é definida como a norma a partir da qual se julga o que é um homem e uma mulher de verdade: (BENTO, 2017, p. 149).

Como observa a autora, as pessoas transexuais podem se reconhecer como lésbicas, ou seja, mulheres trans que se atraem por outras mulheres trans – travestis e/ou mulheres cisgêneras⁷, assim como também gays no caso de homens trans que se sintam atraídos sexualmente por outros homens cis ou trans. As pessoas transexuais podem também nortear os seus sentimentos erótico-afetivos e amorosos-afetivos para pessoas de ambos os gêneros e sexualidades múltiplas, podendo adotar como orientação sexual a bissexualidade, entre outras múltiplas expressões e maneiras de se viver a sexualidade.

Sob essa ótica, analisa-se as contemplações dispostas pela autora supra ao declarar que:

⁷Pessoas cisgêneras, são aquelas assignadas no nascimento como sendo pertencentes a um determinado sexo (genitália), e que estabilizam ao longo de suas experiências uma “coerência” entre corpo, gênero, sexo/genitália e sexualidade; mantendo-se assim, o gênero conforme; cristalizando a norma.

Ao longo do trabalho, conheci histórias de vida de transexuais que têm uma vida sexual ativa; vivem com seus/suas companheiros/as antes da cirurgia; pessoas que fazem a cirurgia não para manterem relações heterossexuais, pois se consideram lésbicas e gays. Aproximei-me de outros que não acreditam que a cirurgia lhes possibilitará ascenderem à masculinidade ou à feminilidade, pois defendem que sus identidades de gênero não serão garantidas pela existência de um pênis ou de uma vagina e que, portanto, a principal reivindicação é o direito legal à identidade de gênero, independente da cirurgia: (BENTO, 2017, p. 149).

Para Harry Benjamin, a busca das pessoas transexuais se dava inerentemente pela cirurgia como única maneira de sanar os “sofrimentos” profundos que atravessam suas vidas desde tenra idade. Nessa perspectiva a transexualidade já estava sendo compreendida como uma categoria diagnóstica, aliás, esse processo se enceta entre as décadas de 1950 e 1960:

Como vimos, a transexualidade, como uma categoria distinta, foi criada a partir da década de 50 do século XX, nos Estados Unidos, onde três principais estudiosos do assunto, Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller, desenvolveram suas pesquisas e teorias. Apenas como referência, é possível dizer que esta nova classificação psicopatológica ganhou repercussão científica mundial através do lançamento do livro de Benjamin, *O fenômeno transexual*, em 1966 (LEITE JUNIOR, 2011, p. 205).

As experiências trans e travestis entram para a lista de classificações do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais/DSM, em sua segunda versão, datando de 1968, listando o termo “travestismo”, sendo que na terceira versão incluiu-se a transexualidade catalogada como “transexualismo”, em 1980, trazendo em sua quarta versão, no ano de 1994, o termo “transtorno de identidade de gênero”, já na quinta versão, consubstanciada em 2013, sugere outra nomenclatura, “disforia de gênero”, Bento (2017; 2008).

Os processos de patologização da transexualidade se configuram na década de 1980. Por conseguinte, nessa década as identidades sexuais ou sexualidades dissidentes são retiradas do rol das “doenças mentais⁸”, ou seja, ao passo em que a homossexualidade não seria mais passível de reconhecimento médico como uma patologia, portanto, com

⁸Na década de 1980, as sexualidades não normativas são retiradas da Classificação Internacional de Doenças – CID 10 F.64. Desta feita, ao mesmo tempo em que a homossexualidade e outras expressões de sexualidade não são mais consideradas transtornos, doenças, as identidades de gênero (transexualidade, travestilidade) e outras expressões de gênero entram para a classificação como “transexualismo”, o sufixo “ismo” denota doença. Segundo Bento (2012-2017), mesmo sem nenhum evidencia científica comprovável o gênero começa ser pensando como categoria diagnóstica, nas palavras da autora, neste caso, ignorando-se seu caráter social, cultural e político.

prerrogativa de tratamento, nesse limiar, a transexualidade entra na classificação ancorada no CID 10 F64.

Sobre os processos de teorização em torno da transexualidade e outras identidades não hegemônicas, algumas reflexões oportunizam pensar essas categorias para além dos binarismos cristalizados e que essencializam as experiências.

Bento (2006 apud VENTURA, 2010, p. 78), ressalta que:

[...], as teorias e propostas que constituíram o transexualismo tiveram desdobramentos “micro” e “macro”. O nível micro é aquele que se refere à forma como a pessoa se reconhece ou reconhece a outra como transexual; e os desdobramentos de caráter macro “são aqueles que se referem à compreensão que as instituições têm das pessoas transexuais, principalmente a justiça e a medicina, que, diante das demandas para a mudança dos documentos e/ou corpos, fazem avaliações sobre suas feminilidades/masculinidades.

Nesse intercurso emergia uma cruzada pela patologização das experiências trans, tendo seus reflexos mais incisivos na década de 1960, interseccionando as seguintes. Todas as investidas das ciências médicas juntamente a psicanálise se pautaram em colocar o gênero dissidente como uma categoria diagnóstica, negando o seu caráter cultural.

Bento (2017), cunhou o termo dispositivo da transexualidade, considerando que é em meio a discursos, principalmente, produzidos pela medicina e psicanálise que esta categoria identitária surge. A transexualidade emerge a partir desses campos do saber como uma categoria diagnóstica e não enquanto identidade de gênero que conhecemos hoje.

Conseqüentemente, faz-se importante entender a emergência não das identidades trans, mas da nomenclatura “transexualidade”. Com isso, evidencia-nos que há a produção de uma série de dispositivos discursivos implementados e difundidos, que na e a partir deles, posteriormente, os gêneros não cis passam a surgir entrecruzando-se por vários campos do saber.

Em paralelo, há que considerar que existem demandas por parte de pessoas transexuais e travestis em torno da cirurgia, o que é legítimo. Entretanto, não se pode de maneira compulsória imputar à essas pessoas procedimentos cirúrgicos como medidas “terapêuticas e corretivas”, pensando o gênero na e partir da genitalização dos corpos.

As teorias controversas em relação às mulheres e homens transexuais enquanto pessoas transtornadas ganham força e repercussão nos meios acadêmicos, mesmo sem nenhum dado que comprovasse as teses concernentes à essas experiências.

Connell (2016), problematiza as tecnologias discursivas instituídas/implementadas pela psiquiatria a respeito dessa experiência, alegando que “a ideia de que os trânsitos de mudança de gênero sinalizam uma doença mental (ao invés de, digamos, pecado ou transtorno cósmico) data do fim do século XIX, e dos primeiros dias da sexologia na Europa” (CONNELL, 2016, p. 201).

Além da psiquiatria, não se pode deixar de mencionar a endocrinologia. No entanto, ao falarmos de transexualidade, travestilidade a partir dos pressupostos impelidos pela medicina, precisamos ficar atentos/as as áreas que a inter cruzam, além das estratégias discursivas, ao mesmo tempo, as medidas terapêuticas intrínsecas a cada uma delas.

As abordagens implementadas por esses campos do saber em se tratando da experiência transexual estão ancoradas de maneira tácita na medicalização da identidade, no “tratamento do gênero patológico”. “As medidas terapêuticas” compreendiam (compreendem ainda) prescrição de medicamentos, como no caso de hormônios, bem como, cirúrgicas, esta última exaustivamente defendida pelo endocrinologista Benjamin, como aponta Leite Junior (2011).

Ao mesmo tempo, analisa-se que “os médicos acreditam que seu saber lhes permite “ouvir” a verdade que a natureza lhes diz sobre o sexo a que tais pacientes devem pertencer” (FAUSO-STERLING, 2002, p. 77). Não se pode ignorar o fato de que o sexo como anatomia era reiteradamente acionado como um mecanismo qualificador do corpo generificado por profissionais ligados à medicina, à biologia, à anatomia entre outros campos do saber. E continua a sê-lo.

Nos discursos de Benjamin, por exemplo, a mulher transexual que pretendia a cirurgia de transgenitalização tinha de imediato a heterossexualidade como um dispositivo legítimo e legitimador do corpo na (con)formação do gênero. Nesses termos, analisa-se que para esse teórico corpo e gênero “coerentes” seriam aqueles que (con)formassem à norma, como aponta Bento (2017).

Com efeito, a norma, seria a estabilidade entre corpo, gênero, sexo, inquestionavelmente, heterossexualidade. Para tanto, fugindo a essa lógica, a noção de humanidade perde sentido, torna-se ininteligível, abjeta, como se encontra em Butler (2017).

Ao romperem as fronteiras de gênero esses corpos são deslocados para um lugar social de inumanidade, e nesse movimento se instituem e se consolidam as discontinuidades. Ao reivindicarem um gênero, negando os pressupostos biológicos, bem como as diferenças de corpo, essas identidades perdem o caráter de inteligibilidade.

As práticas e os discursos historicamente têm servido como dispositivos promotores de variadas tecnologias de opressão, e seus efeitos rotineiramente se materializam nas vivências trans, produzindo e reproduzindo identidades e existências completamente precárias, não humanizáveis, associando-se nas discussões erigidas por Butler (2020; 2017). Com ela analisa-se que o gênero é parte dos discursos socialmente engendrados em torno dessa categoria problemática.

As experiências de gênero consolidadas, de modo respectivo, estão intrinsecamente cruzadas por uma série de repertórios discursivos que historicamente têm conferido privilégios a determinados corpos e identidades em detrimento de outros considerados não normativos, subversivos, sendo deslocados desde sempre para os limites discursivos do sexo, como também de suas próprias existências.

No caso da transexualidade, até pouco tempo, mulheres e homens dessa população não tinham prerrogativas de decidirem sobre seus próprios corpos em se tratando das decisões a respeito da hormonização e da cirurgia de transgenitalização, como exemplos tácitos, e que exaustivamente tem sido trabalhado pela Berenice Bento (2017). A noção de autonomia dessas identidades e corpos acabam por ser em maior ou menor grau regulada.

Nas afirmações de Connell (2016), a psiquiatria (o/a psiquiatra) ainda representa importante influência no que concerne aos processos, não apenas de cirurgia, mas também de hormonização das pessoas transexuais. É este/a profissional que ainda emana poder na hora de se iniciar o “processo transexualizador”, assim, como também ele/a designa autorização ou não respectiva à cirurgia de “redesignação” (transgenitalização) das pessoas transexuais e travestis.

Isto posto, os pressupostos sobre gênero e identidade de gênero insurgidos nos anos 1970, no que concerne aos estudos sobre a “origem” da transexualidade, reverberam nas vivências trans na atualidade. Com isso, houve intensa busca por parte das ciências médicas para a descoberta desse “fenômeno transexual”, termo utilizado por Benjamin.

Nesses termos, como advertido por Bento (2017):

Essa análise presentista não considera a especificidade histórica da transexualidade, fundamentada na medicalização da sexualidade que ocorreu no século XIX e que instituiu um sistema de classificação de condutas individuais baseadas no “sexo verdadeiro” (pp. 107-108).

Todos os corpos e gêneros que negassem ou rompessem as fronteiras de gênero estariam passíveis de interpretações da medicina e outros campos do saber como não normativos, transgressivos, patológicos, doentes. Com isso, se instituíam os protocolos médicos estabelecendo os meios/intervenções terapêuticos para os/as transtornados/as de gênero e de sexualidade.

Essas estratégias, culminaram na patologização das categorias travesti e transexual, entrando para o CID na sua décima revisão, catalogada no 10.F64 como transexualismo. O sufixo “ismo” denota-se doença, transtorno, tendo ocorrido na década de 1980. Sobre esses processos e os mecanismos a partir delas gerados sobre as experiências trans, analisa-se que, as articulações dos movimentos organizados denominados de homossexual e de mulheres serviram como dispositivos políticos e discursivos nos embates relativos aos imperativos da ciência acerca das experiências trans e travestis.

Nesse interim, “a psiquiatria continua tendo importância prática nas vidas das pessoas transexuais, porque os psiquiatras continuam controlando o acesso à transição medicamente, assistida” (CONNELL, 2016, p. 214).

As percepções iniciais acerca dessa experiência de gênero entrecruzada pelo dispositivo da transexualidade estavam ligadas diretamente a uma conotação de transtorno e doença, mesmo sem nenhuma evidência científica que comprovasse tais teses:

A transexualidade cresceu consideravelmente a partir de meados do século XX. A sua inclusão no Código Internacional de Doenças, em 1980, representa um momento delimitador de um processo que vinha se consolidando desde a década de 1950. Esta inclusão foi comemorada por parte dos cientistas que estavam envolvidos na produção de provas que justificassem o reconhecimento da transexualidade como uma doença e interpretado como um avanço da ciência que, finalmente, estava desvendando as origens de uma “doença” presente em todos os tempos e culturas (BENTO, 2017, p. 18).

A respeito do processo que corrobora para a patologização das identidades trans, assevera Teixeira (2013, p. 33)

A transexualidade é uma fronteira marcada por diferentes definições, sendo que o termo transexualismo é hegemônico no discurso médico e passou a integrar a Classificação Internacional de Doenças (CID) na sua versão mais recente, a CID-10. Por determinação do Ministério da Saúde, essa classificação passou a vigorar no Brasil, em 1º de janeiro de 1996, e, na medida em que se estabelece uma classificação de síndromes psiquiátricas (chamadas de transtornos), fornece, em suas Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas,

critérios específicos para que um determinado diagnóstico possa ser estabelecido.

A nova versão da Classificação Internacional de Doenças/CID postulada pela autora, é a de 1980, momento em que a sexualidade sai do CID, ou seja, a homossexualidade e outras expressões de sexualidade não heterossexuais deixam de ser consideradas transtornos. Nesse ínterim, as experiências de gênero cruzadas pela transexualidade entram para o CID, sob catalogação referente ao 10. F.64.

É importante ressaltar que diante dessas problematizações, a Organização Mundial de Saúde/OMS manteve a transexualidade sob o CID 10. F64, enquanto um transtorno, até o ano de 2018. Com efeito, as existências trans permaneceram nessa condição (de patologia) por mais de cinquenta anos, se considerarmos todo processo histórico que as entrecruzou desde o princípio ao se analisar o gênero enquanto uma categoria diagnóstica, negando seu caráter cultural e analítico, como encontramos em Bento (2017) e Scott (1995).

Mesmo com a instituição do CID 11, ocorrida em 2018, retirando a transexualidade da condição de “transtorno”, esses processos seguem seu curso com base nos postulados que o precedem, mantendo-se o fundamento primeiro. Assim, é importante reforçar a consciência política das pessoas transexuais a respeito dos direitos que lhes são inerentes, bem como da autonomia no que tange às decisões intrínsecas a seus corpos.

Esses mecanismos de controle dos corpos trans presentemente podem ser facilmente observados ao analisarmos as exigências no que se refere às pessoas transexuais e travestis ao iniciarem seus atendimentos nos ambulatórios de saúde Integral Para Pessoas Transexuais e Travestis, sendo que o/a psiquiatra ainda emana um certo nível poder e controle sobre esses corpos.

Ou seja, o primeiro contato entre a população trans e travesti nos ambulatórios obrigatoriamente se dá por esses/as profissionais. A partir da escuta, são eles/as quem decidem se se inicia a transição medicamentosa, através do uso dos hormônios ou não, além do tempo necessário para a realização da cirurgia de transgenitalização.

Como afirmado anteriormente, é na clínica que esses mecanismos se (re)materializam nessas experiências. A autonomia das pessoas transexuais, mesmo com a instituição do CID 11, estando em vigor, ainda, nos dias atuais, continua sendo regulada pelo poder-saber médico.

2.2. Transexualidade: entre a medicina e a psicanálise

Diferentemente da medicina, considerando a psiquiatria e a endocrinologia, o psicanalista Robert Stoller trabalhava na possibilidade de tratamentos voltados à saúde mental das pessoas transexuais. Bento (2008), lembra que, para ele, trabalhar aspectos respectivos à saúde psíquica seria terapeuticamente eficaz e eficiente em se tratando dos/as transtornados/as de gênero. As considerações de Stoller referentes à transexualidade não se sustentam, uma vez que segundo o psicanalista é entre a relação da criança com a mãe que se inicia essa percepção e identificação com o feminino, Bento (2017).

As análises do psicanalista, de maneira clara, não levam em consideração que, desde tenra idade, as estratégias de controle, normalização e pedagogização dos corpos trans se legitimam na convivência intrafamiliar, primeira instituição onde se materializa as sociabilidades, simultaneamente, as violências múltiplas contra esses corpos materializadas nos dispositivos institucionais regidos pelo Estado, de modo inerente, por todo conjunto da sociedade.

Os conflitos vivenciados por mulheres transexuais e travestis nas esferas intrafamiliar e social acarretam em suas experiências uma série de adoecimentos, diferentemente do que é defendido nas reflexões erigidas por Stoller, que defende que todos os problemas experienciados por essas mulheres são inerentes às suas próprias existências enquanto transexuais e travestis. Contudo, analisamos que todos esses processos são gerados por todos os condicionantes acima referendados e que as inter cruzam desde princípio.

Nesses termos, ponderando as discussões defendidas pelo psicanalista Robert Stoller acerca dos processos de negação, violências e não legitimidade dos corpos cruzados pela transexualidade e travestilidade, de maneira tácita, são ignorados. Para este autor, além do endocrinologista Harry Benjamín, os sofrimentos apresentados nas biografias das pessoas trans eram inatos à transexualidade. O que se pode verificar, segundo Bento (2017), é que, na verdade, esses discursos não se sustentam.

Para essa autora, é nas clínicas que há a maior concentração de poder sendo exercido sobre esses corpos. De maneira mais incisiva a endocrinologia, psiquiatria e psicanálise se debruçaram em desenvolver estudos vislumbrando evidenciar que a transexualidade e travestilidade, ou seja, as pessoas que se reivindicavam a partir desse

lugar de enunciação política eram passíveis de um transtorno, do mesmo modo, cada profissional e sua respectiva área de conhecimento deliberava de maneira compulsória medidas terapêuticas na tentativa de "tratar" os gêneros patológicos.

Considerando os pressupostos defendidos por esses campos do saber em torno da transexualidade, nesse meio tempo surgem as disputas de narrativas entre eles (“os teóricos da transexualidade”).

Não diferente da endocrinologia, nas indicações de Connell (2016, p. 200):

A psiquiatria desempenha um papel importante, porém controverso, nas políticas da transexualidade e na vida de muitas mulheres transexuais. Por psiquiatria quero dizer a área da psicologia da profissão médica que lida com conceitos de “doença mental” ou “transtorno mental”. A psicologia clínica é uma profissão relacionada próxima.

Como demonstrado, houve uma hegemonia na (re)produção do conhecimento, em se tratando das experiências trans e travestis ao longo do século XX, percorrendo o século XXI. Dentre eles, destaca-se a medicina/psiquiatria, endocrinologia, psicologia, e sexologia, que dá início a todo esse processo.

Em resumo, é notório que os confrontos, as contestações entre os diversos campos do saber, possibilitou que cada um apresentasse um conceito e/ou uma referência que se mostrasse suficiente na definição ou na descoberta da “causa” para a transexualidade, que notadamente, não se comprovou, como apontam Bento (2017), Teixeira (2013) e Leite Junior (2011). Todos esses campos do saber pautaram suas análises acerca da transexualidade, fazendo referência a uma desordem, que, na verdade, inexistente.

2.3. Contestações e insurgências críticas

A emergência do termo identidade de gênero data de 1963, cunhado pelo psicanalista Robert Stoller. Haraway (2004), afirma que em 1958, o Projeto de Pesquisa sobre Identidade de Gênero foi constituído no Centro Médico para o estudo de Intersexuais e Transexuais, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA).

Stoller apresentou o termo “identidade de gênero” no Congresso Internacional de Psicanálise, em Estocolmo, em 1963. “Ele formulou o conceito de identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que o sexo estava vinculado à

biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero a cultura (psicologia, sociologia”) (HARAWAY, 2004, p. 216).

Os movimentos organizados de mulheres, o feminismo, movimento de homossexuais, entre outras minorias se davam pela mudança em relação às práticas e intervenções médicas nessa e em outras questões respectivas a gênero, sexualidade e suas intersecções. De acordo com Connell (2016), iniciam-se, desse modo, as organizações de movimentos de transexuais que começam contestar as bases “científicas” e as teorias realizadas acerca dessa experiência de gênero cruzada pelo dispositivo da transexualidade.

Desta feita, implementavam nos discursos a noção de corpos cruzados pela genitalidade, alegando que todos que negassem essa (in)verdade capaz de conferir inteligibilidade ao ser “homem ou mulher”, deve-se obrigatoriamente patologizar, alijar de todo reconhecimento político, social e histórico do gênero. De tal modo, percebe que, de maneira tácita, esses campos do saber negam o gênero como sendo parte de um construto social, nada tendo de biológico, e/ou, menos ainda, que haja uma essência que estabilize e conforme o corpo a partir das diferenças anatômicas e morfológicas.

Os termos travesti e transexual começam ser utilizados como categorias políticas, refutando o caráter diagnóstico defendido por campos do saber como medicina e psicanálise, após a década de 1970, do século XX.

Com as interferências da psicanálise, endocrinologia, psiquiatria e psicologia na produção e difusão do conhecimento acerca dessas experiências, inicia-se o que se pode chamar e classificar de movimentos organizados que questionam a maneira como as ações e intervenções desses campos do saber se colocam como verdades na (con)formação dos gêneros a partir de pares dicotômicos, tomando como verdades absolutas os discursos produzidos social e hegemonicamente consolidados para se conferir inteligibilidade aos corpos a partir das concepções “masculino e feminino”, responsáveis por produzirem e reproduzirem os códigos corporais e performáticos referentes às “masculinidades e feminilidades”; os gêneros (con)forme.

O sexo reiterada e rotineiramente é acionado como um dispositivo qualificador do corpo, tomando a genitalidade como significante na produção do ser “homem ou mulher de verdade”. Nesse mesmo movimento a heterossexualidade entra como um mecanismo estruturante e legitimadora da sexualidade normativa, negando quaisquer outras expressões de sexualidade.

Mesmo com as lutas iniciadas na década de 1970, acerca desses desdobramentos, que condicionam às experiências trans e outras expressões de gênero como transtornos, “a transexualidade passou a ser considerada como uma “disforia de gênero”, termo cunhado por John Money em 1973” (BENTO, 2017, p. 39).

Para Bento (2008), é na década de 1990, que a comunidade de ativistas transexuais começa a questionar de maneira mais incisiva os discursos médicos acerca da transexualidade e suas reverberações e intersecções com a sexualidade. Ou seja, ao contrário das teses defendidas por Harry Benjamin de que as pessoas transexuais buscavam na cirurgia de transgenitalização a satisfação sexual, tendo como possibilidade experienciar as práticas sexuais, tomando como verdade a (con)formação do corpo, gênero e da sexualidade das pessoas transexuais.

Nesse caso, aciona-se nos discursos a heterossexualidade compulsória como norma, de modo igual, como única possibilidade de viver a sexualidade, ou seja, nas indicações de Benjamin, as pessoas transexuais buscavam na cirurgia um meio de poderem exercer a sexualidade normativa.

Faz-se importante observar que há mulheres transexuais que se reivindicavam como lésbicas, por exemplo, começam protestar contra as imposições da medicina em relação não apenas a seus corpos, mas, de modo inerente, à sexualidade, compreendendo que identidade de gênero e sexual são dimensões constitutivas das experiências humanas completamente distintas.

Mesmo que o endocrinologista tenha se posicionado contra os desígnios perpetrados pela psicanálise no que concerne à experiência transexual, refutando a maneira de lidarem com esses corpos e identidades, não se pode ignorar o fato de que Benjamin tem um posicionamento medicalizante a respeito dessas experiências, tendo em vista que,

em 1966, Harry Benjamin chamou a psicanálise de um tipo de culto, incompreensível para médicos clínicos, com explicações muitas vezes “absurdas, intrigantes e mesmo poéticas”, criticando em especial a associação feita pela teoria psicanalítica entre o conceito de “mãe com pênis”, “mulher fálica” e “complexo de castração” e as pessoas travestis e transexuais (LEITE JR, 2011, p. 144).

O que se pode observar nesses campos do conhecimento é uma disputa de narrativas pelas teorizações e ações mais contundentes e enfáticas no que tange aos corpos considerando os caracteres bio-fisio-anatômicos e morfológicos, estes como definidores dos gêneros e das sexualidades hegemônicos.

Ao analisar-se as discussões postas pela sociologia, história, antropologia e a filosofia, nota-se claramente que esses “transtornos” eram atribuídos compulsoriamente a partir do poder-saber médico, bem como diante das estruturas de dominação e poder institucionais. Uma vez que é dentro dessas estruturas de poder que se iniciam os processos de controle e subjetivação das identidades. São esses profissionais quem têm a prerrogativa de nomearem os/as (a)normais de gênero, como lembra Bento (2017-2008).

A transexualidade e travestilidade enquanto categorias identitárias e que cruzam as fronteiras de gênero, (des)organizam e (re)organizam outras possibilidades de experienciar o gênero e o corpo para além da díade masculino – homem – masculinidades e feminino – mulher – feminilidades. De modo conseguinte, essas identidades e corpos contestam e negam as diferenças sexuais na (con)formação do gênero.

Faz-se imperativo lembrar que as imposições deliberadas no que tange ao feminino a partir de seu caráter subalterno, tem raízes históricas. Nessa lógica, percebe-se que se legitima a transição de gênero, desde que não aconteça do masculino para feminino, como aponta Leite Junior (2011).

A esse respeito, Lynne Friedli (apud LEITE JR. 2011, p. 106) “afirma que o termo travesti foi usado na Inglaterra, em 1652 para designar mulheres que se vestiam como homens”. Era perfeitamente legítimo e legitimado a prática de “trânsito de gênero” nesse contexto. Romper as fronteiras do gênero era uma prática permitida, desde que não estivesse interseccionada com o feminino, que hegemônica e historicamente tem sido posicionado em um lugar social e político de inferioridade.

Leite Jr (2011), aponta em suas análises registros históricos de que as expressões de gênero, ou seja, de trânsito entre os gêneros datam do século XVII, ao mencionar os casos de mulheres que se vestiam com roupas do gênero/sexo oposto para se passarem por homens na sociedade. Essas estratégias no que tange ao trânsito de gênero ocorriam em algumas sociedades, sendo que se tolerava o trânsito de gênero feminino para o masculino, no entanto, o contrário era tido como uma afronta às regaras que estabeleciam os parâmetros estruturantes relativos às relações sociais materializadas, passível, inclusive, de severas punições, como, por exemplo, morte.

Com efeito, não se pode delimitar cronologicamente com exatidão a emergência do trânsito entre os gêneros e seus entrecruzamentos considerando aqueles/as que rompiam, provocavam rupturas e deslocamentos das fronteiras de gênero.

O termo travesti passa a ser usado na Inglaterra durante o iluminismo, sendo que nesse momento utiliza-se dos bailes de máscaras como dispositivos que legitimavam as

práticas e as estratégias de trânsito entre os gêneros. Desta forma, apenas em 1831, esse termo passa a ser utilizado como substantivo para designar homens que se vestiam de mulher, e da mesma maneira as mulheres que se vestiam com roupas social e culturalmente lidas e compreendidas como sendo pertencentes e inatamente ao universo masculino, segundo Castle (1999 apud LEITE JR. 2011).

Para Butler (2017), gênero e corpo estão em constante transformação, ou seja, em constante movimento, promovendo múltiplos deslocamentos nas fronteiras do gênero. Corpo, gênero, sexo e sexualidade precisam ser analisados considerando os processos que os circunscrevem, percebendo que não há um caráter fixo. Não há uma essência que estabilize os gêneros e as sexualidades; as experiências trans revelam essa (in)verdade do gênero.

Diante dessas contestações e análises, assevera-se que “uma vez que o gênero é uma estrutura de relações sociais, uma questão fundamental na transição é o reconhecimento social; a base de atuação é socialmente construída em conjunto” (CONNELL, 2016, p. 217).

Sobre fronteiras e os limites a partir delas gerados, Louro (2018, p. 22), ressalta que “a visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades.” A experiência transexual revela que não há uma única possibilidade de viver o gênero, bem como as corporeidades nele e por ele proporcionados, mostrando a verdade do gênero que está na prática.

As experiências trans e travestis despontam que as determinações sociais e culturais hegemonicamente constituídas em torno dessas categorias como algo fixo, não havendo possibilidade de outras vivências e experiências não se sustentam. Não obstante, o gênero é resultado e resultante das práticas sociais e não das convenções morais que interseccionam as experiências conferindo inteligibilidade aqueles/as que mantêm a conformação de um corpo a um gênero, igualmente a um sexo.

Não se pode ignorar que há uma multiplicidade de expressões internas ao gênero, sendo a transexualidade uma dessas múltiplas expressões de se viver e se pensar o gênero, rompendo as fronteiras impostas em torno dessa categoria problemática e analítica. Os corpos trans desde sempre são lidos como uma espécie de coisa, algo antinatural, abjeto, anormal, pecaminoso, pois como afirma Butler (2017, p. 193), “haverá humanos que não tenham um gênero desde sempre?”

Concomitantemente, avalia-se a possibilidade de se pensar um/a sujeito/a, considerando a teoria queer como capaz de dar respostas as perguntas que historicamente têm permanecido sem respostas; como uma das maneiras práticas de reelaborar novos discursos em torno de questões latentes que interseccionam as vivências atinentes às sexualidades e aos gêneros dissidentes, que possibilita arcabouço teórico e metodológico na compreensão desse outro não normativo, transgressor, subversivo.

É nessa linha de tensão que os corpos trans são posicionados, nesse lugar de anormalidade, de aberração e anomalia, dentre outros adjetivos utilizados para serem-lhes furtadas desse reconhecimento de corpos passíveis de legitimidade política e de humanidade.

Louro (2018), assevera que o estranhamento gera repulsa, conseqüentemente, incômodos, visto que todos/as aqueles/as que escapam ou rompem as normas social e hegemonicamente estabelecidas são posicionados/as no limbo do reconhecimento de suas próprias humanidades. Para a autora a teoria queer emerge em meados dos anos de 1990, a partir dos estudos lésbicos e gays e nos servem como dispositivos discursivos e que possibilitam respostas que ainda estão latentes, considerando as experiências lidas social e historicamente como não normativas.

Os xingamentos ao longo dos anos foram sendo tomados como ferramenta de resistência e de compreensão e reconhecimento das pessoas que não se percebiam compreendendo as dicotomias historicamente consolidadas como verdades para os corpos e os gêneros. Os insultos se tornaram armas discursivas e de resistência na busca pela construção ou reconstrução de uma ou mais identidades socialmente dissidentes das normas histórica e previamente estabelecidas. Assim, “a expressão, repetida como xingamento ao longo dos anos, pode ser lida como um enunciado performativo que fez e faz existir aqueles e aquelas a quem nomeiam” (Louro, 2018, p. 96).

A esse respeito, analisa-se que a teoria Queer reconhece que as identidades são inscritas, conseqüentemente, reconhecidas em face de suas vivências e experiências culturalmente construídas e estabelecidas a partir das inter-relações sociais. Pois, “trata-se de um objetivo científico que teria também implicações políticas, pois permitiria compreender e contestar os processos sociais que se utilizariam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão” (MISKOLCI, 2009, p. 178).

A teoria Queer pode ser analisada como um meio de cobrir algumas lacunas erigidas considerando as teorias feminista e de gênero. Mesmo considerando todos os esforços teórico, metodológico e prático dessas teorias, urge a necessidade de se pensar

outras formas de compreensão dos/as sujeitos/as sociais que estavam posicionados/as nos limites das críticas arroladas por outras teorias. Considera-se também que essas lacunas tenham funcionado como um forte dispositivo no que se refere a pensar outras ferramentas analíticas refletindo os/as transgressores/a e seus entrelaçamentos com as dissidências de gênero, de raça, sexual, entre outras consideradas subversivas.

Nessa linha de raciocínio, considera-se que o silenciamento histórico que permeia questões respectivas às identidades e corpos trans, começa, de algum modo, ter outros rumos considerando as análises possibilitadas pela teoria Queer, refletindo sobre os discursos produzidos pensando nesse outro não normativo, não inteligível, transgressor.

Sob esse viés, entende-se que uma teoria sobre gênero que tome como base concepções universalizantes acaba não dando conta de todas as assimetrias consolidadas em torno dessa categoria. Faz-se necessário compreender que os corpos trans transitam, rompem com a continuidade dos gêneros (con)formes, sendo estes o masculino e feminino, e se (re)constroem negando essa cristalização histórica e socialmente imposta para se conferir elegibilidade aos corpos a partir da dicotomia vagina/pênis.

Em síntese, segundo Butler (2019, p. 19) “a formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir.”

Diante do que apresentamos, as pessoas trans perdem o caráter inteligível do gênero ao negarem as determinações sociais e históricas impostas, com isso, acabam sendo posicionadas nas margens do reconhecimento social e político do corpo. A inumanidade acaba-lhes sendo imposta como uma sanção por romperem as normas hegemônicas cristalizadas para os gêneros.

2.4. Interseccionando as marcas da diferença no corpo transexual feminino

No que se refere às discussões que se pretendem ante a categoria gênero vale ressaltar que uma leitura equivocada da biologia acaba desenvolvendo uma multiplicidade de dispositivos opressores e deslegitimadores dos corpos que negam à “norma” como verdade para se reconhecer o gênero, assim, como também a sexualidade, corroborando com as afirmações de Scott (1995).

Pensar o gênero a partir de pares dicotômicos gera uma série de exclusões. À vista do que aqui se discute, nessas concepções, a raça e os corpos por ela cruzados, por exemplo, são analisados inicialmente pela ciência considerando o século XIX, enquanto uma categoria que se expressa nesses processos a partir de seu caráter de ininteligibilidade e inimputável de humanidade.

Por oportuno, para isso ser sanado, as discussões precisam estar conectadas à uma abordagem interseccional, utilizando-se de aportes teóricos, epistêmicos, metodológicos e práticos que deem conta no que tange às respostas prospectadas ante os deslocamentos e as lacunas existentes. As ações políticas precisam de maneira indubitável dialogar com as nossas investigações teóricas. Não se pode ter apenas investigação teórica sem ação política.

Nesses termos, analisa-se que as ações políticas (denúncias) epistêmicas precisam seguir uma coerência teórica e metodológica. Ações e/ou intervenções políticas com cunho enviesados podem servir de dispositivos qualificadores de outras modalidades de violências epistêmica, teórica, por conseguinte, metodológica, cristalizando tecnologias de opressão outras.

Entender e analisar os processos históricos e políticos gerados a partir dessas categorias e os/as sujeitos/as por elas interseccionados/as possibilita-nos múltiplas interpretações em se tratando das relações que as estruturam historicamente, simultaneamente, os deslocamentos por elas originados.

De modo respectivo, a esse respeito, concorda-se com as afirmações discorridas que “a interseccionalidade trataria da forma como as ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Essa ferramenta analítica possibilita reflexões e capacidades de análises em relação a determinados contextos que historicamente têm promovido as diferenças, como consequência, as bases consolidadas pensando a opressão da mulher, em especial a mulher negra, igualmente, outras expressões do ser mulher (mulheridades) ante as estruturas políticas e sociais estabelecidas.

Essa abordagem aparece como uma maneira de (re)pensar os processos e arranjos sociais estabelecidos e as desigualdades que delas emergem. Respectivamente, a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas e metodológicas para se pensar os sistemas de dominação, opressão de gênero que também entrecruzam marcadores sociais da diferença dos quais raça, etnia, sexualidade, território dentre outros fazem parte.

Acerca dessa abordagem, reflete-se o seguinte nas palavras de Henning (2015, pp. 117-118) “reforça-se que a interseccionalidade, portanto, precisa ser concebida também a partir de práticas sociais decorrentes da interação conjuntural desses marcadores não apenas em seus efeitos de produção de desigualdades”. Paralelo a isso, compreende-se a interseccionalidade não apenas e a partir de um exercício teórico, mas que precisa ser colocada em prática. São nas ações políticas concretizadas que a interseccionalidade se materializa em efeitos práticos.

A interseccionalidade deve ser compreendida não apenas pelo seu caráter teórico e metodológico. Para tanto, oportuniza questionar o funcionamento das estruturas e instituições sociais hegemonicamente consolidadas. Compreender que gênero, raça, sexualidade e classe social como dispositivos qualificadores e produtores de identidades socialmente marginais (marginalizadas), e que a partir dessas marcações, tecnologias de opressão se estruturam.

Assim sendo, a interseccionalidade está intrinsecamente ligada as questões que entrecruzam as categorias gênero, raça e classe, mas não se pode ignorar outras marcações que historicamente têm servido como meios qualificadores e promotores de violências contra alguns grupos e segmentos sociais como classe, etnicidade, território, nacionalidade, religião dentre outros:

É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos: (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Diante desse cenário, analisando e entendendo sua importância nas práticas e ações diárias, essa é uma abordagem que não olha apenas para gênero, raça, ou classe social, mas articula ações apropriadas em ofertar capacidades intelectivas e analíticas, cujos propósitos sejam questionar as estruturas de dominação que cruzam as experiências de alguns grupos que social, política e humanamente são inferiorizados/subalternizados.

A esse respeito, analisa-se que:

Levando em consideração o conjunto das questões apresentadas até o momento, proponho uma noção de interseccionalidade compreendida primeiramente como relativa às formas de entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e suas potenciais decorrências em termos de desigualdades sociais, assim relativa ao desenvolvimento de táticas de resistência, questionamento e desconstrução da desigualdade, sobretudo sob distintas forma de agência. Reforça-se que a interseccionalidade, portanto, precisa ser concebida também a partir de práticas sociais decorrentes da interação

conjuntural desses marcadores não apenas em seus efeitos de produção de desigualdades: (HENNING, 2015, pp. 117-118).

Essas reflexões delineiam as formas como a interseccionalidade é compreendida como capaz de ofertar suporte analítico que intente demonstrar como as opressões emergem e cruzam as experiências humanas em suas diversas manifestações e representações. A abordagem interseccional abre possibilidades e permite interpretações variadas sobre os diversos fenômenos. Os fatores sociais, culturais e políticos também precisam estar presentes nessas análises, como processos históricos que se articulam na produção das diferenças, bem como as relações de poder por elas emergentes.

Para Piscitelli (2008, p. 267) “diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder”. A interseccionalidade possibilita demonstrar/aclarar como as estruturas de poder se articulam gerando múltiplas formas de opressão, direcionando suas ações a identidades socialmente consideradas não normativas.

Os efeitos práticos desses conjuntos de opressão se materializam a partir do racismo, lgbtfobias, etnocentrismo, misoginia, entre outras tecnologias de opressão. De modo respectivo, no princípio, essa abordagem teve como intenção principal mostrar como uma série de opressões emergiam e direcionavam-se para mulheres negras de origem afro-americanas.

Não se pode ignorar, por exemplo, que, segundo Crenshaw (2019), a interseccionalidade está sendo usada de maneiras variadas. Diante do que a autora coloca, precisa-se ter o cuidado para não retirar o seu caráter político, não limitando seu uso a questões meramente especulativas, sem compreender a verdadeira intenção dessa ferramenta de análise, que se coloca como uma das maneiras de explicar as opressões que historicamente têm servido como motivadoras de negação à identidade de determinados segmentos marginais e marginalizados por questões de gênero, raça, classe social, entre outras marcações sociais da diferença.

As experiências trans, incontestavelmente, estão também cruzadas pelos marcadores sociais da diferença ora enunciados. As experiências de gênero intersectadas pelo dispositivo da transexualidade⁹, de maneira intrínseca estão atravessadas pela

⁹Conceito cunhado pela socióloga Berenice Bento. A autora utiliza esse mecanismo para alertar que inicialmente a transexualidade emerge em meio a discursos científicos. Por conseguinte, é nesse meio tempo que essas experiências de gênero não biologizadas passam a ocupar importante lugar nos discursos proferidos por campos do saber como a medicina ante os postulados defendidos por Harry Benjamin, endocrinologista, assim, como também pela psicanálise, tendo como seu principal

dimensão de gênero, raça, sexualidade e classe social. Por oportuno, analisa-se que o lugar de abjeto, de subversivo, não normativo e de transgressão vem afetando sobremodo as vivências dessas mulheres, não apenas nas esferas familiar, social, econômica, mas, também, indubitavelmente, no mundo do trabalho.

Avaliando sob esse prisma, o que se percebe é que todos esses imperativos afetam-nas em todas as dimensões da vida.

Sobre a interseccionalidade, é importante lembrar que:

Sintetizando a trajetória do conceito de gênero, vemos que um termo, que se difundiu aludindo às *diferenças e desigualdades* que afetam as mulheres, adquire outros sentidos. Continua referindo-se a diferenças e desigualdades e, portanto, continua tendo um caráter político. Entretanto, nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as *construções de masculinidade e feminilidade* são criadas na articulação como outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres: (PISCITELLI In. ALMEIDA e SZWAKO, 2009, p. 146).

Não diferente do que se defendia nos estudos desenvolvidos durante todo século XX pela medicina, sexologia e psicanálise acerca dessas experiências de gênero transgressoras; o século XXI também é marcado pelas investidas das ciências médicas na tentativa de encontrar uma "causa" para a transexualidade. Nesse limiar, observa-se que novos corpos e novas identidades surgem e que estão sendo negados em sua constituição social e humana.

Não se pode ignorar ou negar os cruzamentos relativos à essa categoria gênero pela transexualidade enquanto lugar de enunciação político. Com efeito, sobre os seus desdobramentos na prática, precisamos concordar que não se mostra possível fazer essas discussões negando seus entrelaçamentos com as categorias raça, sexualidade e classe social.

Os corpos se apresentam e se legitimam a partir de seus respectivos lugares de enunciado político. De modo simultâneo, precisa-se reconhecer que cada indivíduo tem uma experiência, uma identidade, subjetividades e singularidades que os/as interseccionam e que inevitavelmente precisam ser respeitados e legitimados na vida em sociedade, em suas práticas e ações cotidianas:

responsável/representante o psicanalista Robert Stoller. Para uma análise mais aclarada dessa experiência, ler "A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (2017)".

Enquanto a transexualidade e outras experiências que divergem das normas de gênero continuam a figurar e ser tratadas como doenças, a resistência fica limitada a uma questão pessoal: lutar por um laudo que comprove que se é um/a “transexual de verdade”. A aparente “vitória” pessoal gera as próprias correntes que continuaram a aprisionar o gênero à diferença sexual e a proliferar as tipificações médicas/psi. dos chamados transtornos de gênero (BENTO, 2008, p. 143).

Mesmo considerando o gênero como uma categoria autodeclaratória e que nada tem a ver com genitália ou biologia, os discursos hegemônicos em torno de si, ainda o conformam ante essas limitações, tomando como verdade irrestrita as diferenças sexuais e de corpo, ignorado e negando a outoidentificação de gênero.

Na década de 1990, os movimentos de transexuais e travestis passam a se organizar politicamente com o intuito de questionar as imposições médicas, bem como de profissionais que dela fazem parte, refutando e negando de maneira veemente suas concepções sexistas, biologicistas, patologizantes e sem legitimidade científica.

Todas as deliberações se davam a partir de uma matriz essencializante dos corpos e dos gêneros:

O significado político da transexualidade começou a ser negociado pela nova esquerda dos Estados Unidos no fim da mesma década (Altman, 1972, Irving, 2008, Stryker, 2008). Vários grupos pequenos e radicais de pessoas transexuais e transgênero surgiram, e publicaram um manifesto pedindo justiça social. Centros comunitários transexuais de autoajuda foram fundados em São Francisco e Nova Iorque; nas palavras da organizadora de Nova Iorque, lembrando a retórica da nova esquerda, “foi algo revolucionário” (RIVERA 2002, p. 81 apud CONNEEL, 2016, p. 227).

O reconhecimento do gênero enquanto uma categoria cultural faz imprescindível e serve como resposta para os/as defensores/as que o nomeiam como sendo uma categoria diagnóstica, mesmo sem nenhuma evidência para tal. De modo simultâneo, a transexualidade como um dispositivo capaz de conferir inteligibilidade aos corpos e gêneros que se (auto)reivindicam rompendo as fronteiras da normalidade, negando essa ordem primeira que é a biologia, acabam sendo posicionadas nas margens, experienciando a precariedade da vida enquanto condição humana.

Desses corpos são-lhes retirados o caráter de inteligibilidade compreendendo o status de humanidade. O próprio Estado e a sociedade negam o direito de existência a alguns grupos considerados historicamente subversivos, não dignos de humanidade. A transexualidade e a travestilidade estão nesse limiar, experienciando os limites de suas próprias existências.

Em suma, é importante discorrer sobre o quão frequente se mostra essas intersecções, bem como de modo igual servem, em determinados contextos, de dispositivos qualificadores de uma série de opressões, principalmente no Brasil e que busco discutir no próximo capítulo, trazendo para a problematização as realidades experienciadas pela população ora estudada em âmbito nacional e também concernentes aos aspectos locais.

3. CAPÍTULO III. BRASIL: TRAJETÓRIAS, CONQUISTAS E DESAFIOS

3.1. Contextualização histórica

A transexualidade emerge no Brasil como organização politicamente constituída a partir da década de 1990. A primeira organização pensada e instituída no país se articula em 1992, segundo Carvalho e Carrara (2013), cujas lutas estavam voltadas a reivindicações por políticas de enfrentamento a AIDS e também da violência de Estado praticada principalmente pela polícia contra as “minorias” sexuais, de gênero, raciais e étnicas.

Até então, a organização política dessas identidades estava cruzada pelos movimentos denominados de homossexuais, bem como o movimento feminista e não tinha como prerrogativa o reconhecimento das categorias travesti e transexual. Ou seja, as pautas acabavam sendo interceptadas pelo movimento homossexual, sem reconhecer as diferenças entre gênero, identidade de gênero e sexual. Nesses termos, reiterava-se a hegemonia nos discursos em torno do ser homem ou mulher olhando as diferenças de corpo, negando a identidade de gênero.

Segundo Carvalho e Carrara (2013), na década de 1960, os denominados de “bichas e bofes”, nessa época em festas temáticas, a exemplo do carnaval, se vestiam performando o feminino. Nesse limiar se desdobrava a experiência travesti mesmo que de maneira enviesada. Sob essa ótica, entende-se que na performance de gênero não há reivindicação do gênero, o que não ocorre com as categorias travesti e transexual que se reivindicam em um gênero binário ou não, este último, no caso das pessoas que se autodenominam como sendo travesti ou transexual, negando, por exemplo, o termo “mulher ou homem” ao se enunciarem.

Paralelamente, segundo os mesmos autores, a utilização da nomenclatura “orientação sexual” entra nos discursos nas décadas posteriores na tentativa de fazer como que se entendesse que há uma separação e uma compreensão no que tange à “performance” (identidade de gênero); neste caso, compreender como a pessoa se reconhece e se reivindica socialmente, a partir de um dos gêneros hegemônicos ou não.

No que se refere à orientação sexual, relaciona-se exclusivamente à identidade sexual, ou seja, a desejos, para quem se direcionam os sentimentos amorosos e eróticos/afetivos, e/ou, até mesmo, as práticas sexuais.

No contexto brasileiro, a princípio, o movimento trans e travesti esteve ligado a ONG's em que suas ações estavam diretamente vinculadas às lutas inerentes aos direitos das minorias sexuais, atuando também contra a violência de Estado, e no combate a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida/AIDS.

Na década de 1980 surge um importante nome na luta contra todas essas formas de negação da humanidade de pessoas travestis e transexuais lutando contra a violência de Estado, a transativista Brenda Lee¹⁰, pioneira na luta contra a AIDS no Brasil. Natural de Bodocó, Pernambuco, realizou um trabalho de acolhimento às pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade social e/ou que estivessem acometidas pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida/AIDS. A casa de apoio Brenda Lee criada em São Paulo pela ativista acima referendada está em funcionamento até os dias atuais.

Ainda na década de 1990, segundo Jaqueline Gomes de Jesus, surge a primeira organização de travestis, denominada de Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro/ASTRAL, criada a partir de um projeto voltado para a prevenção da AIDS, como asseguram Carvalho e Carrara (2013).

Em se tratando dos movimentos homossexuais da época, não se permitia a entrada de pessoas trans e travestis nos debates. Segundo Keila Simpson, presidenta da ANTRA, foi uma luta até que houvesse a incorporação da letra “T” nas siglas que referenciavam os movimentos e nos próprios debates. Entre essas organizações estava o Grupo Gay da Bahia/GGB, que a convidou a participar das ações realizadas pelo grupo com o intento de atuar na orientação e cuidados na prevenção no que tange às travestis profissionais do sexo, e que também contou com a participação de uma travesti do Rio Grande do Sul, Marcelly Malta, sendo considerada uma das mais velhas a atuar no movimento até o presente.

Segundo Bento (2008, p. 60) “nos anos 90, a comunidade transexual começou a questionar as verdades produzidas pelo poder/saber médico e passou a trazer a público histórias de vida que divergiam do padrão transexual”. Ou seja, o padrão transexual refere-se a maneira como as ciências médicas adotaram uma linha de análise na categorização e classificação dessas experiências de gênero não hegemônicas.

¹⁰Parte recortada do documentário Brenda Lee: o anjo das travestis. <https://www.youtube.com/watch?v=II4F0q-md00>, acesso em 15 de agosto de 2022, as 11:45min. Documentário sobre Brenda Lee: “Olhar Brasileiro Retrato em Movimento Brenda Lee 1993” <https://www.youtube.com/watch?v=Sdzhg3ri6eg>, acesso em 15 de agosto de 2022, as 12:h09min. Informações sobre a trajetória de vida de Brenda Lee: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brenda_Lee, acesso em 15 de agosto de 2022, as 12:h40min.

Conseqüentemente, como sinaliza a autora, no aludido período, os movimentos organizados de transexuais iniciam um levante contra todos os imperativos historicamente dispostos pela medicina, psicanálise e outros campos do saber que buscavam em suas explicações a “causa” para a transexualidade, concomitantemente, impondo a medicalização de mulheres e homens dessa população.

Nos anos 2000, surge a ideia de uma associação de abrangência nacional considerando todos esses processos. Assim, cria-se a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Transgêneros/ANTRA (antiga ASTRAL, fundada em 1992), em atividade até o presente, tendo completado 30 anos considerando sua instituição original.

Segundo a presidenta da ANTRA, Keila Simpson, no início se questionou o ousado da “categoria travesti”, se deveria ou não permanecer como representação na sigla, pois se debatia a respeito de que esta categoria identitária carregava uma forte e histórica carga de marginalização e estigmas.

Pensava-se na utilização da categoria transexual(idade) em referência as pessoas que se (auto)reivindicavam a partir desse lugar de enunciação político. Em paralelo, o termo transgênero entraria como “guarda-chuva”, ou seja, abarcaria todas as identidades trans e travestis. Entretanto, depois de intensos debates, decidiu-se que transexualidade e travestilidade permaneceriam considerando a autoidentificação de cada sujeito/a por ela interseccionado/a, compondo o movimento “TT” no Brasil.

Para se chegar a referida associação, houve a fusão das ações que anteriormente eram desenvolvidas pela antiga Associação de Travestis e Liberados/ASTRAL. Também pode-se reconhecer como organização de pessoas transexuais e travestis atuando em âmbito nacional a Rede de Pessoas Trans do Brasil/Rede Trans Brasil, surgida em 2009, no Rio de Janeiro.

Uma data importante e com grande simbolismo refere-se à mobilização ocorrida em janeiro de 2004, na qual mulheres e homens transexuais e travestis de várias partes do país se dirigiram ao Congresso Nacional reivindicando existências dignas, direitos, equidade, políticas públicas diversas, além do combate à transfobia. Esse momento é marcado também pela campanha, sob o slogan "Travesti e Respeito". A data é instituída reconhecendo o dia 29 de janeiro como sendo o dia da visibilidade trans e travesti no país, sendo considerada um marco histórico no que tange às pautas relativas à população e suas reivindicações por reconhecimento, inclusão e respeito.

Na Paraíba, as primeiras ações políticas em prol da população LGBT do estado foram desenvolvidas pelo Mel Espírito Lilás, fundada em 1992. As ações estavam

pautadas na luta e contra à AIDS, entre outras focadas nos direitos da população do estado da Paraíba. Posteriormente, em 19 de outubro de 2002, institui-se a Associação de Travestis da Paraíba/ASTRAPA, tendo como fundadora e presidenta a transativista Fernanda Benvenutty¹¹. A associação realizava trabalhos como oficinas, campanhas educativas na prevenção de IST's, além de várias ações afirmativas em âmbito estadual e nacional.

No dia 15 de agosto de 2022, em conversa informal via WhatsApp com a atual representante da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba/ASPTTRANS-PB, antiga ASTRAPA, renomeada em março de 2020, obtive a informação de que houve a necessidade da renomeação da associação considerando e legitimando as demandas da população "TT" do estado, além da inclusão da nomenclatura atual no que tange às reivindicações de gênero por parte das pessoas trans/travestis e transgêneras.

Para a presidenta, o foco principal de atuação da organização é a luta pelos direitos da população de travestis, transexuais e transgêneros da Paraíba, participando de fóruns, discutindo ações e políticas públicas para a referida população em âmbito estadual e nacional, especialmente a realização de parcerias com o governo do estado da Paraíba.

3.2. Direitos para população trans e travesti no Brasil

Jaqueline Gomes de Jesus¹²(2022), aponta como marco histórico das lutas das pessoas transexuais e travestis os direitos à saúde, assim como também da realização da primeira cirurgia de transgenitalização realizada por um médico brasileiro chamado Roberto Farina, em 1971.

A transexualidade ganha visibilidade a partir desse momento, tendo assim motivado as primeiras discussões em escala nacional em se tratando dessa categoria, ainda mesmo que de maneira elementar. No entanto, abriu-se possibilidades para dar fundamento aos movimentos surgidos nas décadas posteriores.

¹¹Técnica em enfermagem, Benvenutty disputou eleições para vereadora em três pleitos consecutivos e uma para deputada estadual, não obtendo votos suficientes. Também atuou como vice presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA. e veio a falecer em fevereiro de 2020, aos 57 anos, em decorrência de um câncer de mama.

¹²Ler artigo completo sobre essa e outras questões: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>, acesso em 09 de maio de 2022, as 14:h18min.

Diante da repercussão do caso que na época fora interpretado e divulgado como sendo “aniquilação” (cirurgia de transgenitalização) de gênero do masculino para o feminino (mulher transexual), em 1978. O dr. Roberto Farina foi processado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) sob a alegação de cometer lesão corporal grave. Ou seja, nesse contexto, esse procedimento não era permitido, como aponta Castro (2016).

De modo semelhante, essa prática era tida como experimental e sua realização configurava crime, pois,

a cirurgia de transgenitalização foi regulamentada pelo conselho federal de medicina em 1997, pela Resolução n° 1.487/97, a qual posteriormente foi substituída /atualizada pela Resolução n° 1.652/02, que também foi revogada /atualizada pela Resolução ° 1.995/10, ainda em vigor (CASTRO, 2016, p. 102).

O Conselho Federal de Medicina/CFM, aprovou a Resolução n° 2.265/2019, atribuindo idade mínima de 18 anos para quem deseja passar pelo procedimento, bem como de 16 anos, para início da hormonização cruzada e dá outras providências.

A referida Resolução, revoga a anterior de n° 1.955/10, onde se instituíra a idade mínima de 21 anos de idade para a realização de procedimentos, como cirurgias, por exemplo. Perante o que se expõe no documento, é notório os equívocos presentes na referida resolução acerca da categoria transexual, ou seja, aquela pessoa que é assignada no nascimento como pertencendo ao sexo masculino, no entanto, se identifica como mulher; no caso da travesti, assevera ser aquela pessoa que nasce com um determinado sexo, se identifica e se apresenta como pertencente a outro gênero, entretanto, não tem problema com a genitália.

Nas disposições apresentadas, pode-se observar equívocos inúmeros nas discussões a respeito da transexualidade e travestilidade. Se considerarmos que a transexualidade saiu da condição de “doença” na revisão do Código Internacional de Doenças/CID, ocorrido no ano de 2018, sendo instituída a 11° versão do documento, vigorando em janeiro de 2022. Sendo assim, não faz o menor sentido tais deliberações e condições defendidas como sendo obrigatórias na aludida resolução.

Com isso, analisa-se que nem todas as mulheres transexuais desejam fazer a cirurgia e mesmo assim se reivindicam como mulheres transexuais. No que se refere à travesti que apresenta todos os signos e códigos corporais social e historicamente

empreendidos como sendo intrínsecos à identidade feminina, não inviabiliza sua autoidentificação de gênero e/ou desejo pela realização da cirurgia de transgenitalização.

O fato de “uma mulher ou um homem” aceitar a genitália não a/o impede de identificar-se e reivindicar-se enquanto mulher ou homem transexual; o contrário também pode acontecer e acontece.

Os últimos vinte e dois anos podem ser considerados e referenciados como marco na trajetória dos direitos para a população de pessoas transexuais e travestis no Brasil.

No que se refere ao acesso à saúde para essa população houve a instituição da portaria nº 1.107 de 19 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde que garante o processo transexualizador, bem como a realização de internamentos em enfermarias respeitando-se a identidade de gênero de pessoas trans e travestis no âmbito da saúde pública no país. A Secretaria de Assistência à Saúde regulamenta esse mesmo processo com a instituição da portaria de nº 457, de 2009, segundo Saadeh (2019).

Nesse intercurso, há a instituição e regulamentação dos Ambulatórios Especializados de Saúde Integral para Travestis e Transexuais. Simultaneamente, em 2013, instituiu-se a portaria do Ministério da de Saúde de nº 2.803, que amplia e redefine o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde/SUS, revogando a de 2008.

A aprovação do decreto de nº 8.727 de 28 de abril de 2016, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, instituiu e regulamentou o uso do nome social para pessoas transgêneras em âmbito nacional e confere o reconhecimento da identidade de gênero. O referido decreto atende a pressão coletiva das pessoas transexuais e travestis por direitos ao uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero. No entanto, como observa Wisniewski (2019), mesmo se considerarmos esse decreto legitimando o uso do nome social por pessoas trans no contexto Brasil, não se tem, na prática, o exercício efetivo desse direito.

Em muitas esferas da sociedade o respeito ao uso do nome social não se materializa. Os espaços que mais negam essa prerrogativa são justamente as escolas e universidades, da mesma maneira que no âmbito da saúde pública. No entanto, o que tem se observado é que:

O desrespeito ao uso do nome social é uma das maiores e mais comuns formas de violências vivenciadas pelas pessoas trans. [...]. Todavia, o pensamento tradicional ainda não consegue compreender a possibilidade de se nominar alguém com o nome e sexo femininos se esta pessoa possuir um órgão genital denominado masculino e vice-versa (WISNIEWSKI, 2019, p. 93).

Assim, o nome social ¹³ não trouxe muitas resoluções para às pessoas trans e os direitos constitucionais. O problema é que foi decretado que o uso do nome social seria uma ação legítima e direito de mulheres trans, travestis e homens trans de usarem nas mais variadas instâncias/esferas da sociedade e do poder público e, no entanto, nenhuma iniciativa foi tomada com o intento de informar as pessoas nas mais variadas esferas da sociedade e de governo sobre esse direito. Como pontuado por Wisniewski (2019, p. 94): “o respeito ao nome social escolhido pelo indivíduo é direito mínimo que se constitui como meio essencial à realização das pessoas transexuais enquanto seres humanos e sujeitos de direitos”.

O Estado não prepara os/as seus/suas funcionários/as públicos/as para lidarem com as questões apresentadas por pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, bem como negação parcial e muitas vezes total dos direitos que foram elaborados/constituídos para a proteção de todo cidadão e cidadã de direito constituído, e está postulado na Constituição Federal do Brasil de 1988. As pessoas transexuais historicamente estão alijadas desse reconhecimento e, mais ainda, dos direitos que lhes são inerentes.

A esse respeito, Bento (2017), considera que:

O “reconhecimento”, tanto na questão racial quanto na dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes (transexuais e travestis), dá-se por mecanismos de apagamento das diferenças, e não pelo reconhecimento da diferença. Ou seja, acontece via assimilação. O sujeito queer, no Brasil, não se restringe exclusivamente aos LGBTT. São os que não conseguem se inserir completamente na categoria humanidade, tampouco usufruem da condição de cidadania plena estabelecida por lei (p. 56).

Na primeira década do século XXI, muitas mulheres e homens transexuais e travestis deram entrada por via judicial em processos solicitando o reconhecimento do nome em consonância ao gênero nos documentos. Como não se tinha nenhuma legislação que normatizasse essas questões ficava a cargo dos/as juízes/as e promotores/as o entendimento do que seria gênero.

¹³O que se quer deixar claro é que o nome social é legal ante as necessidades das pessoas transexuais que ainda não conseguiram as retificações pretendidas na documentação civil. Portanto, analisa-se o nome social como dispositivo legal com propósito de legitimar, qualificar e promover a dignidade da pessoa humana, estes corroborando e respeitando alguns princípios constitucionais. Por efeito, na prática o nome social desde o princípio é negligenciado, negado, inclusive, em várias instâncias/esferas da sociedade. Com isso, percebe-se que há a necessidade de informar, politizar todas as pessoas que fazem parte dessas instâncias sociais e de governo no que se refere os direitos das pessoas transexuais, no caso ora em discussão, de maneira urgente, referenciar a legitimidade e o direito das pessoas trans usarem o nome social.

A depender da interpretação desses/as agentes do que é ser homem ou mulher, concedia-se ou não as alterações requeridas pelas pessoas trans em seus documentos:

O direito ao nome, ao trabalho digno, à proteção da saúde de forma integral, de convivência aberta em espaços públicos, a não violência e a não discriminação, relativamente comuns às pessoas cisgênero, são demandas que a população transgênera enfrenta diuturnamente e que ainda não podem ser tidas como reais no seu meio, em que pese seus sujeitos sejam elevados pelos textos legais à condição de iguais frente aos demais indivíduos. Para estas realidades, o conceito clássico de direitos humanos não se mostra suficiente à determinação de direitos que sejam natos e assegurados em qualquer parte do globo, motivo pelo qual se abre a sua ressignificação como um cenário de luta hábil à transformação e superação dos obstáculos que priva os sujeitos transexuais de uma existência digna (WISNIEWSKI, 2019, pp. 69-70).

Para Bento (2017), em que pese as considerações acerca do nome como dispositivo constitutivo e legitimador da identidade humana, as pessoas transexuais são o tempo todo interpeladas sobre os motivos pelos quais havia “divergência” em relação ao nome civil/jurídico/legal e a identidade de gênero apresentada. Sendo assim, se fazia necessário e obrigatório que psiquiatras e psicólogos emitissem laudos alegando e “atestando” a transexualidade e que aquela demanda deveria ser legitimada a partir das devidas retificações requeridas (prenome), pois o sexo/gênero, inicialmente, era negado. Todavia, em muitos casos as retificações só poderiam acontecer caso a pessoa tivesse se submetido a cirurgia de transgenitalização (“mudança de sexo”).

Sobre os processos solicitando as alterações de prenome¹⁴ precisava-se constituir advogado/a o que inviabilizava o desejo de seguir com um requerimento para as devidas alterações. Nesse percurso, várias sentenças foram julgadas procedentes, mas também um número bem maior de processos com solicitações indeferidas, pois não havia um entendimento jurídico acerca do tema em questão. Simultaneamente, nos casos com sentenças deferidas garantia-se apenas a alteração respectiva ao prenome, negando-se o sexo/gênero.

Em que pese os direitos das pessoas trans, observa-se que,

dentre os principais direitos de personalidade, há a garantia e proteção ao nome; a imputação nominativa é o principal elemento da identidade cível, pois por meio dela somos reconhecidos como pessoas, adquirindo personalidade jurídica e garantindo nossa representatividade individual perante a sociedade. Diante do conflito de visões acerca do “fenômeno transexual”, verifica-se que, apesar das garantias encontradas nos princípios constitucionais e nas regras que compõem os direitos de personalidade, é perceptível a ausência, no Brasil, de legislação que regulamente e determine a alteração imediata do registro civil (INTERDONATO e QUEIROZ, 2017, p. 63).

¹⁴Retificação de prenome e sexo/gênero, acessem: <https://bichadajustica.com/blog/retificar-nome-e-genero-em-cartorio-morando-no-exterior/>; acesso em 17-10-2021, as 14:h06min.

Sobre a alteração de prenome, antes de 2015, reconhece-se sua importância e inquestionável necessidade enquanto um direito de resguardar e preservar a identidade de gênero dessas pessoas transexuais e travestis. Não obstante, em alguns casos ainda pairava o medo, pois, em muitos lugares, além de aprovação em concursos e ingressos em universidades faz-se obrigatório a apresentação de toda documentação, com isso, gerando desconfortos, visto que, no caso das pessoas trans terem em seus documentos o nome que afirma e legitima seu gênero, portanto, feminino e/ou masculino, dentro da lógica binária e sexista uma mulher ou um homem.

Entretanto, na certidão de nascimento constava “o sexo” divergente do nome constante no registro civil e demais documentos, o que gerava dúvidas, perguntas desconcertantes e desconfortáveis, além de situações vexatórias no que tange à essas mulheres e homens, uma vez que,

dentre os princípios constitucionais violados ao não se reconhecerem juridicamente os direitos do transexual, o da dignidade da pessoa humana é o mais afetado. A atual Constituição do Brasil, no Título I, ao tratar dos princípios fundamentais que norteiam a República Federativa do Brasil, destaca, no artigo 1º inc. II e III, a valorização da cidadania e da dignidade da pessoa humana, alegando, desta forma, valores humanistas como alguns princípios objetivos do Estado e da sociedade (SILVA, 2018, p. 58).

Mesmo considerando a constituição como dispositivo legitimador de direitos constitucionais e que tem como função precípua a proteção de todos os humanos, na prática, em relação às mulheres e homens componentes desse grupo social, não se efetiva. Essas pessoas estão desde o princípio vivendo em condições de vida humilhantes, degradantes e subumanas. No período em questão não havia nenhum entendimento acerca da alteração do sexo/gênero, exceto no caso de mulheres e homens trans que comprovassem a cirurgia de transgenitalização.

Em se tratando dos processos requerendo a alteração, muitos finalizados com sucesso, ou seja, juízes/as emitindo pareceres favoráveis as solicitações para que fosse realizada a devida alteração no assento de nascimento das pessoas trans e travestis e nos demais termos de registro. Gonçalves (2014, p. 183), afirma que “no plano do direito, as primeiras pretensões dos transexuais referem-se às mudanças do nome e do sexo no registro civil”.

Enquanto isso:

quanto ao reconhecimento jurídico, ainda se espera a aprovação de uma lei de identidade de gênero, como a João W. Nery, que iria desburocratizar e despatologizar o direito à retificação de documentos. Ainda hoje, estamos pelejando nos usos dos ditos “nomes sociais”. Preconiza-se o tratamento pelo nome pelo qual as pessoas se identificam nas instâncias do cotidiano, ao mesmo em que se exime de fornecer medidas mais concretas de retificação de nome na justiça (VIEIRA, 2018, p. 348).¹⁵

Em 2018 o Supremo Tribunal Federal/STF julga procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade/ADI nº 4.275, regulamentada pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça/CNJ), através do provimento nº 73/2018, garantindo as pessoas transexuais as alterações (prenome e sexo/gênero) em sua documentação, sem que haja a necessidade de laudos que “comprovem a transexualidade”, também não mais havendo necessidade de processos judiciais, ficando a cargo dos cartórios a emissão das novas certidões e seguindo nos demais termos de registros.

Contudo, não existe uma compreensão de identidade gênero como na Argentina, que aprovou em 2012, a Lei sob o número 26.743/2012, que figura como sendo a mais avançada do mundo, analisando o gênero a partir da autodeclaração da pessoa, reconhecendo, inclusive, que pessoas trans possam requerer as alterações de prenome e sexo/gênero ainda na adolescência, o que não acontece no Brasil, podendo, apenas, a partir dos dezoito anos de idade.

A esse respeito, o que se tem no contexto brasileiro no que tange aos direitos das pessoas transexuais e travestis presentemente, tem peso de lei, analisando que ainda não se tem uma lei que normatize e garanta os direitos e os mecanismos a ele inerentes no que concerne às pessoas trans:

A argentina aprovou a Lei nº 26.743/12 que garante o direito à identidade de gênero. qualquer pessoa, com mais de 18 anos e submetida ao registro nacional, poderá solicitar a correção do registro de sexo e mudança de nome e imagem; contudo será preservada a titularidade de direitos e obrigações legais, suas relações de direito de família e seguro à saúde pública (CASTRO, 2016, p. 36).

De maneira muito incipiente começa-se no Brasil a se ter o entendimento do gênero enquanto autodeterminação do/a sujeito/a – reconhecendo a partir da autodeterminação.

À vista disso, prevalece o entendimento do ministro Edson Fachin e demais que deram votos favoráveis de que o gênero não mais pode ser entendido única e

¹⁵A respeito das colocações dispostas pela autora na referida citação, com a aprovação da ADI nº 4.275 de 2018 pelo STF e regulamentada pela Corregedoria do CNJ através do provimento de nº 73/2018, não se tem mais burocracia em relação às questões de alterações da documentação de pessoas transexuais.

exclusivamente a partir das diferenças de corpo, bem como uma categoria diagnóstica, ou seja, compreende-o como um construto social perpassado por questões históricas, políticas e culturais.

Tal entendimento protege, respeita e garante os princípios da personalidade, intimidade e dignidade da pessoa humana, estes como garantias constitucionais fundamentais e invioláveis.

Para Castro (2016, p. 71)

O respeito ao *princípio da dignidade da pessoa humana* demanda que o Estado permita tal adequação, pois do contrário manter-se-á o transexual em uma situação de martírio, na condição indigna de marginal, em conflito consigo mesmo pelo resto da vida.

O Estado brasileiro historicamente tem, de certo modo, ignorado os direitos que se projetam tentando conferir proteção para quem desse dispositivo legal necessite em todas as esferas da vida. No caso das pessoas trans, mesmo considerando os pequenos, mas importantes avanços, ainda há uma longa trajetória para que esses direitos se efetivem de forma plena, pois, ainda se dão de maneira precária, conferindo às pessoas trans experienciarem uma cidadania regulada, e sobremaneira precária.

3.3. Violência(s) contra a população trans e travesti no Brasil

Em estudo levantado pelo Transgender Europe/TGEU (2021), o Brasil é líder mundial nos casos de (trans)feminicídios e segue nesse ranking pelo décimo terceiro ano consecutivo. No levantamento também demonstra que a cada dez assassinatos, quatro ocorreram no Brasil. Há várias maneiras de se legitimar essas violências contra esses corpos. Os dados apresentados pela organização acima entrecruzam-se como os levantamentos apresentadas no Dossiê da ANTRA, em (2021).

Ao se analisar os casos de violências contra mulheres desta população, um dos principais motivos a considerar seria as redes de sociabilidades fragilizadas e/ou rompidas, pois, sabe-se que as pessoas trans são expulsas de casa ainda na adolescência por não corresponderem às normas de gênero hegemonicamente consolidadas e que são reiteradas nos ambientes familiares, consequentemente, outras esferas da sociedade como as escolas e universidades que promovem outros processos excludentes através da tecnologia de opressão instaurada pela transfobia institucional.

Muitas vezes as próprias mídias são responsáveis por negarem a integridade e o direito à identidade de gênero socialmente vivida por mulheres transexuais e travestis ao serem reportadas pela mídia quase que de maneira geral.

Todos os assassinatos brutais cometidos contra essas mulheres têm sido motivados pelo gênero, são mortes ritualizadas com requintes de crueldade, como uma forma de limpeza social. Nesses casos, considera-se pertinente a inclusão da população numa lei que puna o feminicídio,

ao considerar a violência contra as mulheres trans no âmbito das questões de gênero, considero que a aprovação da lei do feminicídio pode representar uma importante brecha legal para iniciar um processo de demanda por justiça. E, por outro lado, o reconhecimento (e incentivo) de que todas as políticas voltadas para as questões referentes ao gênero em nosso país dizem respeito diretamente à população trans, a exemplo das delegacias de mulheres, o respeito à identidade de gênero nas prisões e em todos os serviços públicos (BENTO, 2015, p. 235).

As reflexões da autora reforçam o caráter negligente, inoperante do Estado e das instâncias no que se refere às ações de proteção a essas identidades e corpos. Observa-se que os dispositivos legais criados e instituídos pelo Estado direcionando proteção a mulheres não trans, de maneira intrínseca devem também direcionar suas ações de proteção às mulheres transexuais e travestis.

Por último é importante sinalizar que a inexistência e/ou as frágeis políticas públicas consolidadas, a falta de legislações de proteção e defesa repercutem abrupta e sobremodo negativamente nas experiências dessas mulheres, segundo dados apresentados no Dossiê da Antra (2021-2020).

3.3.1. Transexualidade e travestilidade: intersecções com a Lei Maria da Penha

É importante demonstrar que a legislação brasileira não compreende o gênero a partir de um construto social, e compreende o corpo a partir das diferenças anatômicas e morfológicas. Logo, mulheres transexuais e travestis estão fora do espectro da proteção legal no que se refere à violência de gênero, por exemplo.

Com base nesse entendimento, os crimes praticados são contabilizados de maneira equivocada. Confunde-se violência de gênero com violências cometidas contra homens gays, mulheres lésbicas, o que nos coloca num paradoxo, ou seja, quem realmente está sendo acometida por mortes violentas, ritualizadas com requintes de crueldade, são as mulheres transexuais, são as travestis, como observado por Bento (2015).

A Lei Maria da Penha, por exemplo, como dispositivo que demanda uma série de intervenções referentes às demandas colocadas por mulheres não trans em situação de violência doméstica e de gênero, de modo geral, precisa estender essa proteção ao se pensar na “mulher” a partir do gênero feminino, reconhecendo e legitimando todas as “mulheridades”.

Para Interdonato e Queiroz (2017), se a Lei Maria da Penha foi constituída e instituída para a proteção da mulher enquanto gênero feminino, que então se amplie em proteção das mulheres transexuais, das travestis, fazendo-se entender que o gênero não deve e não pode ser pensando nem legitimado a partir da ordem social e historicamente imposta para se reconhecer à mulher olhando para o corpo a partir da genitalidade.

Historicamente, mulheres trans e travestis estão alijadas dessa proteção, gerando sobre elas outras violências; a violência de Estado ao serem negadas ante a prerrogativa de proteção constitucional. Concomitantemente, no dia 05 de abril de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹⁶, decide/valida a aplicação da lei Maria da Penha nos casos de violências doméstica, entre outras modalidades respectivas a gênero e que reiterada e rotineiramente são cometidas contra mulheres trans e travestis.

Posto isto, parte-se do pressuposto de que a mencionada lei reconhece e passa a ter o entendimento do gênero como uma marca socialmente construída, não olhando apenas para as diferenças de corpo interseccionado pela genitalidade que (con)forma o gênero. Com isso, sinaliza-se que a lei Maria da Penha como um dispositivo legal instituído pelo Estado que confere proteção e defesas às mulheres não trans, conferirá e reconhecerá defesa e proteção às mulheres transexuais e travestis.

No que tange à legislação brasileira e as leis que protegem às mulheres de violências diversas relativas a gênero, para Interdonato e Queiroz (2017, p. 88):

O artigo 5º d referida lei apresenta a configuração da conduta tipificada, em que a ação ou omissão deve ser baseada no “gênero”, e não no sexo. A diferença presente na terminologia dessas palavras se estabelece no sentido de que o termo “sexo” pauta-se na natureza biológica, ao passo que o termo “gênero” remete à construção social que identifica os papéis de natureza cultural.

¹⁶ Sobre a aplicabilidade da lei Maria da Penha em casos de violência doméstica e outras relacionadas a gênero, consultar <https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contramulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>, acesso em 06 de abril de 2022, as 20:h10min.

Pondera-se que, desde sua criação, em 2006, a Lei Maria da Penha se furtou da obrigação legal em garantir defesa e proteção às mulheres transexuais vítimas de todo tipo de violências, além das brutais, repetidas e ritualizadas mortes que colocam o Brasil em primeiro lugar nos casos de (trans)feminicídios do mundo, como aponta Bento (2015).

Com essa nova interpretação, busca-se uma coerência entre o que está na lei, bem como o que será reverberado na prática e na vida cotidiana dessas mulheres. Analisando sob essa perspectiva, seria contraditório após esse entendimento que as mulheres trans continuassem nas margens de proteção legal por parte do Estado.

Em conformidade as deliberações do STJ, em 2022, sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violências disferidas contra mulheres trans e travestis, sendo assim, faça-se valer as garantias inerentes ao gênero em suas múltiplas expressões.

3.4. Família escola e trabalho nas sociabilidades e redes de proteção

Muitas mulheres transexuais passam por negação e rejeição por parte de seus familiares mais próximos, logo no início do processo de transição. E a partir dessas negações se iniciam os processos de desfiliação do meio familiar.

E como se sabe:

O espaço familiar é frequentemente visto como intocável pelas políticas públicas em virtude de seu caráter dito privado e “sacramental”. Pessoas trans e travestis enfrentam rotineiras situações de rejeição e expulsão familiar. Como o poder público não poderia atuar nessa esfera? Como fazer com que as famílias entendam a importância da aceitação e do acolhimento dos seus membros transgêneros trata-se de um desafio social e um verdadeiro ponto cego para as políticas públicas: a situação de vulnerabilidade a que pessoas trans estão expostas começa a se delinear ainda na infância, no seio da família, e irá se estender e produzir efeitos em diversos âmbitos sociais (VIEIRA, 2018, p. 349).

Observa-se que a grande maioria de mulheres transexuais e travestis tem seus laços de afeto rompidos ainda na adolescência. Segundo Bento (2017), é no ambiente familiar que se iniciam as agressões, as negações e as imposições normalizadoras em relação a seus corpos.

Para Foucault (2021), a família, assim como outras instituições sociais, políticas e jurídicas, entre outras promovem e estabelecem mecanismos e estratégias de controle e regulação dos corpos entendidos como não normativos. Não diferente, na família essa regulação, controle e tentativas de correção e normalização das identidades transgressoras

ocorre violentamente, acarretando uma série de danos em diversas áreas da vida dessas mulheres.

É na família que os primeiros laços de afetividade em diversas dimensões se constituem, e é nela que esses mesmos laços são entrelaçados por rupturas e deslocamentos, muitas vezes irrecuperáveis, mesmo se analisarmos as configurações familiares atuais. Nesses termos, vislumbra-se que mulheres transexuais e travestis passam a construir outras possibilidades de afetividades nos meios em que passam a habitar.

Conforme Teixeira (2013, p. 197): “a família quase não aparece nos relatos, alguns(mas) candidatos/as residiam com seus familiares e diziam da relevância do apoio deste grupo no processo de transformação”. Ou seja, as biografias de mulheres e homens dessa população estão quase sempre intersectadas pela solidão, exclusão e não permanência dos laços de afetividades, bem como relativo às redes de sociabilidades, como é o caso da família.

Para Butler (2019), os processos de exclusão são feitos de maneira naturalizadas e quem exclui não tem essa percepção, muitas vezes, as próprias pessoas que estão enredadas por tais processos de exclusão também não conseguem fazer essa análise.

A instituição família é uma das mais importantes nos processos de sociabilidades envolvendo a experiência transexual em todos os estágios da vida. Para Caputo (2017), ao se romperem os laços de afetividade no âmbito da família essas mulheres experimentam o fracasso, não apenas na esfera pessoal, mas de maneira abrupta em todas as áreas da vida social.

Sobre relações familiares e sociais, assevera Berenice Bento (2017, p. 165): “a memória pessoal dependeria do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja e com a profissão.” Precisamos compreender nesses entrecruzamentos a importância de outras esferas como a escola, universidade, e o mundo do trabalho, a saúde entre tantas outras que, em tese, promoveriam socialização e confeririam direitos e existências dignas.

Em entrevista para o “Bom dia Brasil” da rede globo, edição veiculada em 12 de abril de 2022, a secretária de articulação da Associação Nacional de Travestis e transexuais, Bruna Benevides referenciou que se tem cerca de 4 milhões de pessoas trans no país¹⁷ e desse total, apenas 4% de mulheres transexuais travestis estão inseridas em

¹⁷Mesmo considerando a importância desses dados, o que eu tenho analisando é que não há um recorte de gênero, raça e classe social. Por que enfatizar e publicizar esses recortes são importantes? Diante dessas

relações formais de trabalho. Também referenciou que apenas 0,2% dessas mulheres consegue adentrar ao ensino superior no país, considerando que 70%, segundo o Jornal acima referido não conseguem concluir o ensino médio.

Sendo assim, essas mulheres ficam prejudicadas em todas as esferas da vida e em sociedade. Importa lembrar que segundo levantamento realizado pela ANTRA em (2021), apenas 56% de mulheres desse segmento conseguem concluir o ensino básico.

O artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988, postula a educação como direito fundamental e de natureza social. Entretanto, na prática, sabemos que nem todos e todas têm acesso a esse dispositivo social que, em tese, qualificaria e garantiria tal direito. Considerando a população ora problematizada, o que se tem são processos históricos de exclusão de pessoas trans e travestis desses espaços, ou seja, das escolas/universidades.

Sopesando essas análises, pondera-se que reelaborar e/ou elaborar novos discursos em bases tradicionais em nada influenciará ou mudará o lugar subalternizante e inumano que vem sendo reservado para esses corpos em sua constituição histórica, humana e social:

Las políticas afirmativas fueron desarrolladas con la finalidad de revertir tendencias históricas de desventaja de grupos sociales excluidos, en áreas como la educación y el empleo. Ellas son frecuentes cuando algunos grupos sufren con diferenciaciones de status y falta de acceso a los bienes – se perjudica, sistemáticamente, determinados grupos, al passo en que otros grupos son privilegiados. Así, no se trata de creer que esos grupos tiene posición inferior en la sociedade por cuenta de su incapacidad, pero eso sí, de entender que condiciones sociales establecidas historicamente exigen políticas públicas para su superación (CANTELLI, PEREIRA, et al. 2019, p. 7).

Oportunamente, reconhece-se as cotas como legítimas, sendo consideradas ações e medidas reparatórias, de caráter compulsório tomadas pelo Estado, assim como também

reflexões, ao fazer intersecções com as violentas mortes sofridas por mulheres trans e travestis no Brasil, segundo Dossiê da ANTRA, as mulheres travestis e transexuais negras, trabalhadoras sexuais estão sendo as potenciais, por consequência, as maiores vítimas desses constantes assassinatos brutais. Portanto, como sabemos, e está referenciado nessa pesquisa 90% dessas mulheres estão de maneira involuntária/compulsória no trabalho sexual como único meio de sobrevivência, consequentemente, essas mulheres não conseguem ascensão de classe social. No entanto, mais uma vez reconheço os esforços que vêm sendo realizados pela ANTRA e Rede Trans Brasil na criação dos seus respectivos Dossiês e os dados neles dispostos. Sendo assim, considera-se documentos mesmo diante de sua importância análises parciais das amostras neles contidas. Sendo assim, os esforços praticamente solitários feitos por essas organizações nos últimos decênios mostram a ausência do Estado no que se refere em não implementar Políticas Públicas que direcionem ações diretas de proteção para essa população. O que se analisa é a necessidade urgente de um observatório criado pelo Estado com o intuito de mapear todas as violências e violações de direitos humanos e à vida que vêm sendo perpetradas contra mulheres desse grupo social ao longo dos últimos 50 anos principalmente no contexto Brasil.

pela sociedade e a própria Universidade no que a tange corrigir as assimetrias consolidadas e que historicamente interseccionam as dissidências aqui problematizadas. Contudo, analisa-se que para se chegar a Universidade, obrigatoriamente há processos formativos anteriores e que desse processos, as pessoas trans (em especial mulheres trans e travestis) estão alijadas. As ausências desses corpos nas dependências das universidades, nas salas de aula, nas abordagens compreendendo os arcabouços teórico, metodológico e epistêmico se mostram sobretudo transexcludentes.

Nesses termos, reconhecendo a escola com segunda instituição social a implementar outros mecanismos de exclusão, assevera-se:

A escola, salvo poucas exceções, não prepara bem os alunos para lidarem com a diversidade. Nem de pensamento, nem religiosa e nem sexual. Ao contrário, o ambiente escolar (incluindo professores, currículo, métodos e recursos) é fortemente policiado de modo a formar cidadãos que possam adaptar-se e reproduzir ideias e valores daqueles que o policiam (CAPUTO, 2017, p. 17).

A diversidade deve ser pensada no sentido de dar respostas às demandas de gênero apresentadas pelos/as dissidentes ante essa categoria problemática e analítica. Na prática, nem as abordagens, nem os currículos e as práticas próprias aos sistemas de ensino são suficientes em dar tais respostas, mesmo as que se mostram latentes nos limites das salas de aula.

Sob esse prisma, Altmann (2001); Figueiró (1998) (Apud VIANNA, 2018, p. 72), observam que “após a Constituição Federal de 1988, a escola passou a assumir a função de cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de manter e normatizar os comportamentos sexuais dentro dos padrões sociais”. A lei de diretrizes e bases da educação nacional estabelece no seu título I – regendo os determinantes sobre a educação e como esse processo se efetivará assegurando em seu art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 2016, p. 8).

A sala de aula segundo Bento (2008), é um ambiente hostil à presença de mulheres trans e travestis, não oferece hospitalidade e reciprocidade, dignidade e respeito em se tratando desses corpos, espaços onde o sexo e a sexualidade o tempo inteiro são vigiados.

Para Louro (2014, p. 66) “através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes.”

Os corpos que estão no limbo dessas marcas da diferença acabam sendo interceptados pelas regras institucionais historicamente criadas, corroborando com os processos de normalização. Todos/as que rompem com essas normas consolidadas estão passíveis de serem violentados/as, negados/as em suas existências.

Meninos afeminados são possibilidades materializadas de corpos que são/estão passíveis de violações, violências e chacotas. Sobre esses corpos há um olhar policialesco em se tratando não apenas das performances de gênero, mas das práticas a ele e dele respectivas. Nas palavras de Duque (2009, p. 7) “Isso tende a relegá-las à abjeção, ou seja, à esfera social do estigma, do “menos humano.”

Ante as questões abordadas sobre esses processos, Siqueira Pires (2009 Apud COSTA, 2011, p. 12):

Apresenta uma reflexão muito importante, apoiada em relatos comoventes e indignantes, sobre como os mecanismos de exclusão escolar se tornam mais agudos para esses grupos, dificultando sua permanência na escola. Nos relatos que menciona são flagrantes a rejeição de professores e diretores, ao exortarem “os homens que querem ser mulheres” para que se ajustem à forma do masculino e a cumplicidade expressa na não apuração de situações de violências que esses grupos sofrem, seja física (como agressões corporais e prática de “cura”, quando os meninos homossexuais são forçados a manterem relações sexuais com seus colegas), ou simbólica, expressa na ridicularização, chacota, e no perverso riso mal disfarçado de professores/as.

Bento (2008, p. 165), lembra que “a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e reprodutora da heterossexualidade”. Para Vieira (2018, p. 349). “O trajeto escolar também é extremamente violento e excludente. Pessoas trans relatam sofrer assédio não apenas dos alunos, mas dos próprios professores e diretores”.

Vianna (2018), assevera que o movimento feminista teve primordial influência ao questionar como se davam os processos de ensino, assumindo a premissa de normalização dos corpos e controlando as sexualidades não normativas, entendendo que essa não é função da escola praticar esse controle dos corpos e, sendo assim, promovendo exclusão, lugares inóspitos de convivência em se tratando de identidades dissidentes:

Os estranhamentos também são alimentados pelas mídias e pela família ao se deparar com meninos que querem se vestir de meninas, pintar unhas, meninas que rejeitam os vestidos engomados e querem mesmo é um bom par de chuteiras para jogar futebol. [...]. O corpo é uma fronteira importante entre normas estabelecidas e o questionamento ou reificação dessas normas. O corpo

é um lócus carregado de significados que podem ser classificados de infinitas formas – masculino/feminino, baixo/alto, rico/pobre, magro/gordo, negro/branco. [...]. Esses corpos são vigiados pela sociedade (família, escola mídia), de forma a não apresentar ambiguidades e se ajustar a comportamentos percebidos como normais: (BELELI, 2014, p. 60-61).

Nesses termos, segundo Louro (2014), as normas de gênero rotineiramente estão sendo acionadas como uma maneira de punir aqueles/as que estão, de algum modo, desmantelando e ultrapassando as fronteiras de gênero e de sexualidade. A (re)produção reiterada de múltiplas formas de violências e violações nesses espaços funcionam como dispositivos de pedagogização dos/as desviantes das normas preestabelecidas para os gêneros, agindo na manutenção das normas preexistentes.

3.5. Transexualidade e as relações com o Estado

As ações do Estado no que tange aos direitos de mulheres transexuais e travestis no Brasil andam a passos lentos. Há um silenciamento histórico por parte do Estado e da sociedade e que atinge essas mulheres em todas as dimensões da vida.

A esse respeito, assegura-se que

Outro dado que merece destaque é o fato de que, em 2014, primeiro ano em que o Governo Brasileiro permitiu a utilização do nome social pelas pessoas transexuais no ENEM, foram deferidas 95 (noventa e cinco) solicitações, de um total de 9.519.827 (nove milhões quinhentos e dezenove mil e oitocentos e sete) pessoas se inscreveram para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio, o que representa pouco mais de 0,0001% (WISNIEWSKI, 2019, P. 80).

O que essas afirmações nos dizem é que não há ações efetivas, eficientes que se pretendam inclusivas por parte do Estado brasileiro referentes à essa população. É inegável as conquistas para a referida população nos últimos vinte e dois anos no Brasil. No entanto, ainda não se mostra suficiente. A cidadania experienciada por mulheres e homens dessa população é precária e ainda regulada, não havendo possibilidade de uma existência em sua plenitude. Para esses corpos e identidades, restam-lhes habitarem às margens.

Em 2011, a ONU editou a primeira resolução no conselho de Direitos Humanos, considerando que os direitos LGBT são direitos humanos, ou seja, antes da referida resolução, no Brasil, não havia esse entendimento. Todavia, necessitou-se fazer um longo percurso para se aprovar uma resolução para que fosse possível compreender que as

peçoas (humanas) pudessem usufruir dos direitos criados em 1948 a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos; amparando-se assim, todos/as que estão cruzados/as ante a concepção de humanidade, pois,

Se tomarmos os tratados e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) especificamente sobre os direitos LGBT, existem desde 2007 os princípios de Yogyakarta, que constituem um conjunto de princípios jurídicos acerca da aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero. Essa carta de recomendações foi elaborada por especialistas de 29 países, incluindo o Brasil, que se reuniram com o objetivo de estabelecer e dar coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados, a fim de garantir os mínimos direitos à população LGBT (INTERDONATO e QUEIROZ, 2017, p. 29).

Antes de 1948, ano em que se dá a criação e instituição da declaração Universal dos Direitos Humanos, não havia entendimento de quem seria ou quem estaria passível de legitimidade nos discursos para que fossem abarcados. Como observa Castro (2016, p. 47), “em suma, isso quer dizer que só o ser humano, o ser racional, é pessoa. Todo ser humano, sem distinção, é pessoa, ou seja, um ser espiritual, que é, ao mesmo tempo, fonte de imputação de valores.”

Segundo Interdonto e Queiroz (2017), poderíamos tomar e usar como referência os tratados que têm-se formulado desde 2007, acerca das necessidades e direitos da e para a população LGBTQIAP+ legislados pela Organização das Nações Unidas/ONU, bem como os postulados referentes aos princípios de Yogyakarta, constituídos de uma série de princípios jurídicos que visam a diminuição das violências contra essa população, com base em legislações internacionais, tendo como intuito principal, a preservação da vida e a não violação dos Direitos Humanos.

3.6. Cenários da Paraíba

Sem guarida na estrutura municipal, a população de travestis e transexuais conta apenas com os serviços disponibilizados pelo governo estadual. Cumpre lembrar que a Paraíba conta com políticas sistemáticas de atendimento à população LGBTQIAP+ desde a criação da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, inicialmente gestada pelas reivindicações feministas, que, no ano de 2008, pactuaram com o governo do estado a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher junto ao governo federal. A intenção primeira se dava pela captação de recursos tentando

fomentar/implementar políticas públicas direcionadas às mulheres compreendendo os históricos e os processos de violências que as atravessam.

Com a não efetivação da adesão, as discussões se voltam para o âmbito estadual como estratégia de negociação referente à implementação das políticas públicas de proteção às mulheres sendo objetivo principal dessas intervenções e reivindicações. Nesse meio tempo adensam-se os debates sobre a criação da Secretaria da Mulher, bem como reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres/CEDM.

Em 2009, sob o decreto de nº 30.391, o representante do poder executivo paraibano, José Maranhão, à época, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, criou o Programa Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres da Paraíba, estando vinculado a casa civil do governador e, em 2010, institui-se a Secretaria Espacial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres, mediante a medida provisória de nº 149, posteriormente transformada em lei pelo chefe do executivo, consolidada em abril do mesmo ano, através do decreto de nº 9.077/2010. Nesse mesmo ano assina-se a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra à Mulher.

Portanto, a referida secretaria ¹⁸ surge da necessidade dessas ações de combate a todas as formas e violências de gênero e discriminação, bem como objetivando prestar orientações, apoio, coordenar, além de acompanhar a execução de políticas públicas para mulheres, povos tradicionais, população negra e LGBT, como encontramos na página do governo do estado na internet.

No âmbito da aludida secretaria, em junho de 2011, foi criado o Centro Estadual de Referência LGBTQIAP+ em João Pessoa e, em 2018, institui-se o Centro Estadual de Referência Luciano Bezerra em Campina Grande como estratégia de interiorização dos serviços ofertados. Ao acessarem esses espaços os/as usuários/as preenchem um cadastro inicial fornecendo informações como nome, idade, cor/raça, escolaridade, onde residem, se trabalham e com que trabalham. Respectivamente, os serviços oferecidos são assistência social, psicológica e jurídica, além da realizar ações em diversas cidades do estado na divulgação dos direitos dessa população.

À vista disso, os esforços desses equipamentos pautam-se em compreender a situação na qual as pessoas LGBTQIAP+ vivenciam com o propósito de pensar, formular e implementar possíveis políticas públicas, e, igualmente, de algum modo, melhorar as

¹⁸ Informações complementares acerca dessa secretaria, consultar: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana/>, acesso em 31 de maio de 2022, as 13:h16min.

condições de vida dessa população, bem como reforçar as estratégias de lutas no que se refere aos enfrentamentos às LGBTFOBIAS. Nesse espaço também são oportunizadas rodas de conversas com o intento de entender as realidades vividas pela população acima descrita, além de palestras e mesas temáticas nos mais diversos espaços institucionais das cidades paraibanas.

Complementarmente, foram instituídos em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado os Ambulatórios Especializados de Saúde Integral para a População Trans e Travestis da Paraíba, sendo o primeiro em 24 de julho de 2013, na cidade de João Pessoa, capital do estado, habilitado pelo ministério da saúde no ano de 2018 e o segundo, na cidade de Campina Grande, inaugurado em 11 de março de 2022, homenageando a travesti campinense Marcela Prado, ampliando o atendimentos para o município e outras regiões do estado.

Tanto o Centro de Referência quanto o ambulatório de Campina Grande são coordenados por mulheres transexuais. Considerando os atendimentos no âmbito da saúde pública a partir dos ambulatórios que ofertam atenção integral à população trans e travesti, suas ações se dão de maneira intersetorializada. Para se ter acesso aos serviços ofertados, primeiramente a população interessada é encaminhada pelo Centro de Referência LGBT, estando os serviços do aludido equipamento interligados com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana.

Desta feita, há processos que se entrecruzam no que concerne à viabilização e efetivação dos direitos respectivos às múltiplas políticas em vários níveis, sejam eles de média e alta complexidades considerando os Centros de Referência em Assistência Social/CRAS, e os Centros de Referência Especializado em Assistência Social/CREAS, respectivamente.

No que concerne ao ambulatório, em se tratando das necessidades apresentadas pelas/os usuárias/os há encaminhamentos realizados pelo serviço social, por exemplo, para a assistência social, considerando os benefícios eventuais como cesta básica, aluguel social, entre outros no caso de se identificar vulnerabilidades e/ou extremas vulnerabilidades.

Em 2019 institui-se mais estratégias enquanto mecanismos de defesa, proteção e combate às violências relativas a gênero, que neste caso, expõe-se, como exemplo, o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, atualmente sob coordenação da Secretaria Estadual da Mulher e Diversidade Humana, através de parcerias firmadas com a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, e Tribunal de Justiça da Paraíba,

contando também com o Conselho Estadual de Direitos da Mulher/CEDM, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial/CEPIR, como também Conselho Estadual de Direitos LGBT's.

No que se refere às ações voltadas para mulheres que se encontrem em situação de violência doméstica e outras vulnerabilidades, instituído desde 2011 pelo então governador Ricardo Coutinho, filiado ao Partido Socialismo Brasileiro/PSB, o Programa Empreender/PB que disponibiliza linha de crédito específica para mulheres em situação de violência doméstica e outras vulnerabilidades, incentivando o empreendedorismo como um mecanismo promotor de emancipação e independência financeira. Além dos recursos, são oportunizados cursos de capacitação, gestão de recursos financeiros para as mulheres vinculadas ao programa¹⁹.

O programa faz parte do “Empreender Paraíba”. Instituído por meio da medida provisória sob o n° 163, em 3 de janeiro de 2011²⁰, aprovando-se em seguida pela câmara legislativa sob a lei de n° 9.335, no dia 25 de janeiro do respectivo ano e alterado pela Lei de n° 10.128 de 23 outubro de 2013; fornece linhas de crédito para microempresários/as que tenham interesse em abrir um pequeno negócio, além de cursos, capacitação, entre outras questões relativas. Por conseguinte, conta com linhas específicas para mulheres negras do campo, como também outras ações voltadas para mulheres não negras, como exemplo, cita-se o projeto intitulado de “Spa empreender”. Os empréstimos são disponibilizados para pessoas física ou jurídica.

Dentre algumas linhas de crédito específicas oferecidas compreende-se o “empreender mulher”, objetivando alcançar mulheres que estão em situação de violência doméstica. Desse modo, há a prerrogativa diante das urgências nesses casos de rápido andamento nas análises dos processos, como também taxas de juros relativamente baixas de 0,50% em cima dos valores solicitados. Os recursos liberados variam entre R\$ 1.500.00 podendo chegar a 15,000.00, tendo uma carência de 12 meses, a contar data da liberação para iniciar os pagamentos das parcelas, segundo informações dispostas na Revista Fenemp (2018). No referido programa não há especificação no que tange às pessoas trans, mulheres trans e travestis principalmente.

¹⁹ Para mais informações sobre o Empreender Mulher/PB consultar <http://violenciacontramulher.pb.gov.br/empreender-mulher-pb/index.html>, acesso em 25 de abril de 2022.

²⁰Sobre o empreender paraíba, consultar <https://www.empreenderpb.pb.gov.br/inicio>, acesso em 25 de abril de 2022.

Em relação às parcerias firmadas considerando a política do governo do estado, referencio que no dia 30 de agosto de 2022, a Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, o Centro de Referência Estadual LGBT Luciano Bezerra, em parceria com a Ordem dos Advogados da Paraíba/OAB e com o Grupo Alerta, empresa que atua no ramo da segurança privada, dentre outras atividades, assinaram um pacto celebrando o comprometimento em abrir vagas na referida empresa com o intento de contemplar mulheres não trans que estejam em situação de violência doméstica, bem como para pessoas LGBTQIAP+ de Campina Grande. Essa ação visa inserir essas populações no mundo trabalho, conferindo autonomia e cidadania, possibilitando inclusão, igualmente, a diminuição no número de violências e violações que historicamente os/as acometem.

Observa-se que esses indicadores historicamente têm sido produzidos por organizações da sociedade civil, pois, não se tem nenhum órgão oficial do governo na incumbência da produção, sistematização, análise e interpretação, além da divulgação desses dados.

Devido à escassez de números e dados sobre a população de pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil, a Rede Trans Brasil, em junho de 2017, propôs esse Censo com a finalidade de criar subsídios e informações para a produção de conhecimento científico e para posterior formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências e, conseqüentemente, o avanço dos direitos da comunidade trans no país (NOGUEIRA, 2020, p. 14).

Diante das problematizações tecidas neste capítulo, analisa-se que, dada a escassez e/ou ausência de indicadores estatísticos, portanto, oficiais produzidos pelo Estado brasileiro da população trans e travesti nos contextos nacional e estadual; as organizações da sociedade civil, como as anteriormente citadas, nos últimos anos têm realizado um importante e indispensável trabalho, tentando dar respostas às demandas historicamente consolidadas ante as lacunas cristalizadas.

3.7. Campina Grande: indicadores e estrutura municipais: entrecruzamentos com os corpos trans

A inexistência de iniciativas públicas para enfrentar situações de vulnerabilidade da população trans no âmbito da institucionalidade municipal completa o cenário e diz sobre como essas dinâmicas reverberam na vida desse grupo social, uma vez que o

arcabouço administrativo municipal conta apenas com a Coordenadoria Municipal LGBT vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social/SEMAS de Campina Grande.

Instituída em 6 de maio de 2015, a partir da indicação para o Fórum Nacional de Gestores e Gestoras LGBTs, do atual coordenador desse equipamento, considerando a sugestão da Secretaria Municipal de Assistência Social/SEMAS. As propostas pensadas e lançadas por esse fórum e seus/suas representantes se pautam em pensar políticas públicas para população de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas esferas estadual e municipal.

Com estrutura limitada, as ações desenvolvidas se dão de maneira fragmentada, pontual e focalizada, voltadas à entrega de preservativos e géis lubrificantes, além de estratégias referentes à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis/IST's para a população de mulheres não trans trabalhadoras sexuais localizadas na rodoviária velha e na feira central da cidade, assim como também mulheres trans e travestis trabalhadoras sexuais localizadas na Rua João Pessoa - ponto de prostituição mais famoso, e em outros locais da cidade. Por mais que haja esforços das pessoas que estão à frente desse equipamento acabam esbarrando nos limites institucionais e da própria política local.

Conseqüentemente, as ações pensadas por esse equipamento acabam sendo interceptadas pelos entraves e limites institucionais que não oferecem condições para que os serviços proporcionados tenham eficiência e eficácia em sua realização, com isso, não se efetivando na vida da população usuária, uma vez que não se dispõe de orçamento nem recursos destinados para realização das ações.

Assim como não dispõe de levantamentos no âmbito da educação e trabalho, registra-se no município a ausência de qualquer programa em relação à formação de profissional da educação visando minorar os preconceitos sofridos nesses espaços, bem como de ações sistemáticas de formação ou qualificação profissionais.

No que concerne ao mundo do trabalho, no âmbito da precária estrutura criada no município verificou-se apenas o projeto “AlpaTRANSforma; Futuros Possíveis” criado pela empresa Alpargatas em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social/SEMAS/PMCG. A iniciativa pretende trabalhar questões inerentes à educação, qualificação de pessoas trans e travestis e outras expressões de gênero do município de Campina Grande. Após o processo de formação e qualificação, as pessoas interessadas podem se submeter a processos seletivos na empresa, caso não haja essa possibilidade de imediato, inscrevem-se no banco de talentos.

Segundo o IBGE, em 2019²¹, a média salarial da cidade de Campina Grande estava em torno de 2.1 salários mínimos e o número de pessoas ocupadas era de 29,9% da população total. Nesse mesmo ranking, considerando o porte da cidade, o município figurava entre a terceira e quinta posições entre os 223 municípios que compõem o estado. Segundo o mesmo levantamento, a média de famílias vivendo com meio salário-mínimo era de 39,5% da população campinense, estando ocupando a posição 220 em comparação ao número de municípios do estado.

Historicamente mulheres trans e travestis da cidade de Campina Grande têm-se apegado ao trabalho sexual e compulsório como único meio de subsistência, informação que constato a partir da experiência compartilhada como trabalhadora sexual em dois momentos distintos, que de maneira inevitável interseccionou minhas experiências enquanto mulher transexual, para quem o trabalho sexual tornou-se um único e possível meio viável e precário de subsistência em determinados momentos da vida.

Sobre empregabilidade para esta população em Campina Grande, Paraíba, é importante ressaltar, que algumas ações/projetos, estão sendo desenvolvidos por empresas ligadas ao segundo setor (privado), dada a ausência total do poder público local em pensar política de emprego e renda para esse segmento.

Como exemplos práticos de ações efetivas tomadas presentemente e pensadas para esta população, temos os setores empresariais, com propostas de geração de emprego e renda, a exemplo do projeto desenvolvido pela empresa Alpargatas, famosa no ramo calçadista, que atualmente, está em execução com o “AlpaTRANSforma: futuros possíveis”.

Em conversa, via WhatsApp, no dia 28 de agosto de 2022, com um representante do Instituto Alpargatas, responsável por executar o projeto na cidade de Campina Grande, alegou que *“O AlpaTRANSforma é um projeto da área de Sustentabilidade da Alpargatas e nós do Instituto Alpargatas ajudamos na execução do mesmo aqui na Paraíba”*.

Paralelamente, no dia 09 de outubro de 2022, entrei em contato, via e-mail com uma coordenadora (*Global Social Responsibility/Sustainability & Reputation*) da área de projetos da empresa alpargatas, vislumbrando informações mais precisas acerca do projeto “AlpaTRANSforma: futuros possíveis”, para entender como surgiu, qual ou quais objetivos, resultados pretendidos, obtendo a seguinte resposta:

²¹Conforme encontra-se em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>, acesso em 25 de abril de 2022.

É um projeto da Alpargatas, com o apoio do Instituto Alpargatas e em parceria com o poder público da região e com o Alicerce Educação”.

emergiu em novembro de 2021”. Oferece capacitação para apoiar o ingresso no mundo do trabalho, no caso, da indústria calçadista. Afirmou que *tem a intenção de dar continuidade;* informando ainda que a empresa tem absorvido a mão de obra trans pois, *“das 25 pessoas contratadas para a nossa fábrica de Campina Grande (que participaram do programa), 17 são mulheres trans”;* além disso quando perguntada sobre o perfil das ingressantes, por conseguinte, contratadas, informou que não tem um banco de dados com *perfil mais detalhado.*

Isto posto, no dia 9 de novembro de 2022, aconteceu a graduação da segunda turma inserida no AlpaTRANSforma, Futuros Possíveis²², com a presença de vinte alunos/as trans e travestis e de seus familiares. Na ocasião, participaram da solenidade os/as representantes da prefeitura, além dos referentes ao Instituto Alpargatas. O projeto ora aludido acontece em parceria entre prefeitura, as secretarias de Assistência Social/SEMAS, além da Ciência Tecnologia e Inovação/SECTI, de Educação/SEDUC, com o Instituto Alpargatas e Alicerce Educação.

As aulas ocorreram três vezes na semana, no Centro Profissionalizante Antônio Carvalho de Souza/CEPACS, localizado a Rua Sebastião Donato, nº 311, centro da cidade, de frente ao parque do povo.

A previsão, segundo os/as representantes dos órgãos acima elencados é de que uma nova turma se iniciará no primeiro semestre de 2023, com possibilidade de 30 novas vagas para o referido público. Segundo a gerente do Sine Municipal, o órgão pretende ofertar no ano de 2023 aos/as ingressantes no projeto curso de Excel, nas modalidades, introdução e avançado, além de capacitação pelo Instituto de Formação Profissional/FIP.

As ações do município - mecanismos e/ou estratégias desenvolvidas são “cirúrgicas”, marcadas por critérios de seletividade “etiquetamento” em relação aos corpos que estão ou estarão elegíveis para ocuparem determinados espaços.

Em relação ao Projeto AlpaTRANSforma: Futuros Possíveis, pode-se analisar que está servindo com um dispositivo/espelho para o município, compreendendo que as ações por ele desenvolvidas podem ser consideradas como uma forma de restabelecer as capacidades intelectivas, pessoais e profissionais das pessoas transexuais, dada a total

²²Site Polêmica Paraíba. Disponível: <https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/campina-grande/prefeitura-de-campina-grande-e-instituto-alpargatas-formam-2a-turma-de-alunos-trans-para-o-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 11 de novembro de 2022, as 11:h11min.

ausência do poder público municipal nesse e em outros aspectos relativos a esse segmento que está entrecruzado por múltiplos mecanismos de exclusão e de não legitimação de suas identidades na cidade.

Retomando os aspectos locais, sobre os setores que mais empregam na cidade de Campina Grande/PB, as informações dispostas no site do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED, lista-se, como o segmento que mais tem ofertado vagas de empregos, o setor de serviços, seguido do comércio, indústria, perpassando por outros como é o caso da construção civil; apesar de listar atividades não identificáveis, não especifica quantitativos a elas referentes.

Pode-se observar, por exemplo, que no referido site, especifica-se questões de gênero e raça, como também níveis salariais e relativas à formação/escolaridade. Um dos pontos que gera questionamentos dá-se ao se analisar os recortes de gênero, por exemplo.

O que eu percebo, é que dentro das concepções de gênero pautadas, principalmente, aqui na cidade, indubitável e inquestionavelmente, considera-se esta categoria problemática e também analítica ante concepções universalizantes, desconsiderando e negando os entrecruzamentos com as próprias dissidências de gênero. Sendo assim, toma-se o gênero, considerando as diferenças de corpo, de maneira clara, a identidade de gênero, da qual mulheres trans e travestis reivindicam como lugares de enunciação político, acaba sendo deslocada para às margens, negando-lhes inteligibilidade, por conseguinte, participação em todas as esferas da sociedade.

Por último, diante das análises ora dispostas a respeito da inserção de mulheres transexuais e travestis no mundo do trabalho em Campina Grande, não se tem como saber se há inserção desse grupo social nos setores acima referenciados, além das condições de sociabilidades ofertadas considerando as mais variadas e urgentes necessidades dessas mulheres e os processos que lhes interseccionam e as dinâmicas intrínsecas à própria organização política e social local. Por conseguinte, a oferta de meios de subsistências concretos deve ser compreendida como dispositivos legitimadores da dignidade dessas mulheres.

4. CAPÍTULO IV. SOCIABILIDADES DISSIDENTES NOS AMBIENTES FAMILIAR, ESCOLAR E DE TRABALHO EM CAMPINA GRANDE, PARAÍBA

No que se refere à proposta metodológica prospectada para a consolidação desta pesquisa em se tratando da coleta de dados; realizei o trabalho de campo entre os dias 25 de junho a 12 de julho de 2022, utilizando um roteiro semiestruturado com perguntas de questões “fechadas” e abertas, ansiando alcançar a descrição do perfil socioeconômico das interlocutoras, bem como oportunizando-me desenvolver uma análise acurada da experiência dessas mulheres na referida cidade.

4.1. Quem são nossas interlocutoras

Como informado na abertura deste trabalho, minhas interlocutoras compreenderam uma amostra de dez mulheres transexuais e travestis residentes em Campina Grande, com idades entre 18 e 72 anos; sendo que 40% dessas mulheres têm entre 18 e 29 anos de idade, 30% estão entre 32 e 35 anos, por conseguinte, outras 30% com idades entre 41 e 72 anos.

Da amostra acima descrita, 50% dessas mulheres se autodeclararam transexuais/trans, e 40% como travestis, sendo que 10% se autodeclararam como sendo “apenas” mulher.

Quanto a origem e/ou proveniência, 70% são de Campina Grande, Paraíba, 10% de Serraria, no brejo paraibano, 10% do Ceará, simultaneamente, 10% de Pernambuco.

Sobre o pertencimento racial/étnico, 40% se enunciam como pardas, 30% brancas, 10% pretas, 10% negras e 10% como loiras.

Ainda sobre o pertencimento racial/étnico enunciado (autodeclarado) pelas interlocutoras; analisando o direito e o respeito a autodeterminação da pessoa enquanto pertencente a um determinado grupo, procurei legitimar as demandas que lhes são intrínsecas ao entender que o lugar de enunciado político reivindicado por cada uma delas está cruzado por níveis de inteligibilidade que sobremaneira precisam ser considerados na prática.

Mesmo ponderando esses aspectos e os mecanismos que são acionados por cada uma das interlocutoras ao se enunciarem social e politicamente, vislumbra-se a compreensão de que uma leitura dessas categorias “fora” dos pressupostos historicamente

listados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE enquanto pertencimento étnico e racial implica de maneira irrestrita no não entendimento dos condicionantes que social, cultural e politicamente têm afetado populações consideradas marginais, igualmente implica sobretudo no que tange à não formulação de políticas públicas que sejam capazes em dar respostas as demandas postas por identidades e corpos que desde a sua constituição histórica estiveram e ainda estão posicionados no lugar de outro, desse outro não normativo, abjeto, inimputável de inteligibilidade.

No que se refere à orientação sexual, 70% responderam que têm a heterossexualidade como sexualidade, conseqüentemente, 30% se autorreconhecem como pansexuais.²³

Sobre religião e/ou práticas religiosas, 20% se dizem pertencer ao catolicismo, 10% ao catolicismo e umbanda, 10% se manifestaram como agnósticas, 10% como universalistas, 10% como espíritas, 10% como espiritualistas, 10% se autodeclararam sem religião, mas que creem em Deus, 10% afirmaram se aproximarem das práticas de terreiro, sobretudo da jurema, todavia, já pertenceram ao cristianismo e hoje tentam encontrar um espaço em se tratando da espiritualidade nas religiões acima descritas; 10% afirmaram não terem religião, contudo, respeita todas as denominações e filiações religiosas.

No que tange à escolaridade, 40% têm o ensino médio completo, 10% se encontram cursando o ensino médio, 20% superior incompleto (cursando), 10% se encontram com o ensino médio incompleto, interrompido no momento, porém manifestaram o desejo de retornar e 10% se encontram cursando pós-graduação (em nível de doutorado). Do universo, 10% não possuem escolaridade, ou seja, não alfabetizadas.

Quanto a relação com o mundo do trabalho, 30% estão vinculadas ao setor público, regidas por contratos de trabalho junto ao estado, 10% possuem esse vínculo com o poder público municipal, 20% encontram-se desempregadas, tendo trabalhado apenas em atividades pontuais, 10% declararam nunca terem trabalhado, 20% estão vinculadas ao mercado formal de trabalho em regime de Consolidação de Leis Trabalhistas/CLT, nos setores de comércio varejista e indústria.

²³Pansexualidade está relacionada às pessoas que se sentem atraídas erótica, afetiva e amorosamente por outras independente de orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras múltiplas expressões de gênero e de sexualidade.

Neste último caso, o ingresso se deu através do projeto de inclusão de pessoas trans ao mundo do trabalho “AlpaTRANSforma: futuros possíveis. Há ainda o contingente de 10% que trabalham como autônoma na área de autocuidado e beleza.

Quanto a remuneração obtida com as ocupações descritas, observa-se que 40% recebem até um salário mínimo, 50% delas recebem em torno de um salário mínimo a dois, de modo concernente, com renda pessoal e familiar, somando até quatro/cinco salários mínimos, é de 10%.

Indagadas sobre experiências passadas no que tange à inserção no mundo do trabalho, 10% afirmaram que atuaram de forma autônoma como garçõete em bar, além da realização do trabalho sexual nesse meio tempo; 10% afirmaram já terem trabalhado como atendente em lanchonete, anteriormente à transição de gênero; 20% observaram que sempre atuaram em trabalhos informais, pontuais e de pouca durabilidade; 30% responderam já haver atuado na área de estética e beleza; 10% asseguraram já terem trabalhado no setor público vinculado ao estado; enfatiza-se que, dentre a amostra da pesquisa, 10% asseguraram que mesmo com o trabalho formal ainda realizam o trabalho sexual e 10% relataram nunca terem trabalhado em nenhuma atividade e que sempre tiverem no trabalho sexual/prostituição um meio de subsistência.

Dentre os aspectos analisados, também buscamos informações acerca das condições de moradia e habitação, constatando que 50% moram em casas ou apartamentos próprios e 50% em residências alugadas. Dentre essas, todas dispõem de infraestrutura mínima como quartos, salas, entre um e dois banheiros, cozinha, eletrodomésticos e eletrônicos básicos para o dia a dia, como fogão, geladeira, máquina de lavar, televisão, micro-ondas, computadores, celulares e tablets.

Verifiquei ainda que 40% residem com suas famílias consanguíneas, pai, mãe, irmãos/as, dentre outros pertencentes a família nuclear; 20% residem com seus cônjuges e 40% sozinhas. Todas expuseram que mantêm contato e boas relações com suas famílias de proveniência.

Nesses termos, também buscou-se informações no que se refere ao acesso a serviços sociais públicos, apenas 10% afirmaram que não se encontram em vulnerabilidade e por isso não os buscam, 10% asseveraram acessar a atenção básica (saúde), mesmo assim de forma eventual. O acesso sempre vem mediado por algum órgão ou política de referência criada para a população, sendo que 20% acessam os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Estadual LGBT de Campina Grande, além do ambulatório para Travestis e Transexuais Marcela Prado, ambos ligados à Secretaria de

Estado da Saúde, além de 10% que asseguraram terem procurado o Centro de Referência em Assistência Social/CRAS e o Instituto Nacional do Seguro Social/INSS.

As Unidades Básicas de Saúde/UBS referentes ao município são acionadas em momentos específicos e pontuais, com isso, 30% relataram que não acessam esses dispositivos sociais; 10% asseguraram desconhecer e não acessar, 10% acessam os serviços oferecidos pelo Hospital Universitário/HU.

Sobre as formas de lazer praticadas, 50% afirmaram saírem nos finais de semana para barzinhos, praia, pegar sol, e tomar cervejas com amigos/as, 20% preferem ficar no conforto de casa, com as atividades de rotina, além de assistirem tv e praticarem jogos de games, 10% não saem de casa, pois referenciaram que com alto preço dos produtos não compensa, sendo mais econômico sempre que possível pedirem lanches e se socializarem em casa, 10% afirmaram que os shows e performances realizados são os momentos de descontração preferidos e, além de terem se tornado uma fonte de renda; por fim, 10% afirmaram que o único programa que têm feito nos últimos tempos é passear com o seu animal de estimação (cachorro) nos finais de tarde, pelas ruas do centro da cidade.

4.2. Campina Grande, Paraíba: um olhar sobre transexualidade e travestilidade no contexto local

Diante das discussões proporcionadas no trabalho em tela, analisa-se como as relações intrafamiliar, escolar e de trabalho interseccionam as experiências de gênero de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba, bem como os deslocamentos e as rupturas provocados no âmbito da família, escola e trabalho, analisando os mecanismos e as estratégias acionados e que atuam deliberadamente na (re)produção de subjetivação das identidades e os meios de sociabilidades gerados a partir de cada uma delas.

4.3. Análise: Considerações sobre os dados levantados

Para 50% dessas mulheres a relação com a família se dá de maneira direta, tranquila, com problemas pontuais, como em quaisquer outras relações e processos de sociabilidades inerentes. Para 30% as relações no seio da família se dão de maneira ainda conflituosa em alguns aspectos, mas que mesmo assim, mantem-se os contatos e laços

afetivos; nesse ínterim, para 20% a relação ainda é meio distante, contudo, há contatos mesmo que de maneira esporádica.

4.4. A transição

Nesses termos, para ilustrar as discussões ora versadas, sobre o processo de transição de gênero, as descobertas e os conflitos internamente ocasionados e embaraço em apreender a codificar e manusear o gênero, observa-se que, para as interlocutoras.

Whitney Houston: Fui me descobrindo aos poucos. Eu via roupa feminina, como toda trans e travesti começa a usar da mãe escondida, né? Sapato e tal, mas não sabe que ali é uma mulher trans, pensa que é uma brincadeira de criança. Eu pensava que era uma brincadeira de criança. Via as novelas antigas como “que rei sou eu”, eu achava lindo aqueles vestidos compridos, né? Cheio de armação. Eu achava lindo. Dançava quadrilha, mas eu queria dançar com a roupa da menina, mas não podia, tinha que me conformar com roupa de homem, né?

Uiara: Ele foi muito confuso [risos], muito confuso, muito confuso, porque eu não conseguia entender o que tava acontecendo. Então as redes sociais me ajudaram muito, muito, porque elas me deram vocabulário, elas me deram alternativas, eu não me sentia tão só, e... começar tomar hormônio, por exemplo, porque eu pesquisava na internet e uma trans falando de um hormônio “X” no Youtube, ou tinha uma descrição de um médico endocrinologista falando sobre qual medicamento tomar, ou alternativas pra retificar meu nome que eu não tinha ideia que isso era possível.

Catarina: Não, na nossa época era tudo mais difícil. Hoje em dia é normal. Hoje em dia você entra em qualquer loja, você entra em qualquer canto, ninguém diz nada, lhe respeita e na nossa época num é, ninguém num, num tinha o respeito que tem hoje. A gente foi que abrimos caminho pra muitas delas hoje em dia.

Catarina é uma travesti, de 72 anos de idade. Podemos entender a sua existência como sendo a matriarca no que tange à todas as outras experiências de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande. Como ela mesma relata, nos dias atuais muitas coisas contribuem para que mais experiências de gênero cruzadas pela transexualidade e

travestilidade possam se expressar para a sociedade compreendendo o lugar de enunciação político por cada uma delas reivindicado. Entretanto, é importante ressaltar e reconhece-se que há muito o que se avançar nesse e em vários outros aspectos, não apenas em âmbito local, mas também, indubitavelmente, em abrangência nacional.

4.5. Experienciando o gênero e seus desdobramentos ao negar os pressupostos hegemônicos na (con)formação do corpo

Sobre as estratégias e mecanismos de vivenciar o gênero para além das diferenças de corpo, observa-se que.

Tiffany: Hoje em dia eu percebo que, já... O que eu sofri no início, na época de minha transição, foi algo assim, passageiro até certa, certo ponto, sabe? Porque no início é como eu falei, eu não me sentia muito feminina, então eu não me sentia muito à vontade. Hoje em dia eu vejo que o que eu sofro já são por, pelas questões que já existem na sociedade, né? De... das pessoas acabarem vendo pessoas trans como algo muito estranho, algo muito diferente, e na mente de muitas pessoas você é algo ruim, muito ruim as vezes, né? Então hoje em dia eu tento sempre lidar de uma maneira diferente.

Tiffany, aos 18 anos de idade, tendo transitado há menos de dois anos faz essas analogias e algumas intersecções com os processos de não aceitabilidade e legitimação das identidades trans, reverberando que não mudou muito. No entanto, na visão dela, está mais fácil lidar com essas questões, mesmo referenciando que para a maioria das pessoas, as identidades trans ainda soam como algo estranho.

Considerando os discursos ora analisados, podemos, por exemplo, considerando as reflexões contidas nas falas acima, trazer para o diálogo, as concepções postuladas por Foucault (2010), a respeito do monstro, insurgidas no século XIX, quando o filósofo nos faz pensar e analisar a figura do sujeito (a)normal, sendo aqueles indivíduos lidos socialmente como incorrigíveis, passíveis de disciplinamentos.

O filósofo Michel Foucault (2010, p. 288), segue suas analogias certificando-nos a respeito dos processos que decorrem da anormalidade, asseverando que,

o indivíduo “anormal” que, desde o final do século XIX, tantas instituições, discursos e saberes levam em conta deriva ao mesmo tempo da exceção

jurídico-natural, do monstro, da multidão dos incorrigíveis pegos nos aparelhos de disciplinamento e do universal secreto da sexualidade infantil.

A estranheza funciona como dispositivo que confere significado em todos os processos que negam essas identidades, posicionando-as sempre nos limites da própria humanidade, ao negarem a hegemonia dos corpos, considerando inteligíveis aqueles que (con)formam um gênero a um corpo genitalizado, por conseguinte, sexo, de modo inerente, a uma sexualidade normativa, ou seja, a heterossexualidade como significante na ordem dos gêneros.

Entrecruzando essas análises, para Louro (2018, p. 81) “A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades”. Como observado por Butler (2017, p. 27) “se os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira”.

Na experiência transexual é reveladora essa noção de corpo (des)continuado ao analisar os processos de legitimação acionados por mulheres transexuais e travestis na constituição de uma “nova” identidade que não necessariamente esteja cruzada com essa noção de corpo sexuado como dispositivo qualificador da identidade de gênero.

4.6. Processos de sociabilidades intrafamiliares

Ao serem indagadas se têm e/ou mantêm relação com sua família de proveniência, considerando que é nessa esfera social que as socializações se instauram, pondera-se o seguinte.

Eva: Depende. É porque assim, a minha família, ela, a família nuclear, né? Especificamente, pai e mãe, eles se separaram quando eu era adolescente, e aí, meu pai sempre teve questões com, não só necessariamente comigo por conta da minha identidade, mas com outras pessoas também da família. Então ele é uma pessoa complicada por si só [risos]. E aí, é... por muito tempo eu não tive nenhum, eu, não tive nenhum vínculo com ele, mas com minha mãe sempre foi tranquilo. Mainha ela teve o processo de adaptação dela, mas ela nunca me desrespeitou, nem destratou, pelo contrário, sempre, tipo, teve como suporte, mesmo não entendendo o processo.

Juliana: É bem tranquila. No começo da minha transição houve bastante resistência da parte da família, tudo. A minha mãe, ela num... num queria que eu fosse trans pelo fato da, de sofrer mais preconceito da sociedade. A questão trabalhista, e tudo mais, mas aí, é a minha natureza, né? Mas aí, houve resistência. Após alguns anos, depois da minha, do começo, o pessoal aceitou tranquilo.

Bianca: Sempre há complicações, né? Logo no começo, né? Com nossos pais, com família, mas eu superei tudo. Hoje a gente vive super bem, eu, meu pai e minha mãe, que a gente mora junto. Meu irmão é casado, também mora distante, e a gente vive muito bem graças a Deus.

4.7. Exclusão do meio familiar

Dentre os vários aspectos analisados, diante do que se avalia nas experiências dessas mulheres, mecanismos e estratégias de violências e violações múltiplos se insurgem e se materializam, como, por exemplo, expulsão de casa.

Cláudia Raia: Porque assim, por eu ser uma mulher transexual, eu me identifiquei muito cedo, aos 13 anos de idade, e aos 18 anos de idade teve a expulsão de casa. Passei a conviver, é, em lugares de favor, prestando ajuda pras pessoas por troca de uma dormida, um prato de comida. E a ligação da gente é muito distante, só mais por via telefônica e WhatsApp, mas não temos uma ligação tão próxima, afetiva.

Bianca: E eu saí de casa, fui pra casa de... [se emociona ao relembrar que amigos a acolheram nesse momento claramente doloroso e marcante em sua experiência enquanto mulher trans]. Fui pra casa de amigos e de pessoas que você chega, e lá também há discriminação, né? E eu lembro que quem me apoiou foi uma pessoa assim, que você não imagina que pudesse lhe apoiar, que eu nem lembro muito, mas só lembro que foi através dessa pessoa que disse “Bianca, é... vá pa tal lugar, que lá ela abriu um salão e ela tá precisando de uma pessoa. E essa pessoa abriu mão e eu fiquei morando lá um tempo.

Ao se analisar os discursos, observa-se que a família é tida como uma das esferas sociais que hegemonicamente promove os processos de sociabilidades primários. Aclara-

nos nas reverberações das interlocutoras a maneira como os processos de sociabilidades em torno do gênero não hegemônico se consolidam. Neste caso, ao se ponderar os discursos acima delineados, esta instituição sobremaneira é responsável pelos processos de (in)aceitabilidades, de modo igual, deslocamentos e rupturas no que concerne às experiências trans e travestis. Essa função atribuída à família se evidencia sobremaneira no processo de transição.

4.8. Violência sexual

As violências estão sendo acionadas e deliberadas de todas as formas nas experiências dessas mulheres no âmbito da família, a exemplo, de situações de violência na trajetória – perpassadas pela negação, ridicularização, exclusão, violência sexual.

Cláudia Raia: Meus pais não me conhecia como filha, meus irmãos também não me via como irmãos. Então foi aonde aconteceu uma série de abusos sexuais, né? Na qual eu me sinto à vontade em está falando aqui, que passei a ser abusada pelos meus irmãos, praticamente todos, porque eles não me via como, como, é, pessoa da família, e praticava aqueles abusos achando que seria certo, né? Por conta que não fui criada com eles. Também fui abusada sexualmente pelo meu pai. Tive uma infância e uma adolescência totalmente atordoada, de muitos abusos, muitas violências. [...]. Depois dos abusos sexuais, vieram a rejeição deles, que foram a violência, é... viado, num sei o que, me rejeitavam.

Bianca: Tem coisas assim que a gente lembra de infância, né? De você sair com ele [pai] e ele olhar assim pra você [faz um olhar de desprezo], dizer “ajeite o andar, que andar mais feio, essa sua voz”. Eu me lembro que as vezes, no domingo, eu ia pra casa da minha tia e a gente... pra num chegar e lá e ele avisava logo, “quando chegar lá você não abra sua boca por conta da sua voz que é muito fina”. Então eu tinha que chegar lá e ficar calada e sair calada, porque ele me dizia logo isso [...]. E quando ele foi a descobrir que eu era, mais, é... ele já sabia, que ele foi descobrindo que eu era, que eu ia ser isso, aí começou os ataques, né?

O gênero interseccionado pelo feminino olhando um corpo (trans)gressor, ainda está sendo percebido e entendido como um dispositivo, que a partir dele se instituem processos de violências e violações diversos, da negação, as agressões moral, psicológica, física e como relatado acima, as violências sexuais/estupros que emergem intrafamiliarmente.

Além disso, também se perpetram outras maneiras de se consolidar práticas de violências influenciadas e informadas por uma leitura enviesada de gênero e sexualidade.

Cláudia Raia: Influenciou porque eu já tinha aqueles, eu já era afeminada, é... quando, quando eu voltei pra casa deles, né? A minha transição, ela começou com uns 13 anos. Quando eu digo começou com 13 anos, foi quando realmente eu me autodescobri, comecei a tomar hormônios por conta própria, comecei a vestir trajes femininos, roupas femininas, acessórios, tudo que me fazia bem, aí, era nesse sentido que, que eu falo.

Whitney Houston: Ninguém sabe essas coisas que a gente passa, né? No oculto, a gente não fala que é pra não causar atrito, nem magoar ninguém. Que eu era menino ainda, aí, o, o, eu tinha acho que uns 14 anos na época. Aí, o ex marido da minha, da minha prima, ele vendia umas coisas, tipo, carro, essas coisas e eu gostava, aí eu disse quanto é, fulano? Quanto é esse carrinho aqui? Eu sempre gostei. Eu acho interessante, Kelly, que eu sempre gostei de coisas de menino, nunca gostei de boneca, nunca brinquei com boneca, eu sempre brinquei com videogame, sempre brinquei de bola. Eu sempre brinquei com meninos, nunca brinquei com mulheres, sempre tive amizade com homens cishéteros, sabe? Aí ele falou assim “você que é viado não brinca de carro não”.

Há múltiplos e reiterados processos de correção sendo acionados, de pedagogização, de normalização no que se refere aos corpos interseccionados pelo feminino tornando-se uma existência impossível enquanto humanidade. De maneira clara se percebe que a sociedade “tolera ou aceita” um homem gay, por exemplo, mas performar, reivindicar-se no feminino, não é possível.

O feminino nessas relações está posicionado em um lugar social desqualificado, ininteligível, cruzado por uma existência precarizada, que se desumaniza à medida que esses processos emergem, negando as experiências para além dos corpos e as diferenças a eles inerentes, ou, dito de outra forma, as diferenças sexuais. Portanto, o ser mulher

significa está posicionada sempre em um lugar social e político subalterno, igualmente, subalternizado, experienciando uma existência potencialmente improvável.

Para a antropóloga Gayle Rubin (2017, p. 31) “A ideia de que homens e mulheres são duas categorias mutualmente excludentes de uma oposição “natural” – que, por sinal, não existe”.

São os processos sociais e culturais historicamente estabelecidos que engendram e consolidam múltiplas tecnologias de opressão as direcionando ao feminino (a mulher) na estratificação social, compreendendo as relações de gênero e de sexo hegemonicamente constituídas, provocando diferentes deslocamentos dessas experiências na sociedade a partir de seus lugares de enunciado políticos.

4.9. Mecanismos e estratégias de normalização e correção dos corpos trans

Dentre os mecanismos e interações com as dissidências de gênero acionados como meio repressor, olhando para a transexualidade como uma das múltiplas expressões de gênero, a proteção se dá sob uma concepção violenta nas relações intrafamiliares.

Uiara: É uma proteção violenta, porque ela age na base do problema como se o problema ele tivesse na minha transexualidade ou na, na minha transgressão, sendo que eu não tenho culpa na violência que o outro produz, né? Eu, e eu ficava revoltada com isso porque minha mãe, [pausa]... Eu sempre gostei muito de glitter, então eu passava glitter. Às vezes eu chegava as seis horas da manhã na escola cheia de glitter e eu não podia usar maquiagem, e eu usava glitter, né?

Na estratificação social, a mulher está disposta em um lugar de inferioridade e ininteligibilidade em relação ao homem. Todos os condicionantes impostos ao gênero feminino, como sendo “naturalmente inferior” em relação ao masculino, estão baseados e se estruturam na diferença entre os sexos como “verdade” fundante na construção dos mecanismos de controle que a partir deles são acionados.

Conseqüentemente, essas análises nos revelam que: “seja qual for o termo que utilizemos, o importante é produzir conceitos que permitam descrever adequadamente a organização social da sexualidade e a reprodução de convenções de sexo e de gênero” (RUBUN, 2017, p. 20). É nos discursos e a partir de mecanismos e processos de

normalização que se instituem regras de disciplinamento e que historicamente cruzam os corpos interseccionados pela transexualidade e travestilidade provocando deslocamentos e rupturas em todas as esferas da sociedade.

4.10. Equipamentos implementados pelo estado da Paraíba e viabilização dos direitos da população trans e travesti

No que se refere às reflexões apresentadas nos discursos das interlocutoras, verifica-se que sobre a retificação de prenome e sexo/gênero (documentação), equipamentos acessados.

Livia: Eu procurei o centro LGBT. Foi a primeira coisa que pediram pra eu procurar, que eu queria muito. Quem indicou foi Y... que trabalha lá no espaço. Quem fez toda minha orientação foi quando C... que é ooo... o advogado de lá que me levou pra mim mudar minha certidão de nascimento. Aí, daí, quando ele pegou minha certidão de nascimento foi quando eu fui, fui sozinha, né? Fui tirar meus documentos, tudo só; identidade, CPF, entreguei minha reservista do exército, é, cartão de crédito, tudo. Tirei tudo novo.

Whitney Houston: Pronto, é como eu disse a você, o centro de referência, né? O centro LGBT aqui em Campina Grande, que é ótimo, excepcional. A equipe é maravilhosa, que montaram pra esse espaço. Não tive nenhum, nenhum empecilho, foi tudo muito fácil as coisas, foi muito acessível. Pessoas que tornaram tudo possível pra mim. Como eu disse a você, a retificação do meu nome, ajuda de buscar, de, de retificar minha documentação, me ajudaram também nisso, não vou mentir a você. O único benefício que eu tive foi esse, assim, que foi, foi me dado.

Juliana: Serviço público? Mulher, assim, logo quando eu comecei fazer minha retificação, né? Eu fui assim, muito bem recebida pelo serviço estadual. Lá, o centro de referência estadual, que na época era em João Pessoa. Aqui em Campina Grande também temos o serviço estadual, tem aqui a secre... é... a coordenação LGBT que querendo ou não dá um suporte a essa população, né?

O acesso a serviços públicos, inicialmente, se deu pelo Centro de Referência LGBT de João Pessoa, capital da Paraíba, o primeiro em âmbito estadual, e hoje, majoritariamente, segundo as colocações das interlocutoras, os acessos estão referendados no Centro de Referência Estadual LGBTQIAP+ Luciano Bezerra, em Campina Grande, o segundo do estado, inaugurado em 2018.

Dando seguimento, também temos o Ambulatório de Saúde Integral para pessoas Transexuais e Travestis Marcela Prado, inaugurado no Hospital de Emergência e Trauma, em março de 2022, o segundo do estado. O que se pode analisar, (ver anexo com os quadros gerais das entrevistadas) é que não há ações de inclusão por parte do poder público municipal e que contemplem as necessidades da população ora analisada neste estudo de maneira integral.

4.11. A escola e as estratégias de pedagogização dos corpos trans e travestis

Com o intuito de acessar as memórias da vida escolar, buscamos analisar sobre as questões inerentes a assédio, uso do banheiro, humilhações, infraestrutura, além de pobreza que serve como um dos indicadores e que aumenta a vulnerabilidade na escola, como pode ser visto na ênfase conferida ao bairro.

Juh: No âmbito escolar eu sofri bastante. É, eu estudava no estadual de Bodocongó, e... é, fiz o ensino fundamental lá. E o ensino médio. O ensino médio foi o pior porque, mas isso, essas questões nunca deixaram, é, fizeram eu parar de estudar, entendeu? Que muitas meninas desistem de estudar, né? como é um bairro periférico, Bodocongó, e, e vizinho ao Pedregal, na hora de sair da escola ameaçavam matar, jogava bicicleta, é, é, agrediam com tapas ou empurrões. Era horrível. Foi um, assim, foi traumatizante essa época. A gente não esquece.

Cláudia Raia: No meu ambiente escolar, não foi tão fácil pra mim terminar o ensino médio, ... desde a adolescência, no terceiro ano eu já vim sofrendo bullying, né? Por não poder usar o banheiro feminino. Por eu ter, ser afastada das coleguinhas do sexo feminino. Pelo menos no ensino médio quando eu estava termi... estudando EJA, eu fui agredida fisicamente por um aluno da turma, onde ele me empurrou das escadarias do primeiro andar.

Tiffany: Olha, alguns episódios que marcaram minha existência foram meios chatos para mim. Como, é... as vezes receber ameaças quando eu estava dentro da escola estudando, né? Infelizmente acontecia muito, não sei se era questão da minha aparência, do meu jeito de ser.

Eva: Eu sofri assédios, inúmeros na escola, e a escola pra mim realmente foi o espaço que reforçou a impossibilidade de ser quem eu sou. Foi onde realmente eu entendi que eu precisaria reprimir tudo o máximo possível e viver uma vida camuflada para que eu pudesse sair dali, pra que eu tivesse condições de permanecer naquele espaço até o momento em que eu pudesse sair. Então a escola pra mim, ela foi sempre um lugar de, de...sofrimento, porque eu não tinha condições de, de existir ali socialmente.

Juliana: Eu acho que... o, um episódio marcante da minha infância foi quando o professor me chamou de viadinho na turma. Foi bem marcante. Assim, foi um reboliço na sala, o maior auê. Querendo ou não ele me desrespeitou, né? Eu não sabia dos meus direitos na época, mas mesmo assim, eu ainda... é... reivindiquei, né? Outros professores e outros alunos viram que ele tava errado por me tratar daquela forma. E logo depois também, na fase adulta já... eu fui fazer um técnico de enfermagem também onde eu fui proibida de utilizar o banheiro da instituição, o banheiro feminino. Também foi um episódio muito marcante pra mim, assim, de, de forte preconceito, entendeu?

Juh: No primeiro ano eu não utilizei [o banheiro], em 2008. Em 2009, fui proibida. Comecei a frequentar as aulas quando dá fé, tipo, seis meses, no primeiro mês, assim, o diretor me chamou e disse “você não pode mais, aí, como opção ou você tranca seus estudos e sai da escola e se você quiser, é, é, insistir em usar o banheiro feminino eu já estou com uma petição aqui pra botar um processo em você”. E aí, é, eu como travesti, na época, que eu não era, tipo, hoje a gente sabe que existe a nomenclatura trans, o que define e conceitua, mas na época eu era travesti, assim, eu não era trans, era travesti, tudo bem, aí, eu usava as roupas femininas e meu nome era Juh, só que no registro era meu nome masculino, de nascimento, e aí, o motiva, o, o, o, o diretor da época era Est... Est..., é... ele me proibiu, né? Sair da escola, assim, era uma forma de me expulsar.

Ao fazer uma analogia entre as categorias travesti e transexual, nos parece que a transexualidade seria suficiente na resposta por Juh buscada ao sofrer as violências no

âmbito de sala de aula, do Colégio Motiva, uma das escolas particulares mais caras aqui de Campina Grande. Ela estudava no colégio, na condição de bolsista.

Igualmente, em seu discurso, analisa-se que para ela a transexualidade seria suficiente na (con)formação do corpo, legitimando-o, corroborando com as afirmações apresentadas por Bento (2008), Teixeira (2013). Esta compreensão não está estritamente relacionada à interlocutora ao demonstrar que uma categoria mostra-se mais legítima em relação à outra. É importante fazer uma análise para além das questões insurgidas compreendendo os processos que circunscrevem as experiências de gênero não cruzadas pelas dimensões da transexualidade e travestilidade.

Os nossos repertórios discursivos e analíticos também (re)produzem subjetividades. Precisamos ter clareza sobre as nossas práticas discursivas, para que nesse mesmo movimento, não reforcemos e legitimemos outros mecanismos impulsionadores de outros processos de exclusão e de violências.

Os discursos, antes de tudo, precisam ser entendidos, enquanto agentes e mecanismos políticos na (re)produção de novas subjetividades. Leite Junior (2011, pp. 213-214), traz importantes análises acerca das estratégias de nomeação que circunscrevem as categorias travesti e transexual, assegurando que: “mas, apesar de muito desta diferenciação ser embasada pelo discurso médico, ela é usada também como um instrumento de distinção social nos embates cotidianos entre as próprias pessoas assim classificadas.”

As instituições sociais estão aí o tempo todo regulando, impondo limites no trânsito dos corpos transgressores diante as regras estabelecidas, trabalhando na produção e reprodução das hegemonias. A escola se apresenta como um desses dispositivos reguladores das normas produzidas intramuros. As violências, as negações, os processos de pedagogização estão o tempo todo em pleno funcionamento.

A maneira como os currículos se estruturam, as práticas e os discursos em sala de aula, estão, de maneira óbvia, promovendo rupturas e consequências sem precedentes nas experiências desses corpos, pois,

Diferenças, distinções e desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, na verdade a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornado aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que elas não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e

para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas: (LOURO, 2014, p. 61).

Nas escolas historicamente têm se produzido e reproduzido a partir das diferenças os processos de diferenciação. Diferenciação, no sentido de hierarquizar e categorizar os corpos e as identidades desconsiderando as singularidades e as especificidades que os cruzam, gerando e consolidando diferentes tecnologias de opressão.

4.12. Memórias que marcaram essas experiências no âmbito da Universidade

Não apenas nas ambiências das escolas se materializam múltiplas violências e violações, mas, de modo igual, o mesmo ocorre no espaço da universidade – memórias dolorosas marcadas pela ironia, sarcasmo, passabilidade, infraestrutura pedagógica, nome social, banheiro.

Eva: Eu tenho memórias, tipo, as mais perversas possíveis. Porque por um lado em que eu tive uma base, por exemplo, da reta guarda de amigos que me deram uma estruturação para eu vivenciar o meu processo de maneira segura na universidade; a instituição em si é extremamente violenta também: primeiro, pelas, pela solidão de ser a única pessoa trans, né? Do espaço, eu digo necessariamente do departamento de psicologia [UEPB], né? Porque tinha outras trans pinçadas na universidade, mas no departamento era somente eu. Eu sofri, tipo, situações muito pontuais, mas que pra gente é, são violências extremas, né? Desde, por exemplo, numa disciplina que se pretendia a falar sobre gênero e sexualidade, o professor me parar em sala pra perguntar porque, na frente de todo mundo, porque eu pintava unha, ou... vinha assim, com comentários, por exemplo, de um dia eu tá apresentando um seminário com um saião lá e ele agradecer; ele usou esse termo “agradecer a turma pela permissividade”, como se eu precisasse de uma autorização externa pra, pra poder existir, e de questionar coisas assim, como se realmente eu fosse um objeto, e eu não fosse uma sujeita ali, que tivesse as minhas dores, os meus amores, e tudo mais.

Juh: Assim, a exclusão social na universidade [UFCG] durante a graduação. Quando eu estava na universidade eu já era Juh, com certa passabilidade, eu acho. E aí, já era Juh, retificada e cirurgiada. E aí, quando eu cheguei na universidade, ninguém sabia quem eu era, nem de onde eu vinha, mas depois eu ouvi burburinhos de que eu era “X” ali dentro, aí, foi quando eu fui saber, e saíram comentando pelos corredores. É, mas, é, durante a graduação eu, eu sofri um isolamento social, trabalhos não me chamavam, eu era sempre sozinha. Constrangimento, assim, vergonha, aí, me isolava, me deixava sozinha pra cima e pra baixo, entendeu?

Uiara: Depois da minha transição, quando eu começo a me afirmar, brigar pelo meu nome dentro da UEPB, a fazer barraco em PROGRAD, e apontar o dedo e dizer que você está despreparado/a, você não tem uma formação de qualidade, você não está preparado pra dar aula, você não está preparado pra ser chefe de departamento [risos], você não está preparadooooo.... Você não estava preparado pra minha chegada e eu cheguei bagunçando tudo. Então era essa a inconveniência, é ser inconveniente porque todo mundo faz questão de mostrar que eu não deveria existir, todos os dias, e isso de maneira muito sutil, porque é... a política da boa vizinhança precisa ser mantida. Os entraves foram institucionalmente.

Sobre a ambiência nas dependências da universidade, esta como importante esfera do Estado, nas falas de Eva, por exemplo, podemos analisar a maneira como as sociabilidades dentro do espaço acadêmico se gesta do centro para às margens, ou seja, as experiências por ela vivenciadas em todas as esferas sociais, por si só, foram suficientes em dizer que o espaço universitário não lhe é uma prerrogativa, não podendo adentrar e permanecer nessa ambiência enquanto uma sujeita, mas os dispositivos discursivos reiteradamente acionados e implementados a coloca numa posição de subserviência e de objeto no sentindo mais amplo da palavra; ao ponto de um professor se achar na autoridade de vociferar que sua presença, estaria, de maneira clara, condicionada a uma suposta permissividade compulsória.

Os mecanismos de normalização no ambiente universitário estão em constante funcionamento, produzindo e reproduzindo subjetividades e rotineiros mecanismos de exclusão.

Se analisarmos o sentido e o caráter da (a)normalidade e sua emergência e consolidação em finais do século XIX, seguindo no século XX, como pressuposto da

sociedade burguesa; nesse sentido, as reverberações desse período estão em constante movimento nas sociedades ocidentalizadas em pleno século XXI, concordando com Miskolci (2003).

A diferença, se é que se pode falar em diferença, é que há a implementação de um repertório discursivo resignificando as práticas, bem como os/as considerados/as não normais, não normativos, sendo a transexualidade um importante dispositivo utilizado por alguns campos saber, ainda nos dias atuais, retirando desta categoria sua inteligibilidade ao defenderem uma suposta ideia de verdade em torno dos gêneros, considerando legítimos única e exclusivamente aqueles/as que mantêm uma coerência entre gênero, corpo, sexo e sexualidade.

Todos/as que negam esses pressupostos hegemônicos na (con)formação do gênero, tomando o sexo como verdade axiomática, são posicionados/as nos limites de todas as relações sociais, os/as considerando/a como abjetos/as.

Nas falas de Juh, ao referenciar que mesmo sendo cirurgiada, com nome e gênero retificados, nos evidencia que esses mecanismos que entrariam como qualificadores do gênero compreendendo seu ingresso na graduação, na Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, na prática, foram negados dentro daquele espaço. As instituições sociais ante sua hegemonia na produção e reprodução do saber, reiteram em seus repertórios discursivos e práticas acadêmicas a deslegitimação e o não reconhecimento do gênero construído fora do espectro da cisgeneridade como única forma de existência possível.

Mesmo percebendo-se com certa passabilidade, não se mostrou suficiente no que concerne à inteligibilidade forjada pelo gênero na linha do que lembra Bento (2008), ao alegar que:

as formas idealizadas dos gêneros geram hierarquias e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas como gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam a idealização (2008, p. 44).

Nesse limiar vivem as pessoas transexuais e travestis. Experimentando sempre os limites das relações de gênero, sociais e humanas.

Percebe-se que a universidade não se preparou e nem prepara os/as seus/suas funcionários/as e sua estrutura para oferecer expedientes de sociabilidades no que tange às dissidências de gênero, de raça, de sexualidade, entre outras consideradas marginais.

Por conseguinte, faz-se imperativo considerar ante o que se discute nesta pesquisa a percepção de que a estrutura disponível serve a um propósito deliberado de exclusão do corpo trans daquele espaço.

Uiara: Se você tem um problema, esse problema já foi estatisticamente comprovado. Se você reconhece que há necessidade de cotas para travestis e transexuais é porque você reconhece que há um atraso, se não um atraso, uma exclusão de corpos trans e travestis no espaço institucional. Então você já conseguiu reconhecer isso, agora a pergunta pra questão é: o que é que tem sido feito pra que esses corpos permaneçam nesse espaço, quais são os arcabouços que têm sido fornecidos pra que essas pessoas continuem? Porque eu continuei a minha graduação pelo fato da minha mãe está trabalhando por mim. Minha mãe me sustentou boa parte da minha graduação, ajudando a minha filha, que ela acolheu desde o início.

As falas das interlocutoras revelam uma série de violências e estratégias de cunho completamente excludentes que estão em curso, sendo implementadas no ambiente universitário, fazendo com que essas existências não consigam ascender social e intelectualmente no que tange à vida acadêmica, oportunamente, profissional.

Respectivamente, o que Juh, Eva e Uiara estão fazendo são denúncias concernentes à universidade, considerando toda sua estrutura, desde a sua concepção, suas intersecções ante os arcabouços teórico, epistêmico, metodológico e, principalmente, práticos consolidados e suas reverberações nas experiências dos/as dissidentes em sua constituição humana e política ao ocuparem esses espaços que desde o princípio estão (re)produzindo subjetividades.

As escolas/universidades, a família, os hospitais, os presídios, o próprio Estado com suas funções jurídico/políticas, são instâncias que historicamente dedicam-se a manutenção, produção e reprodução das normas sociais. As estratégias de controle, de normalização implementadas estão sendo acionadas reiterada e rotineiramente, lançando sobre esses corpos as técnicas de regulação, controle e exercício do poder, Foucault (2021-2010).

4.13. Migração involuntária

Analisando a própria estrutura local/municipal e a falta de oportunidades para mulheres transexuais e travestis, observa-se também processos de migração forçados associados à falta de oportunidades.

Catarina: Minha mãe mandava eu estudar, eu não queria estudar, ficava, morava no sítio, aí ela dizia “vai timbora estudar, menino”, e eu não queria estudar, queria andar a cavalo, queria andar com meus sobrim dentro dos mato. Era o quê? Seis, sete anos naquela época, oito anos. Com nove anos eu vim mimbora pra qui pra Campina; com doze eu fui mimbora pra São Paulo. Voltei aqui com vinte, tirei meus documentos tudim e fui embora pra Europa.

Estão presentes nos discursos de Catarina questões relativas à classe, conseqüentemente, territoriais, o que implica diretamente na falta de oportunidade e também mostra a ausência no que tange às ações que deveriam ser implementadas pelo Estado com o intuito de minorar e /ou sanar os infortúnios experienciados por essas mulheres em sua localização social e política.

4.14. Violências no ambiente de trabalho

Importa-nos reverberar sobre os tipos de ocupação: como afetam a todo trabalho, desqualificar, ridicularizar, colocar tarefas difíceis e cansativas.

Bianca: Teve, um... um daqui da loja, inclusive uma pessoa bem influente, que essa pessoa chegou e disse pelo fato da loja tá mais parado, disse é... “diga a eeeee, diga a ele que faça isso, essa peça”. Uma coisa que eu nunca fiz aqui, que o meu trabalho é como estilista num é fazendo isso. “Então diga a ele que enrole a peça”; peças pesadas, coisa que eu nunca fiz, disse duas vezes, diga a ele [com tom de desqualificação e negação ao gênero dela], mande ele fazer. Uma pessoa bem influente aqui da loja.

Cláudia Raia: O único vínculo que eu tive, assim, vínculo assim, foi quando eu tive que morar em um bar, ter que beber e ter que viver lá pra ficar, se prostituir, pra poder ter a minha sobrevivência. Lá também sofri agressões psico... psicológica e física por parte

dos filhos da dona. Fui agredida. Na época eu era muito nova. Eu tenho recordações que eu não aguentava mais bebida, e deitava pra descansar, mas a dona do bar, quando chegava homens e mais homens, a dona do bar me chamava, me acordava porque queria minha presença ali naquele salão para mim chamar atenção. E tudo isso. Meu corpo foi explorado dessa maneira, de tentar conseguir algo. Eu tava naquele lugar porque eu não tinha onde ficar, onde morar. Eu já tinha saído de casa, tinha sido expulsa. E depois teve um relacionamento abusivo também lá na minha cidade, aí eu tive que sair do quartinho que a mulher cedeu. Foi várias coisas ruins na minha vida.

Há nessas relações a instauração de processos diversos de desqualificar enquanto mulher, diferente do que ocorre com gays – transfobia no espaço de trabalho.

Bianca: Aquele episódio que eu falei pra você da discriminação pelo fato de ser trans e que o ambiente dela não cabia uma pessoa como eu, por ser trans. Se fosse um gay até afeminado, afeminado, é... feminino gesticulando, poderia estar ali, menos uma trans, pelo fato de não saber o que dizer quando o cliente perguntasse. Do mesmo jeito foi na outra loja que eu trabalhava. Houve uma coisa de... de um amigo meu que trabalhou aqui, que uma época eu ia sair e ele disse pra esse menino, pra ele arrumar uma pessoa é... a qual tão talentosa como ele porque ele é gay, né? Que discriminava por eu ser trans.

De forma nítida nos discursos reverberados por Bianca demonstra-se que o fato de ser uma mulher trans ocupando determinado lugar na esfera social relacionada ao mundo do trabalho, configuraria incapacidade, inabilidade enquanto uma profissional, em não conseguir dar conta das atribuições, de não assimilação de suas capacidades laborativas na função de estilista; sendo um homem gay mais eficiente e mais capacitado.

4.15. Bolsa de estudos como meio de subsistir

Sobre as maneiras apresentadas e encontradas como meio de subsistência também se observou bolsas de estudo como fonte de renda – conquistas associadas ao investimento na qualificação profissional e acadêmica.

Juh: Inicialmente eu trabalhava como cabeleireira e maquiadora, em, em salão de cis, de uma mulher. E aí, tudo bem, na adolescência. Aí, no ambiente acadêmico eu não tinha

renda, quem me sustentava era o meu ex. No mestrado eu tinha bolsa de estudos. Minha renda sempre foi assim, até então. A vida me trouxe pelo caminho acadêmico. Até então eu não consegui passar num concurso público, e... também não é fácil, né? Como a gente já sabe. Antigamente a maior felicidade era uma pessoa conseguir passar num vestibular. Era super comemorado. Hoje em dia, a maior felicidade é você passar num concurso público, e não é fácil. E, aí, é... minha renda é de bolsa de estudos, proveniente de bolsa de estudos mestrado e atualmente no doutorado. E hoje como coordenadora, gerente aqui do ambulatório TT do hospital de trauma de Campina Grande.

Sobre inserção no mundo do trabalho, nos mostra que 40% dessas mulheres estão ligadas a serviços públicos. À vista disso, é importante observar um condicionante importante, devendo ser analisado com certo cuidado; mesmo considerando sua indubitável importância, é o fato de que boa parte dessas mulheres está restrita a esses espaços, ou seja, delimitados as questões de gênero, e o que isso nos diz? Se não houvesse esses locais, esses equipamentos, será que essas mulheres estariam inseridas em alguma relação de trabalho em outras instâncias/esferas da sociedade?

É importante problematizar essa e outras questões, pois, todas elas estão tendo o seu primeiro vínculo formal, com exceção de Juh, que em 2018 atuou como recepcionista no Centro de Referência LGBT, contudo, mais uma vez, esteve vinculada a uma esfera delimitada às dissidências de gênero e sexual enquanto ambiência referente ao mundo do trabalho. E mesmo analisando a formação acadêmica considerando os níveis de graduação, como também de pós-graduação nas modalidades de mestrado e doutorado, o acesso ao mundo do trabalho vem se consubstanciando de maneira precarizada, sem segurança no que se refere aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de salários não correspondentes às qualificações acadêmicas e profissionais.

4.16. Meios que possibilitam dignidade a essas mulheres

Em relação às expectativas (projetos) que acalentam no que se refere à família, escola e trabalho – desejo de moradia própria e acesso ao mundo do trabalho também fazem parte do repertório discursivo.

Cláudia raia: Eu acho que, assim, moradia, né? Que estamos precisando, assim, que é algo municipal ou estadual. É esse projeto que não é mais minha casa minha vida, é a casa amarela, né? AlpaTRANS, que deu bastante empregabilidade pras mulheres trans daqui de Campina. É... eu acho que tirando disso, assim, moradia, né? Que estamos precisando, assim, que é algo municipal ou estadual. É esse projeto que não é mais minha casa minha vida, é a casa amarela, né?

Tiffany: Tem, até então eu conhecia. Eu acho que um projeto foi “O mais educação” (governo federal). Que era um projeto que tinha no, no tempo da escola que envolvia família, poderia envolver trabalho também e educação, e, eu gostava bastante, sabe? Porque lá você poderia escolher, é... alguns tipos de atividades pra você. No tempo eu fiz aula de violão que poderia sim, ser algo pra minha vida, né? Se eu quisesse, né? Na época. Então, acho que é o único que conheço.

Uiara: Não! Não essas três esferas juntas, mas alguns aspectos, por exemplo, o projeto “Batalha do Pedregal” tem um trabalho com famílias da periferia. Esse trabalho é tanto de serviço social, no sentido de assistência social, mas ele é também um, um trabalho de trazer alternativas, por exemplo, de entretenimento para essas famílias, e pra essas crianças, que eu acho que falar de criança é você falar necessariamente de família, né?

Analisando algumas questões insurgidas no transcurso desta pesquisa, faz-se imperativo, sem pretensão de esgotar o tema, referenciar como o Serviço Social enquanto profissão/área do conhecemos está localizado no ordenamento social vigente, do mesmo modo na compreensão dos/as sujeitos/as na sociedade.

O Serviço Social trabalha olhando para a “Questão Social”, ou seja, é uma área do conhecimento que olha para um conjunto de vulnerabilidades e expressões que cruzam as experiências humanas na sociedade e que decorre do modelo capitalista de produção ante sua exploração. Conseqüentemente, o Serviço Social vislumbra intervir nas mais variadas questões e expressões de vulnerabilidade. Portanto, imperativo se faz atentar sempre para os corpos que estão cruzados pelas dissidências de gênero, raça, sexualidade, etnicidade, religião, território, classe social entre outras marcas sociais da diferença.

Com efeito, profissionais do Serviço Social (assistentes sociais) trabalham na compreensão dos problemas gerados a partir do modelo capitalista de produção, tentando formular e implementar políticas públicas eficientes e eficazes no que tange a sanar os

infortúnios que entrecruzam os indivíduos em todas áreas da vida e esferas sociais. Com isso, reconhece-se as políticas públicas como importantes dispositivos capazes de dar respostas às indagações postuladas por populações/grupos que historicamente estão experienciando às margens de suas existências, compreendendo a própria noção de direitos sociais básicos, como princípios basilares dispostos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Os/as assistentes sociais executam as políticas públicas que funcionam como dispositivos legitimadores e qualificadores dos direitos das populações que vivem no limbo de todas as relações sociais, de gênero, geracionais, raciais, dentre outras. Entende-se também que o Estado é o ente que regula todas as relações e que é responsável pela consolidação da “Questão Social” ao analisarmos que ele defende o mercado (o capitalismo) e transfere para a sociedade civil um papel e desempenho de regulação que deveria ser dele.

Uma questão que me chamou atenção durante a realização da pesquisa é o entendimento que se tem a respeito do Serviço Social (profissão), acaba sendo interpretado como “ação social”, negando-o enquanto uma área de formação e também profissional. Em se tratando da Assistência Social, clarifica-se que não há uma compreensão que demarque e/ou qualifique seu entendimento a partir da noção de uma Política Pública de Estado.

Do mesmo modo, faz-se imprescindível entender a estrutura da seguridade social, ou seja, sua constituição interseccionada pela Assistência Social como direito de todo/a cidadão/a e dever do Estado garantir proteção social. Também compõem o sistema de proteção social no Brasil as políticas de saúde, previdência social, educação, trabalho e renda, lazer, segurança pública, habitação, dentre outras consolidadas na Constituição Federal de 1988.

No esforço de mapear a inserção em redes de apoio coletivo e solidário por essas mulheres frequentados, 20% declararam não conhecer qualquer iniciativa do tipo e por isso não responderam por não conhecerem, 30% não participam por desconhecerem, constatou-se que apenas 10% reconhecem a existência desses espaços, associando-os ao Centro de Referência em Assistência Social/CRAS.

Do contingente ora analisado, apenas 10% manifestaram interesse em participar de alguma iniciativa semelhante e 10% participaram do grupo Doutores da Prevenção, mas com a morte do então presidente, a organização acabou encerrando as atividades que vinham sendo desenvolvidas há anos, promovendo eventos/palestras e campanhas a

respeito de cuidados e prevenção concernentes às IST's, 10% participam apenas de grupos de WhatsApp como meio de sociabilidade, mesmo que de maneira virtual; desta feita, 10% têm participado do Projeto Batalha do Pedregal, além de participação no Centro Acadêmico de Filosofia/CA da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB), militando em partido de esquerda, no caso com filiação referente ao Partido Social Liberal/PSOL.

4.17. Religião e as reverberações nas experiências de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba

Retomando os aspectos locais: Campina Grande é considerada uma “cidade cristã”, conservadora, tradicional; a cidade da “consciência cristã”, com históricos de inúmeros eventos envolvendo discriminação, intolerância e ódio religioso, além dos relacionados à identidade de gênero e sexual. Posto isto, também atentamos para as questões inerentes às influências e aspectos locais – Religião e seus entrecruzamentos nas experiências dessas mulheres na cidade.

Whitney Houston: Na religião que eu frequento, que é a umbanda, né? Eles não têm preconceito. Eles nos acolhe muito bem. Então, como acolhe os gays, eles respeitam. Então muitos gays, transexuais e travestis vão muito para essa religião, né? Tanto espíritas kardecistas, como de umbanda, candomblé, porque nos aceitam, né? Como aceitam os... os, os espíritos que vêm nos ajudar, nos orientar..

As religiões de matriz africana, a exemplo da Umbanda e Candomblé ainda aparecem como sendo os segmentos religiosos mais progressistas e inclusivos (ver anexos referentes aos quadros gerais das entrevistadas). Precisa-se analisar para além dessas observações, pois, ainda existem algumas que em seus espaços delimitam os corpos a partir das diferenças sexuais. Sendo assim, para algumas correntes mais tradicionais, não há prerrogativas para que mulheres trans e/ou travestis sejam iniciadas como Ekedí²⁴, por exemplo, uma vez que,

A religiosidade afro-brasileira é marcada por binarismos de gênero bastante definidos. Por isso, as pessoas trans, em geral, encontram vários entraves para se estabelecer no Candomblé. Várias questões estruturantes dificultam suas

²⁴No Candomblé é a representação de uma figura feminina designada para cuidar do Orixá.

vivências religiosas. Entretanto, há maneiras de pensar possíveis agenciamentos delas, por exemplo, quando elas constituem suas próprias casas de culto religioso e, como maestria, agregam sujeitos em seu em torno (DIAS, 2019, pp. 17-18).

Registram-se vários processos de segregação concernentes aos corpos trans e suas intersecções religiosas, com discursos (trans)excludentes, essencialistas ou transfóbicos. As religiões não hegemônicas ainda se mostram inclusivas em relação às tradicionais, como o protestantismo e o catolicismo. Nesse meio tempo, também se observa que tais representações religiosas são interceptadas por processos de negação em sua constituição histórica, ocupando sempre um lugar ininteligível.

Juh: No umbandismo eu encontrei paz. Não gosto muito de dizer. O povo julga, e desqualifica. É mais uma forma de preconceito que você tem que enfrentar. As vezes é bom que as pessoas não saibam, mas, é, é, eu encontrei paz, eu encontrei caminho, entendeu?

Uiara: ...Não tem muita ligação com a religião, mas tem porque o carro dessa pessoa tava adesivado com o adesivo da consciência cristã, e aí, inevitavelmente pra mim é uma experiência que se dá no cunho religioso também, né? Que aquela pessoa ela é, pelo menos em tese, cristã. Eu tava andando com a minha esposa de mãos dadas, a gente tava voltando do centro, inclusive pra ir no centro de referência pra resolver alguma coisa, eu acho que foi pegar uma cesta básica, e aí a gente voltou. Voltando, nisso, passa uma 4 x 4. Carro 4 x 4 é um carro muito importante, pra gente entender qual é o tipo dessa pessoa. Um carro 4 x 4, ele passa uma vez, ele buzina, e grita e passa o carro do nosso lado, a gente tava no acostamento, ele joga o carro pra cima, ele faz isso uma vez, e dá o retorno passa tudo de novo e volta de novo, buzina e faz a mesma coisa... O que demarcou aquilo?

Juliana: Tenho, é... essa questão religiosa eu me lembro a, a primeira vez que eu fui num, numa missa, é, digamos assim, montada, né? Na época, assim, eu, eu já me tra... já me vestia enquanto mulher, mas aí, não assumi a minha personalidade no dia a dia. Mas aí eu resolvi botar um salto, um... e ir pra igreja, e assim, eu me senti meia, assim, muito observada, num fui nem rejeitada, assim, escorraçada da igreja, mas assim, eu me senti muito observada, todo mundo me observava, me olhava e tudo mais, e aquilo ali foi o, o que me fez me distanciar um pouco da religião. Assim, hoje eu sou espiritualista, mas eu

gosto de todas as religiões, respeito todas as religiões, pratico todas, mas eu não frequento. O que me fez parar de frequentar foi isso. [...].

Faz-se imprescindível compreender as organizações e enunciações políticas de determinados grupos na sociedade, analisando os processos sociais e culturais que os circunscrevem, simultaneamente, os deslocamentos, por conseguinte, as rupturas a partir deles gerados.

As estratégias de subjetivação acionadas e direcionadas a alguns corpos considerados subversivos, portanto, marginais, dentre eles, os que estão entrecruzados pela dimensão da religiosidade e de práticas religiosas não hegemônicas estão servindo como importantes dispositivos de supressão da formação da identidade, não apenas na compreensão do corpo a partir da identidade de gênero e/ou sexual, mas, indubitavelmente, por aquelas decorridas por questões inerentes à religião e sua localização política, ocupando um lugar de subalternidade na estrutura social.

Nas indicações de Costa e Medeiros (2016), sobre os aspectos relativos aos saberes historicamente produzidos em torno dessas experiências, como citado na discussão, também religiosa, faz-se imperativo analisar, que os saberes precisam ser entendidos como parte de toda estrutura social que os intercepta, considerando os processos e mecanismos de interação cotidianos, além das reverberações que impactam na formação e na consolidação das relações sociais, de gênero, sexuais, de classe, dentre outras; gerando assim, múltiplas tecnologias de opressão, a exemplo do racismo religioso, que não só desqualifica, mas também retira sua inteligibilidade; o que não ocorre na mesma proporção com religiões hegemônicas, como no caso do catolicismo e do protestantismo.

4.18. Elementos locais e suas interações com os corpos trans e travestis

Sobre as formas de socialidades analisadas e suas interações com mulheres transexuais e travestis, aqui da cidade, buscou-se analisar elementos da realidade local e impacto no adensamento do marcador geracional – experiência da velhice.

Uiara: É uma velhice que não existe, não é? Porque a gente é uma cidade polo qualquer. Qualquer espaço que tenha uma estratégia aqui na Paraíba ela mira em João Pessoa ou

Campina Grande, e... são, são uma das maiores cidades, que inclusive rivaliza com João Pessoa pra ser a capital. Enfim, é a capital do São João do mundo. Então a gente recebe muita gente, a gente recebe principalmente pelas universidades, a gente recebe UFCG, Universidade Federal, UEPB, Universidade Estadual. A gente recebe muitas pessoas dos estados circunvizinhos. E o que isso reflete diretamente? Os pontos de prostituição, os pontos de prostituição da cidade.

Juliana: Aí, na velhice, mulher, eu acho que afeta na forma de isolamento, né? A maioria da, assim, eu não conheço muitas mulheres trans assim, da terceira idade, mas as poucas que eu conheço, eu vejo assim, que elas são muito isoladas pelo fato de não ter tido estudo, pelo fato de, da, da família, assim num, num aceitá-las totalmente, né? De num ter criado vínculo com ninguém. Então eu acho que a solidão é o que mais afeta a nossa população. Eu acho que a solidão, questão de, de envelhecer sozinha, quando você envelhece. [...]. Mas esse pessoal lá de 70, de 80 já é mais difícil, né? [...]. Assim, as poucas que eu conheço são muito isoladas, e eu acredito pela parte tanto da família, quanto a questão de escolaridade, e também trabalho, né?

Whitney Houston: Olha! Trabalho, primeiro, eu vou começar com trabalho. Trabalho é aquela coisa que nos mantém, dá a nossa dignidade, né? Como eu tava conversando com P... eu disse, P... [referindo-se a uma amiga travesti que estava em um vínculo de trabalho formal e decidiu desligar-se] não desiste não mulher, porque assim, traz a nossa dignidade de volta, e a gente tem que restaurar isso na gente, porque a gente é muito discriminada por já ser uma pessoa entre aspas, diferente da sociedade, que a sociedade é mais fácil aceitar um homem gay e uma mulher lésbica do que uma travesti ou uma trans. Parece que é um insulto pra eles. não sei porque. [...].

Como se pode observar nos discursos das interlocutoras são várias as questões que incidem e afetam (in)diretamente nas experiências de mulheres transexuais e travestis no aspecto geracional, na cidade de Campina Grande. As implicações geradas a partir da exclusão familiar direta ou indiretamente, além de outras orientadas pelas questões intrínsecas ao acesso à escola e que muitas estão alijadas, profissionalização, de modo igual, em se tratando ao não acesso ao mundo do trabalho. Conseqüentemente, impedindo que mulheres desse grupo social não tenham dignidade do ponto de vista monetário/econômico, possibilitando-lhes uma velhice sobremodo precária.

4.19. Expectativas sobre a pesquisa

Para finalizar a análise da experiência, como uma maneira de legitimar as falas das interlocutoras e a importância delas nesse processo, pediu-se que apresentassem considerações ou sugestões que gostariam para a pesquisa – visibilidade dos problemas, expectativas de se ver na própria trajetória da pesquisadora.

Juliana: Mulher, assim, eu acho legal, visse? Eu só tenho que agradecer a pesquisa, a sua pesquisa que querendo ou não abre sua mente, né? Você vai levar esse trabalho pra outras pessoas também analisarem e tudo mais e conhecer um pouco da nossa convivência. Eu acho que é mais ou menos por aí. Se todas pessoas, os acadêmicos realmente se voltassem pra estudar, pra aprender, pra levar o conhecimento pra os colegas, isso já estaria fazendo uma mudança muito grande na nossa sociedade. Só de você conhecer e entender o mundo e saber assim, ah! você vai virar ali a esquina e você vai ver uma trans, uma travesti, você dizer ô, essa menina deve ter passado por isso, e por isso. Aquela outra, tal e tal, e isso já é suficiente. Você vai ver a pessoa além da transexualidade. [...]. Essa pesquisa deixa a gente mais próxima, né?

Livia: Em questão de... acho que dá visibilidade, quanto mais visibilidade melhor pra gente, mais oportunidade surge, entendeu? Acho que deveria trabalhar mais nessa área da visibilidade porque tendo visibilidade a gente consegue as coisas mais fácil. Fiquei muito feliz porque você tá vindo aqui. Tá fazendo essa entrevista comigo, porque isso gera é... coisas boas pra gente, e a gente se informa, fica mais informada das situações que a gente vem passando, e a gente vê no dia a dia. Eu acredito nisso.

Whitney Houston: É, eu acho bem legal que você, você é uma chave pra abrir algumas portas pra gente. Você, você vai ser assim, nossa transmissão pra outras pessoas. Você pode, uma pessoa, por exemplo, pode tá lá, lá na hora que você tiver falando ter uma pessoa que é empresária, uma pessoa conhece alguma pessoa que é empresária, eita oh, tal, vamos procurar saber mais sobre essas pessoas, tal. Vamos dar mais empregabilidade, vamos oferecer mais oportunidade, né? Que eu acho muito legal isso, porque você pode ser uma chave pra abrir algumas portas pra pessoas como eu, como outras pessoas transexuais, né?

Uiara: Amiga, assim, sendo bem pessoal, mas também objetiva, eu acho que a sua pesquisa ela já é inovadora desde a concepção, então só o fato de ter uma pesquisa com esse sentido, com esse olhar, com essa direção argumentativa, pra mim eu já me sinto satisfeita, porque dentro da produção científica hoje a gente tem um bum de produção de pessoas trans e travestis, mas é muito rarefeito, em Campina Grande nem se fala. Como é que eu faço política pública sem dados, sem problematização, sem questionamentos? Como é que eu estruturo o funcionamento dos serviços públicos, do Serviço Social sem falar sobre essas questões? Não há como. Então não é nem uma observação, mas é dizendo que essa pesquisa já é necessária desde o momento em que você é uma mulher trans que está num curso de pós-graduação pesquisando sobre pessoas trans e travestis num cenário em que na maioria das vezes é uma pessoa cis fazendo isso, e que não se dá conta do próprio espaço de poder que ela tá ocupando ou da banalidade que ela tá reproduzindo, né? [...].

Por fim, considerando os elementos prenunciados nesta pesquisa, as reverberações a ela atinentes; nas falas das interlocutoras fica nítido a legitimidade do lugar de enunciação político por cada uma de nós ocupado. Sob essa égide, ao referenciarem que é importante essas pesquisas estarem sendo desenvolvidas por pessoas transexuais e travestis nos coloca em um lugar de legitimidade, responsabilidade, ética e compromisso para com a nossa população e todo conjunto da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Família, escola e trabalho como eixos problemáticos na experiência de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande, Paraíba. Como isso vislumbramos mostrar que essas esferas estão de maneira constante promovendo múltiplos processos de deslocamentos e rupturas refletindo (in)diretamente nas experiências dessas mulheres.

Observa-se, nas indicações das candidatas trabalhadas nesta pesquisa, a importância dessas três esferas enquanto dispositivos de socialização em variados contextos e seus reflexos em suas vidas.

As negativas por parte da família, por exemplo, como instituição social de sociabilidade primária, em havendo a ruptura dos laços afetivos e políticos a partir dela consubstanciados, outros mecanismos e dinâmicas da vida dessas mulheres ficam sobretudo prejudicados, como exemplo claro, a não inserção e/ou permanência nos ambientes de sala de aula.

A não inserção nos espaços escolares, causam deslocamentos diversos no que se refere à vida dessas mulheres na sociedade. Posto isto, por conseguinte, há implicações para ingresso no mundo do trabalho.

Sobre a questão trabalho implica dizer que se não fossem as incitavas do setor público, majoritariamente, em âmbito estadual, ponderando que 30% dessas mulheres estão inseridas no referido setor, além de 10% em âmbito municipal; a inserção dessas mulheres no aspecto trabalho, certamente, estaria prejudicada, tornando-se uma impossibilidade tal inserção.

É importante clarificar, que a pesquisa realizada, não demonstrou nenhuma pretensão em evidenciar análises e/ou perspectivas totalizantes, considerando a amostra trabalhada, como também a delimitação local. Os aspectos aqui trabalhados, devem ser avaliados ponderando a experiência em âmbito local, não querendo, em hipótese alguma, dar respostas a outras realidades experienciadas por outras mulheres desta população em outras cidades/estados/regiões/localidades do país.

Outro ponto que eu gostaria de elencar está relacionado ao fato de essas mulheres majoritariamente estarem restritas a alguns espaços, como os citados na pesquisa que ora apresento-vos. Nesse ínterim, imperativo se faz, reconhecer que 10% dessas mulheres estão interligadas ao mundo do trabalho formal, a partir do Projeto AlpaTRNforma, desenvolvido pela empresa Alpagatas, em parceria com a secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande, além do Alicerce Educação.

Dentro do que se buscou referendar nesta pesquisa, notei que 10% dessas mulheres se inseriram em relações de trabalho, considerando ser a sua área de atuação mais específica, no caso de Bianca, que atua, há quase dez anos como estilista em uma loja de tecidos da cidade.

Algumas importantes considerações no que se refere aos processos de precarização da experiência trans e travesti nas ambiências em sala de aula. Nesse percurso 20% das entrevistadas relataram que não dispunham de memórias relativas, pois, passaram pelo processo de transição de gênero após a conclusão dos estudos, sendo que outras 10% não têm como referenciar sua experiência, compreendendo terem desistido desse espaço desde tenra idade.

Sobre trabalho, por exemplo, a não inserção dessas mulheres em atividades formais relativas ao mundo do trabalho colocam-nas ainda mais em situações de extrema exposição e violência em todas as dimensões e modalidades, sejam elas moral, psicológica, física, assassinatos brutais (transfeminicídios), além de violência patrimonial. Sendo assim, o que se analisa é que essas mulheres não conseguem sequer ter a sua mão de obra como mercadoria da sociedade capitalista, pois, são vítimas de um conjunto de políticas casuísticas e fragmentadas desenvolvidas pelo Estado.

A implementação de uma política pública que venha com o intuito de coibir os atos de ódio e intolerância direcionados a mulheres transexuais e travestis mostra-se indispensável e urgente. A falta de empregos formais (não inserção ao mundo de trabalho formal), sobretudo promove a vulnerabilidade dessas mulheres, por conseguinte, as colocando ainda mais para às margens do reconhecimento social e humano.

Sob essa linha de análise e argumentação, sabe-se que a transfobia (os atos de ódio e intolerância) dirigidos contra pessoas trans é uma só, mas as que estão atravessadas pelas dimensões de raça e classe social, essas violações e violências são desferidas de maneira potencializada.

De modo inerente, sinalizamos que as modalidades de transfobia atingem a todas as mulheres trans e travestis, mas as que são negras e trabalhadoras sexuais não negras, de maneira abrupta estão sendo interceptadas por esses condicionantes e processos de violações dos direitos humanos e da vida em um número bem mais expressivo. Essas violências são projetadas de maneiras diferenciadas dentro desse mesmo grupo que está posicionando no limbo de todas as relações humanas, sociais, de gênero e de trabalho.

Diante das discussões apresentadas, igualmente, pensa-se nas pessoas humanas de maneira holística, todavia, neste caso, algumas existências humanas estão fora desse

espectro. De maneira semelhante, ao se considerar os “Direitos Humanos” em sua constituição tomando o “humano” como indivíduo central na consubstanciação de seus feitos, percebe-se que nem todas as pessoas humanas estão tendo a possibilidade e a prerrogativa de serem interpretadas em suas demandas considerando esses direitos formulados com o intento de proteger e defender quaisquer “seres compreendidos” ante a concepção de humanidade.

No que tange à pesquisa ora concretizada, gostaria de referenciar, como proposta futura, para outros/as pesquisadores/as, a inclusão de homens trans em tais estudos, haja vista a necessidade de entender também no funcionamento e as dinâmicas da sociedade e suas incidências sobre esses corpos.

De início, foi-me impossível realizar este estudo, considerando que eu tomo como ponto de partida para arregimentar e dar consubstancialidade a esta pesquisa, a minha experiência como mulher transexual, aqui na cidade de Campina Grande. Sendo assim, sob quaisquer hipóteses, nega-se a legitimidade e legitimação dos homens trans e suas experiências e participação em todas as esferas da vida em sociedade.

A proposta de trabalhar as esferas ora citadas, dá-se por compreender que não há uma inseparabilidade dos processos que são inerentes a cada uma delas. Se é nas famílias que as primeiras socializações insurgem e se consolidam, possibilita-nos refletir que, se por acaso, se esses laços de afetividade são, de algum modo, rompidos, de modo igual, não diferente, outras instâncias da vida dessas mulheres acabam sendo sobremaneira afetadas, como a não inserção nos ambientes escolares, sendo impossibilitadas de terem prerrogativas outras de crescimento em várias áreas da vida social.

Em suma, estando essas mulheres alijadas de acesso aos bens sociais, políticos e culturais existentes; nesses termos, para essas mulheres, restam, incontestavelmente, habitar às margens, vivendo sempre nos limites de suas próprias existências, sem a prerrogativa de se desenvolverem em outras esferas sociais, estando desde sempre sendo entrelaçadas por múltiplos processos de precarização e danos às suas vidas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução Heci Regina Candiani; [prefácio de Carla Rodrigues]. – 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da não violência. [tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues]. – 1. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Filô).

BUTLER, Judith. **Corpos que mudam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli, Daniel Yago Françoli. – São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019. 400.p. tradução de: Bodies that matter. Inclui índice. ISBN: 978-65-81097-04-2.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. – 4. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Filô). Vários autores.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Minguês; revisão técnica Carla Rodrigues. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 266 p.; 23 cm.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15° ed. Judith Butler; tradução de Renato Aguiar. – 15° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. – (Sujeito e História).

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In. LOURO. Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica 2010, p. 153-172.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara. Naidier Bonfim. (ORGS). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136 p.

BENTO, Berenice; COLLING, Leandro; COSTA, Jussara Carneiro. Quem tem medo do desfazendo gênero? Como um encontro de cultura queer sacudiu a “capital do forró”, na PB. Houve ameaças — toscas, como sempre. Em vão: decidiu-se aumentar a dose, em 2019... **Artigo Outras Palavras, 2017 – atualizado em 2018**. <https://outraspalavras.net/feminismos/quem-tem-medo-do-desfazendo-genero/>, acesso em 31 de maio de 2022, as 13:h24min.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3° ed. / Salvador, BA: Editora Devires, 2017. 252. P.

BENTO, Berenice. Verônica Bolina e o Transfeminicídio no Brasil. In: BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice, **O que é Transexualidade**. São Paulo: editora; Brasiliense, 1ª edição 2008 (Coleção Primeiros Passos: 328) 2ª Edição, 2012.

BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Claudia. Gabriela Leite histórias de uma puta feminista. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 287-307. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0016>. <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-16.pdf>, acesso em 29 de maio de 2022, as 15:h49min.

BELELI, Iara. Gênero. In. MISKOLCI, Richard (org). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 220 p. pp. 49-65.

CORREIO BRAZILIENSE. **A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil**. Dados do levantamento feito pelo Transgender Europe (TGEU) mostram que o Brasil permaneceu pelo 13º ano consecutivo como o país que mais mata pessoas trans. <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/11/4963887-no-mundo-a-cada-10-assassinatos-de-pessoas-trans-quatro-foram-no-brasil.html>, acesso em 21 de agosto de 2022, as 17:h07min.

CAMPINA GRANDE, Lei 7.520. **SEMANÁRIO OFICIAL DE CAMPINA GRANDE**. Estado da Paraíba, edição nº 2.678 - 01 a 05 de junho de 2020. <https://campinagrande.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/SEMAN%C3%81RIO-OFICIAL-N%C2%BA-2.678-01-A-05-DE-JUNHO-DE-2020.pdf>, acesso em 23 de maio de 2022, as 15:h45min.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA EDITA RESOLUÇÃO QUE REDUZ DE 21 PARA 18 ANOS A IDADE MÍNIMA PARA CIRURGIA DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO. Disponível: file:///C:/Users/Win10/Desktop/PPGA_UFPB/Conselho_Federal_Medicina_Resolu%C3%A7%C3%A3o_2.265_2019.pdf. Acesso em 05 de setembro de 2022, as 19:h39min.

CANTELLI, Andreia L; PEREIRA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Julia J. de. et al. **Las Fronteras de la educación: la realidad de lxs estudiantes trans en Brasil**. Instituto Brasileño trans de educación, 2019. Disponível: https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/1522a23d2de24794adee6101db162ce8/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso em 05 de setembro de 2022, as 12:h30min.

CASTRO, Cristina Veloso. **As garantias constitucionais das pessoas transexuais**. 1. – ed. Birigui, SP: Boreal Editora, 2016.

CAPUTO, Ubirajara de None. **O caso Bruna: gênero, transexualidades e a opinião pública**. 2ª ed. – São Paulo: Annablume: PROACSP: governo do estado de São Paulo, 2017.

CASTRO, Cristina Veloso de. **As garantias constitucionais das pessoas transexuais**. 1. ed. – Birigui, SP: Boreal Editora, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. – São Paulo: inVersos, 2016. Título original: Gender for real.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Tradução e revisão técnica Marília Moschkovic. – São Paulo: nVersos, 2015.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção de um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud, y Sociedad**: Revista latino-americana. N 14 – ago. 2013, pp. 319-351 / Dossiê n. 2 / Carvalho, Mário & Carrara Sérgio. ISSN 1984-6487.

COSTA, Jussara Carneiro. Apontamentos para uma discussão sobre gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. In: **III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, Olhares diversos sobre a diferença**, 26, 27 e 28 de outubro de 2011, João Pessoa – PB. Disponível: <https://www.itaporanga.net/genero/3/08/06.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2022, as 11:h58min.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 21, n° 41. P. 77-111, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RrL6gCWPxj6tfQmdrNDLTnB/?lang=pt&format=pdf>, acesso em 30 de agosto de 2022, as 20:h16min.

DIAS, Claudenilson da Silva. Vivências de gênero dissidentes em religiosidades de matrizes africanas: alguns aspectos sobre as transexualidades na religião. **Veredas da História**, [online], v. 12, n. 2, p. 11-43, dez., 2019, ISSN 1982-4238: <file:///C:/Users/Win10/Downloads/47829-Texto%20do%20Artigo-188168-1-10-20220131.pdf>, acesso em 24 de agosto de 2022, as 12:h58min.

DUQUE, Tiago. Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBT no Brasil contemporâneo. **I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR 2009**. “Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”. ISSN 2175-6880 (online). em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus de Hotentote. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-do-outro-construc3a7c3b5es-raciais-e-imagens-de-controle-do-corpo-feminino-negro-o-caso-da-venus-hotentote-janaina_damasceno.pdf, acesso em 29 de agosto de 2022, as 11:h35min.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Diversidade**. Outdoors contra gays provocam polêmica na PB. São Paulo, quinta-feira, 21 de junho de 2007. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2106200727.htm>, acesso em 29 de maio de 2022, as 16:h22min.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11^o ed; organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 9 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019. – (Coleção Biblioteca de filosofia).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: os cuidados de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – 1. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010. – (Coleção Obras de Michel Foucault). Título original: Les anormaux. “Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Valério Marchetti e Antonella Salomoni” ISBN 978-85-7827-336-1. – (Coleção biblioteca de filosofia e história das ciências).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FOUCAULT, **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In. FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder** (org. Roberto Machado). São Paulo, Paz e Terra, 2007, p. 167-178.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 17-18, p. 9–79, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644553>. Acesso em: 3 set. 2022.

GONÇALVES, Camila de Jesus Melo. **Transexualidade e direitos humanos**. O reconhecimento da Identidade de Gênero entre os Direitos da Personalidade. Curitiba: Juruá, 2014. 304. P.

GABRIELA Leite. **Mãe, avó e puta**. 2008, Editora Objetiva.

HARAWAY, Donna. “gênero” para um dicionário marxista: a política sexual da palavra. **Cadernos pagu** (22) 2004: pp. 201-246.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados; a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41. Disponível:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em 04 de setembro de 2022, as 16:h46min.

INTERDONATO, Gianni Lucca; QUEIROZ, Marisse Costa de. **“Trans-identidade”**: a transexualidade e o ordenamento jurídico. 1^o ed. Curitiba: Appris, 2017. 103 p. 21 cm. (Educação e Direitos Humanos: diversidade de gênero, sexual étnico-racial e inclusão social).

CRENSHAW, Kimberle. Entrevista sobre a interseccionalidade. **Femismo com classe**, aug 6, 2019 – 9 min, read. Disponível: <https://medium.com/qg-feminista/entrevista-kiberle-crenshaw-sobre-a-interseccionalidade-5b437f5eb0a5>. Acesso em 03 de setembro de 2022, as 16:h04min.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer**. 3° ed. rev. amp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. -- (Argos).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Bibliografia, 6° reimpressão, 2018.

LUSSAC, Roberta Lemos. Identidade de gênero: como Brasil e Argentina tratam o direito ao uso do nome das mulheres transexuais e travestis. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina ISBN: 978-85-7205-159-0. Disponível: <file:///E:/Lei%20identidade%20de%20genero%20argentina.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2023, as 09:h20min.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre anormalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia, Araraquara**, 13/14: 109-126, 2002/2003. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169/167>, acesso em 30 de agosto de 2022, as 22:h42min.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A importância da produção de dados sobre a população de pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil além do monitoramento de assassinatos. In: **Censo trans**. Reflexões sobre os dados do censo trans: sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil. Organização: Dediane Souza e Tathiane Araújo, 2020. Disponível: http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso em 05 de setembro de 2022, as 11:h40min.

NINETS. BOLETIM INFORMATIVO: **Tecendo resistências**. Novembro de 2016, no I, nº 01.

PROJETO DE LEI 590/2017. Em Campina: Olímpio quer proibir o acesso a banheiros nas Escolas do Ensino Fundamental por “identidade de gênero”. <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/em-campina-olimpio-quer-proibir-o-acesso-a-banheiros-nas-escolas-do-ensino-fundamental-por-identidade-de-genero/?pdf=11649>, acesso em 27 de maio de 2022, as 14:h30min.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de imigrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008. P. 263 a 274. Disponível em <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247/4295>, acesso em 30 de agosto de 2022, as 21:h00min.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado por Jesús Carrillo. **Rev. Revista Poiésis**, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010. Disponível em http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis15/Poesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf.

REVISTA FENEMP I. Um evento, grandes oportunidades. Edição I de 2018. <https://fenemp.files.wordpress.com/2018/03/revista-fenemp-edic3a7c3a3o-2018.pdf>, acesso em 23 de maio de 2022, as 15:h48min.

RUBIN, G. **Políticas do Sexo.** Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Títulos originais: *Thinking Sex* e *The Traffic in Women*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, 144 p.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1. ed.; 6. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Título original: Judith Butler.

SAADEH, Alexandre. **Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade):** guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde. 1º ed. – São Paulo: Hogrefe, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da Eugenia”:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 228. P. (Coleção História e Saúde).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2. jul/dez de 1995. pp 71-99. O artigo constitui uma versão consideravelmente revisada (com consulta original em inglês) daquele publicado em *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, jul/dez. 1990, traduzido da versão francês.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev. 1998. Tradução: Lúcia Haddad. Revisão técnica: Maria Maluf. Pp 297-325.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 11-27.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Dispositivos de dor:** saber – poderes que (con)formam as transexualidades. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013. 14 x 23 cm; 320 p.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual:** breve história de lutas, danos e resistências. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Série Cadernos da Diversidade).

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no Tribunal:** Saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 164, p. – (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Homossexualidade e cultura).

WISNIEWSKI, Ana Paula Racki. **Transexualidade e direito:** construções para além dos círculos hegemônicos de poder. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 161 p; 21 cm.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. – 4. ed.; 1. reimp. Elo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Argos). Vários autores. Título original: *The body and Sexuality*.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – PROPOSTA ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS

Salienta-se que as perguntas não serão feitas no formato descrito aqui. O formato adotado serve para indicar as questões que serão tematizadas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA

PESQUISA: FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE CAMPINA GRANDE, PARAÍBA.

Discente: Kelly Alves de Souza

Orientadora: Professora Dr^a. Jussara Carneiro Costa

Dados de identificação e composição do perfil socioeconômico

Nome social ou civil (se retificado);

Gênero/identidade de gênero (autoidentificação);

Orientação Sexual;

Cor/Raça/Etnia;

Naturalidade;

Idade;

Escolaridade;

Prática religiosa;

Trabalho (vínculo empregatício, informalidade, que trabalhos já exerceu e exerce no momento);

Renda pessoal e/ou familiar, se for o caso;

Local de residência;

Características da habitação (cômodos, infraestrutura);

Eletrodomésticos dos quais dispõe em casa e equipamentos para uso pessoal ou de trabalho (ex. computador, outros);

Serviços sociais públicos que acessa com regularidade;

Formas de lazer praticadas;

Inserção em redes formais ou informais de articulação coletiva e apoio solidário.

Dados para aprofundar análise da experiência (roteiro aberto semiestruturado)

Tem e/ou mantém relação com sua família de proveniência?

Como se deu o processo de transição de gênero?

Entraves enfrentados durante a transição, como se percebe no presente?

Memórias da vida familiar, descrição de episódios marcantes;

Memórias da vida escolar, descrição de episódios marcantes;

Memórias do trabalho, descrição de episódios marcantes;

Experiências marcantes na busca e acesso a serviços públicos nas esferas municipal, estadual e nacional;

Projetos que acalentam no que se refere aos três aspectos (família, escola, trabalho);

Considerações sobre a experiência como mulher transexual e/ou travesti na cidade de Campina Grande, descrição de episódios marcantes, incluindo experiência religiosa;

Como considera que estas questões afetam a velhice da mulher transexual e/ou travesti no município?

Considerações ou sugestões que gostaria de apresentar a pesquisa.

**APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
TCLE**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA

**PESQUISA: FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE
MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DE CAMPINA GRANDE,
PARAÍBA**

A pesquisa está sendo desenvolvida pela discente Kelly Alves de Souza, do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS; linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder atinente à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus sede, Campina Grande/PB, situada à rua: Baraúnas, n° 351, bairro universitário – 58429-500.

Possui como objetivo geral identificar e analisar as determinações exercidas pela relação entre família, escola e trabalho, na trajetória de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande-PB, tomando as questões que se desdobram como objetivos específicos como fios interrogadores para se chegar a essa questão, sustentado-se nos seguintes objetivos específicos: averiguar a relação estabelecida pelas interlocutoras da pesquisa com canais institucionais que prestem serviços sociais nas diversas áreas como saúde, segurança, educação, assistência social e trabalho, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais, visando avaliar o impacto do (não) acesso aos serviços em suas vidas, como também identificar como os conteúdos acessados impactam na compreensão de suas experiências; identificar como as experiências são perpassadas pelo entrecruzamento de marcadores raciais, geracionais, sexuais e de gênero e sua interação com as dinâmicas da localidade; identificar as estratégias criadas para garantir a sobrevivência, desde as formas de trabalho a inserção em redes coletivas de solidariedade e apoio, dentre outros.

A entrevista será gravada (áudio), estando ciente de que esse material passará por uma análise onde sua participação implica a concessão de todos os direitos autorais a responsável da pesquisa, bem como permite a publicação parcial ou total dos dados obtidos para esta pesquisa, seja pela pesquisadora ou por terceiros.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, a senhora/senhorita não é obrigada a fornecer as informações ou colaborar com as atividades solicitadas pela discente. Caso decida não participar, não sofrerá nenhum dano.

As informações nele solicitadas deverão ser respondidas com total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas (anonimato), podendo ser apresentada exclusivamente no trabalho de conclusão da construção da Dissertação de Mestrado, mantendo-se em sigilo as informações prestadas pela pessoa participante do estudo.

Sobre os riscos da pesquisa: Analisa-se que os riscos são os já esperados, como, por exemplo, exposição das interlocutoras envolvidas no processo de pesquisa e realização do trabalho de campo, ao passo em que ocorre a coleta de dados, por conseguinte, sua análise e interpretação. Como estratégia de minimização de riscos que são inerentes a este processo, por oportuno, também mantereí o anonimato das interlocutoras ao transcrever, analisar, categorizar e interpretar os dados coletados, fazendo uso de nomes "fictícios" que não denotem de quem se está falando na pesquisa.

O não respeito aos preceitos éticos e legais da pesquisa ora apresentada, caso acarretem danos, podendo, inclusive, as partes envolvidas (interlocutoras) serem devidamente indenizadas por parte da pesquisadora responsável e/ou pela instituição em que a pesquisadora está vinculada.

Sobre os benefícios da pesquisa: Enquanto benefícios, pondera-se que diante da problemática apresentada, há a possibilidade de políticas públicas eficientes e eficazes voltadas para a população de mulheres transexuais e travestis da cidade de Campina Grande, Paraíba, ao se analisar que não há nenhuma política que direcione ações para essa população que historicamente encontra-se nos limites da própria existência e dos direitos.

Para tanto, com o referido trabalho também se objetiva levar informações para todo conjunto da sociedade acerca da população estudada, bem como para a academia, buscando sanar estigmas e processos de marginalizações históricos que cruzam essas experiências na sociedade.

Por fim, a pesquisadora estará à sua disposição para apresentar quaisquer esclarecimentos que se considerem necessários em quaisquer etapas da pesquisa.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito dessa pesquisa, poderá ser requisitada à Kelly Alves de Souza, cujos dados para contato estão listados abaixo.

Ante o exposto, eu _____, declaro que fui devidamente esclarecida e autorizo que as informações por mim prestadas possam ser utilizadas na pesquisa e na publicação dos resultados.

Campina Grande/PB, ____/____/____

Kelly Alves de Souza

(responsável pela pesquisa)

Assinatura da participante voluntária na pesquisa

Dados para contato com a responsável pela pesquisa

Kelly Alves de Souza

Residente à rua: Vigário Calixto, 403, Catolé, Campina Grande – PB, cep: 58410-340

E-mail: kelly.souzaalves@yahoo.com / kelly.souza@aluno.uepb.edu.br

Contato/WhatsApp: (83) 9 8668-9455

Dados para contato como o Comitê de Ética da UEPB:

Endereço: Rua das Baraúnas, 351, Campina Grande, Paraíba

E-mail: cep@setor.uepb.edu.br

Telefone para contato: 83 3315-3373

**APÊNDICE III - QUADROS GERAIS DAS INTERLOCUTORAS
ENTREVISTADAS PARA ESTA PESQUISA²⁵**

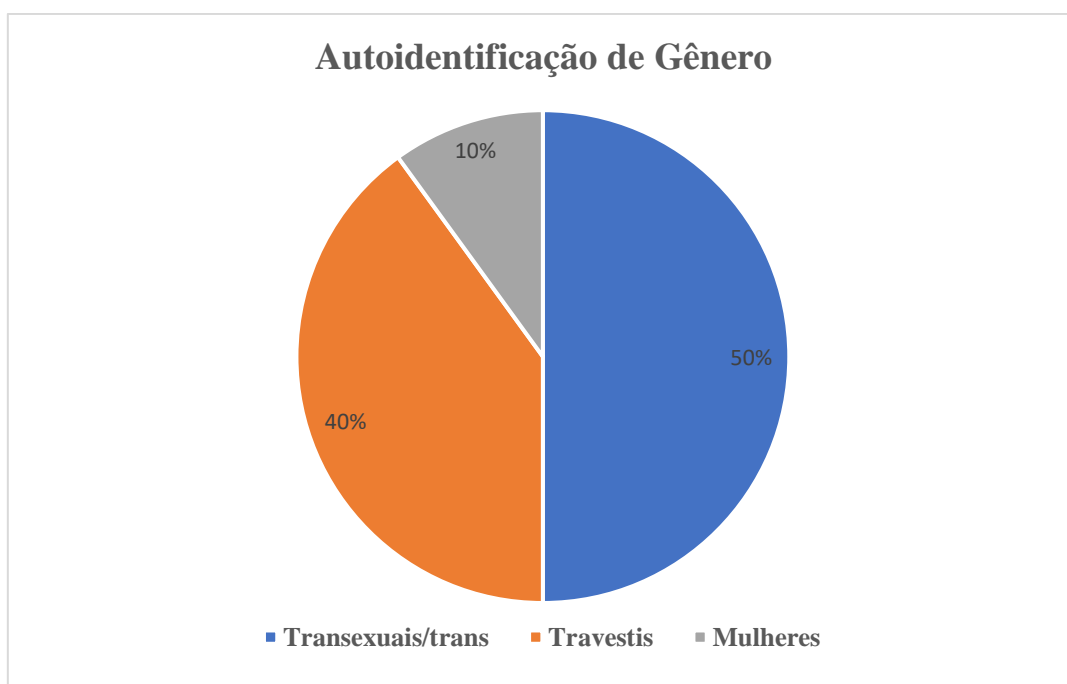
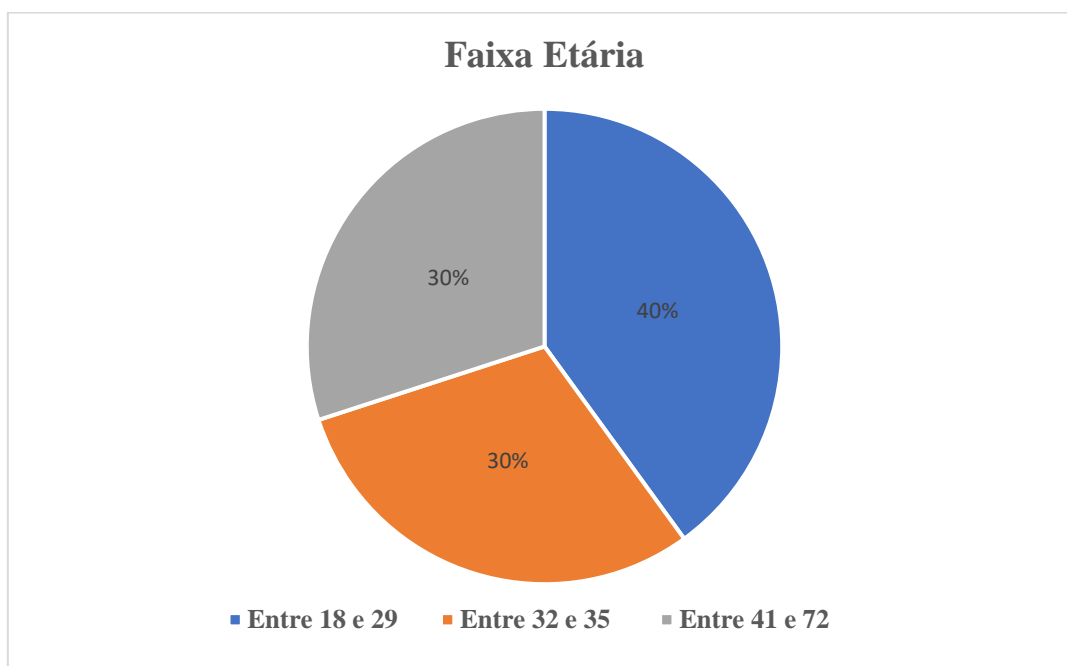
Nome Social ou Civil se Retificado	Claudia Raia	Tiffany	Eva	Juh	Juliana
Autoidentificação de gênero	Mulher Transexual.	Mulher Transexual.	Travesti.	Mulher transexual.	Travesti.
Orientação Sexual	Heterossexual.	Heterossexual.	Pansexual.	Heterossexual.	Pansexual.
Cor/Raça/Etnia	Parda.	Parda.	Branca.	Branca.	Preta.
Naturalidade	Serraria/PB.	Campina Grande.	Ceará.	Campina Grande.	Campina Grande.
Idade	32 anos.	18 anos.	26 anos.	35 anos.	32 anos.
Escolaridade	Médio Completo.	Médio incompleto/cursando.	Superior em curso.	Doutoranda.	Médio completo.
Prática Religiosa	Católica.	Agnóstica.	Universalista.	Espírita.	Espiritualista.
Vínculos/Trabalho	Setor Público.	Desempregada.	Servidora Pública estadual.	Servidora Pública.	Servidora Pública.
Renda Pessoal/Familiar	1 salário mínimo.	1 salário mínimo.	1.5 salário mínimo.	2 salários mínimos	2 salários mínimos.
Local de Residência	Casa alugada, mora sozinha.	Casa alugada, mora coma a avó	Apto alugado, mora sozinha.	Casa própria, mora com a mãe	Casa própria, mora sozinha.
Características da habitação	2 salas, 2 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha, 1 quintal.	Jardim, Garagem, com forro em gesso, 2 quartos, banheiro e quintal espaçoso...	2 quartos, banheiro social, sala, cozinha, garagem.	2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 área, 1 quintal.	2 quartos, 2 salas, cozinha, banheiro, área de serviço, varanda.
Eletros domésticos do qual dispõe em casa e equipamentos para uso pessoal ou de trabalho	Geladeira, micro-ondas, máquina de lavar, fogão, televisão, som, celular.	Televisão, computador, micro-ondas, geladeira, fogão, aparelho de som.	Notebook, fogão, geladeira, micro-ondas,	Televisão, geladeira, micro-ondas, notebook e celular.	Televisão, geladeira, fogão, notebook.
Serviços Sociais Públicos que acessa	Não acessa no momento.	Acessa o espaço LGBT, CRAS do bairro, INSS.	Ambulatório de saúde integral para pessoas trans/travestis.	Ambulatório de saúde integral para pessoas trans/travestis.	Saúde, atenção básica. Pretende começar no ambulatório para pessoas trans/travestis.
Formas de lazer praticadas	Sair para restaurante academia, além de esportes.	Adora ficar em casa jogando videogame.	Restaurantes, sair com as amigas para um café.	Praia, piscina para pegar sol.	Sair com as amigas e tomar cerveja nos finais de semana.
Inserção em redes formais ou informais de articulação	Preferiu não responder.	Não acessa, mas reafirma que sempre que precisa de algo	Participa do Núcleo de Pesquisas da	Não participa, mas tem interesse em	Participou do grupo GAV, atualmente não participa de nenhum.

²⁵Considerando a necessidade em clarificar o/a leitor/a informações concernentes a alguns aspectos relativos às experiências de vida de mulheres transexuais e travestis de Campina Grande/PB, optou-se por gerar um quadro geral delineando informações pessoais diversas; vislumbrando especificar investigações preliminares concernentes às interlocutoras/fontes desta pesquisa. Inicialmente, intenta-se proporcionar uma compressão de como os processos sociais, culturais e políticos interseccionam essas experiências na cidade de Campina Grande/PB. Deste modo, preferiu-se dividir o quadro geral das entrevistadas dessa pesquisa em dois, considerando uma melhor estética, por conseguinte, possibilitando melhor leitura, igualmente, análise de algumas informações/dados predispostos.

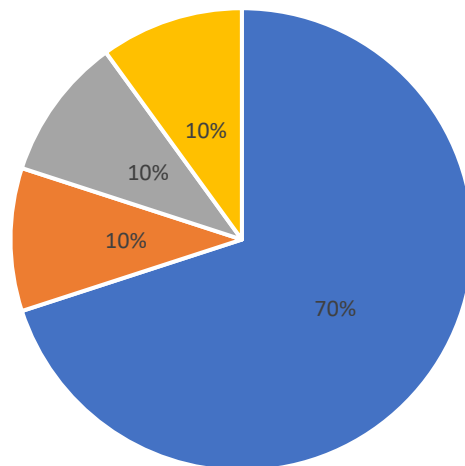
coletiva e apoio solidário		vai ao CRAS do bairro onde mora.	UEPB – NINETS.	participar do NINETS.	
-----------------------------------	--	----------------------------------	----------------	-----------------------	--

Nome Social ou Civil se Retificado	Whitney Houston	Lívia	Bianca	Uiara	Catarina
Autoidentificação de gênero	Travesti.	Mulher transexual.	Mulher transexual.	Travesti.	Mulher.
Orientação Sexual	Heterossexual.	Heterossexual.	Heterossexual.	Pansexual.	Heterossexual.
Cor/Raça/Etnia	Negra.	Parda.	Parda.	Branca.	Loura.
Naturalidade	Pernambuco.	Campina Grande.	Campina Grande.	Campina Grande.	Campina Grande.
Idade	41 anos.	29 anos.	54 anos.	21 anos.	70anos.
Escolaridade	Médio completo.	Médio completo.	Médio completo.	Superior em curso.	Alega ter pouco estudo.
Prática Religiosa	Católica.	Sem religião.	Católica.	Se aproxima das práticas de terreiro.	Não tem religião.
Vínculos/Trabalho	Trabalha na indústria.	Cabeleireira e performance.	Estilista.	Não tem vínculo.	Recebe benefício assistencial
Renda Pessoal/Familiar	Entre e1 e 2 salários mínimos.	1 salário mínimo.	Até 5 salários mínimos.	1 salário mínimo.	1 salário mínimo.
Local de Residência	Casa alugada, mora sozinha	Casa própria, mora com a mãe, avô e avô.	Casa própria, moras com o pai e a mãe.	Casa alugada, mora com a esposa com quem tem uma filha.	Apartamento próprio, mora sozinha.
Características da habitação	1 sala, 1 banheiro e 1 quarto com banheiro.	3 três banheiros, 2 salas, 1 cozinha, 4 quartos, 1 beco, área externa ampla.	Relata que a casa é bem organizada.	3 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 quintal, terraço.	2 salas pequenas, 1 cozinha, 1 quarto e 1 banheiro.
Eletros domésticos do qual dispõe em casa e equipamentos para uso pessoal ou de trabalho	Celular, fogão, geladeira, ventilador, televisão.	Fogão, geladeira, televisão, micro-ondas, celular, tablet, notebook, secador, pranchinha, rádio, e etc.	Elenca os materiais de trabalho como linhas, agulhas e pedrarias.	Micro-ondas, fogão, geladeira, televisão, 1 computador, 2 celulares,	Prefere não responder.
Serviços Sociais Públicos que acessa	Não acessa.	Não acessa.	Não acessa.	Espaço LGBT.	Não acessa e não conhece
Formas de lazer praticadas	Sair para casa de amigos/as.	Shows/performance.	Sair para barzinhos com amigas/os.	Poucas, fica mais em casa com a esposa e a filha.	Ficar em casa cuidando do seu cachorrinho e passear pela rua com ele.
Inserção em redes formais ou informais de articulação coletiva e apoio solidário	Não participa.	Não conhece.	Não participa.	Projeto batalha do Pedregal, e produção cultural.	Não participa.

APÊNDICE IV – GRÁFICOS REPRESENTANDO O LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

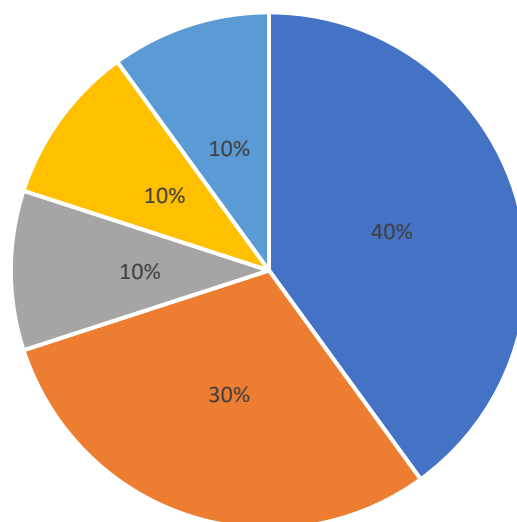


Origem ou Proveniência



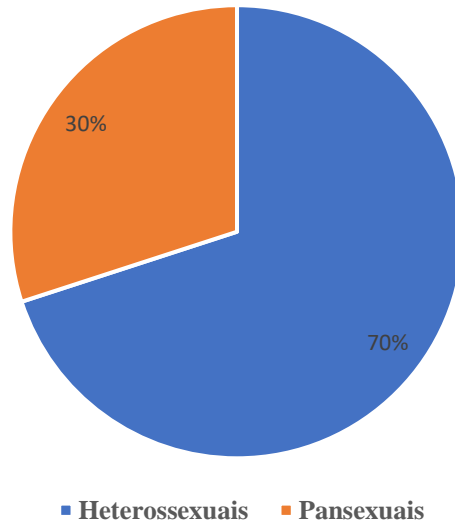
■ Campina Grande ■ Serraria (Brejo paraibano) ■ Pernambuco ■ Ceará

Pertencimento Racial/Étnico

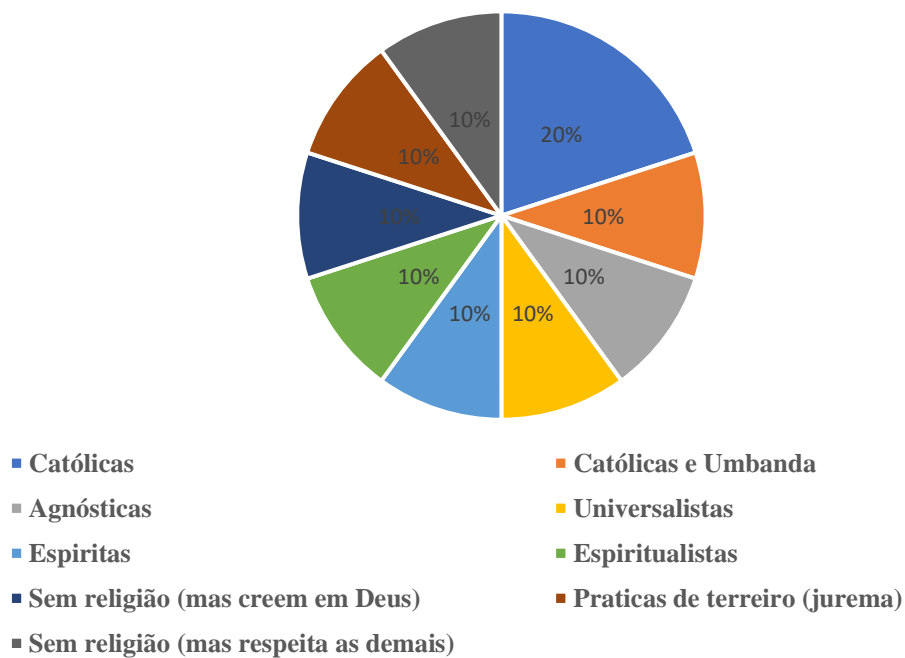


■ Pardas ■ Brancas ■ Pretas ■ Negras ■ Loiras

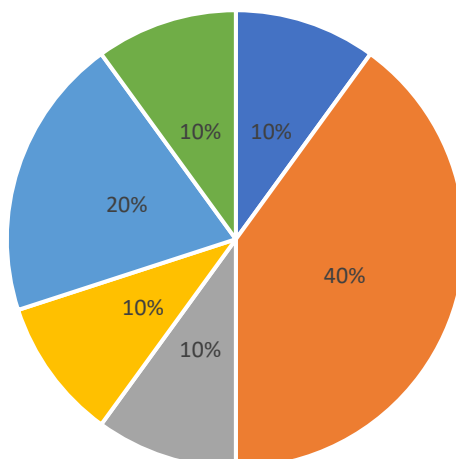
Orientação Sexual



Religião e/ou Práticas Religiosas

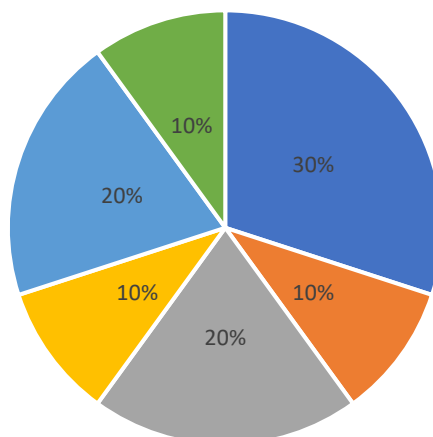


Escolaridade



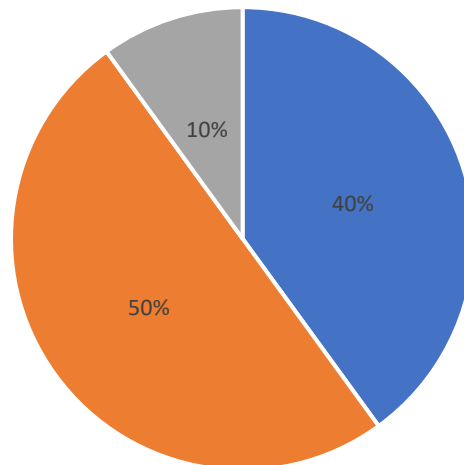
- Sem escolaridade
- Ensino Médio
- Cursando Ensino Médio
- Ensino Médio Incompleto
- Cursando Superior
- Pós-graduação (doutorado)

Inserção no Mundo do Trabalho



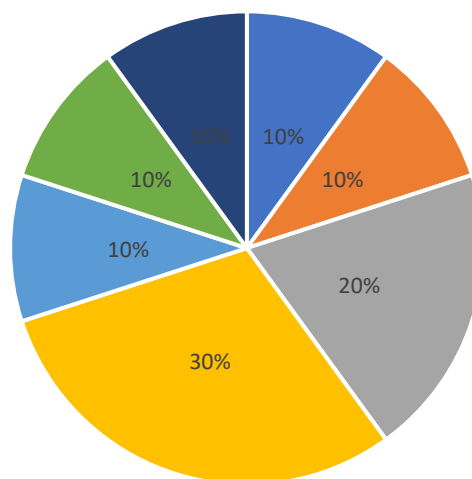
- Setor público (Estadual)
- Setor público (Municipal)
- Setor privado (indústria e comércio)
- Autônoma
- Desempregadas
- Nunca trabalharam

Faixa de Renda



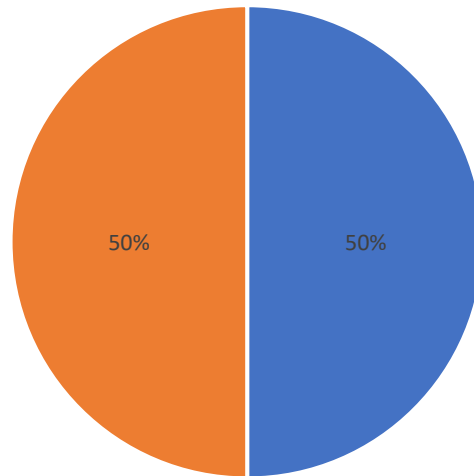
■ Até 1 salário mínimo ■ De 1 a 2 salários mínimos ■ Entre 4 e 5 salários mínimos

Vínculos de Trabalho Anteriores



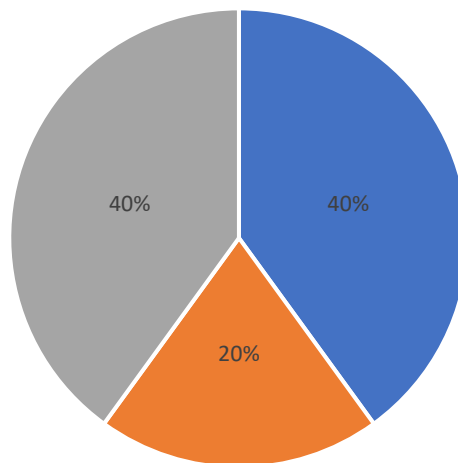
■ Autônoma e trabalho sexual ■ Setor de Serviços (atendente)
■ Informalidade (de maneira pontual) ■ Estética e beleza
■ Setor público ■ Trabalho formal e também sexual
■ Nunca trabalharam

Condições de Moradia e Habitação



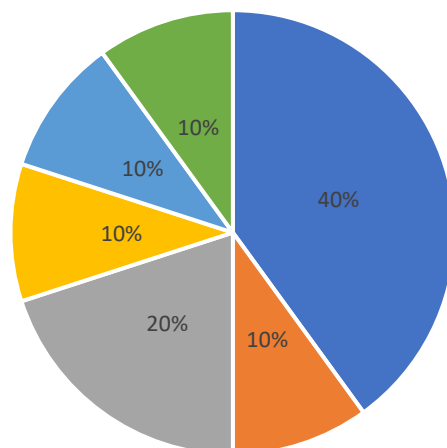
■ Residências próprias ■ Residências alugadas

Processos de Sociabilidades



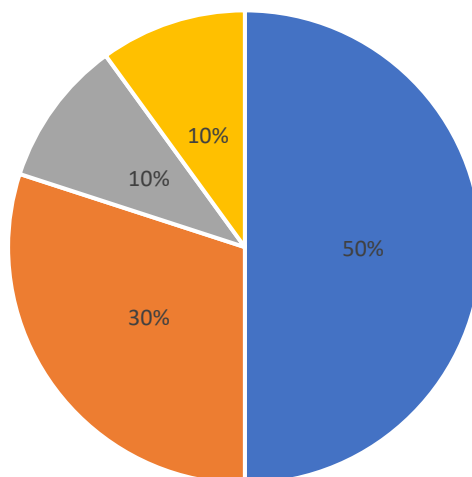
■ Residindo com a famílias nuclear ■ Residindo com seus cônjuges ■ Sozinhas

Acesso a Serviços Sociais Públicos



- Não acessam
- Espaço LGBT e ambulatório (TT)
- Desconhecem
- Atenção básica/saúde
- CRAS e INSS
- Hospital Universitário

Formas de Lazer Praticadas



- Frequentam: bares, praia, piscina.
- Preferem ficar em casa
- Shows e performance (momentos preferidos)
- Passeios com o pet